

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS
SOCIAIS**

KAJALI LIMA VITORIO

**O DEBATE RACIAL NA AGENDA POLÍTICA DO CONSELHO
FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)**

SANTOS

2019

KAJALI LIMA VITORIO

**O DEBATE RACIAL NA AGENDA POLÍTICA DO CONSELHO
FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

SANTOS

2019

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V845d Vitorio, Kajali Lima.
 O debate racial na agenda política do Conselho
Federal de Serviço Social (CFESS). / Kajali Lima
Vitorio; Orientadora Sônia Regina Nozabielli. --
Santos, 2019.
 170 p. ; 30cm

 Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

 1. mulheres negras . 2. agenda política . 3.
CFESS. 4. debate racial . I. Nozabielli, Sônia Regina
, Orient. II. Título.

CDD 361.3

KAJALI LIMA VITORIO

**O DEBATE RACIAL NA AGENDA POLÍTICA DO CONSELHO
FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Sônia Regina Nozabielli

Santos, 22 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godói Diniz
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Roseli Rocha
Instituto Fernandes Figueira / FIOCRUZ

Profa. Dra. Sônia Regina Nozabielli
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Suplente: Profa. Dra. Márcia Campos Eurico
Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS/SP

Dedicatória

“Sou grata por todas estas mulheres e homens que me fizeram ser o que sou. Agradeço profundamente por elas, e eles não terem me dito que tamanho era o mundo. E eu, curiosa que sou, estou descobrindo”

Agradecimentos

Apesar de compor as primeiras páginas desta dissertação, os agradecimentos foram escritos nos últimos momentos. À esta altura, a exaustão turva meus olhos e as palavras, tão preciosas para mim, faltam. Não há o que eu diga, neste momento, que seja capaz de dimensionar o significado, sentimentos e impactos deste processo em todas as esferas da minha vida. Foi bonito, e só pôde ser assim, pela partilha e encontros com mulheres e homens especiais, que me presentearam, cada uma e cada um, à sua maneira, com o melhor de si, para que eu pudesse concluir esta etapa. Também, pelas possibilidades e oferendas trazidas pela vida.

Muito obrigada, axé!

*Assim como lua e o sol,
Com a certeza das ondas do mar
Como se ergue a esperança
Ainda assim, vou me levantar.*

*Eu me levanto
Trazendo os dons que meus ancestrais deram*

*Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!*

Ainda Assim Eu Me Levanto – Maya Angelou

RESUMO

Esta dissertação debruçou-se sobre o processo de constituição do debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Objetivou apreender o momento histórico, os componentes políticos, econômicos e sociais que levaram o CFESS a reconhecer o debate racial como um eixo a ser problematizado no âmbito de sua agenda política. Teve como hipótese medular que a participação concomitante das mulheres negras nas entidades representativas da categoria profissional, na militância partidária, sindical, na militância junto aos movimentos sociais negros e de mulheres negras, alinhadas as alterações profundas de ordem teórico-metodológica e ético-política na profissão, vivenciadas a partir do final dos anos 1970, possibilitaram o desenvolvimento do debate racial na categoria profissional, assim como o incremento da produção acadêmica, ambas com teor antirracista. A fim de captar esta processualidade utilizou-se de pesquisa documental, fundamentalmente, com análise de relatórios dos Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS e relatórios de gestão do CFESS, no período de 2000 a 2018. A pesquisa demonstrou como vem se materializando a agenda política através de campanhas de gestão e diferentes publicações, frutos do debate racial. Foi possível identificar os posicionamentos, orientações à categoria, as perspectivas teóricas e os temas que edificaram o debate racial na agenda política da categoria profissional. Neste caminho, desvendou-se o enegrecer da agenda política do CFESS, com seus meandros e significados, em que o combate ao racismo ganha espaço na configuração do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chaves: mulheres negras; agenda política; CFESS; debate racial.

RESUMEN

Esta disertación se centró en el proceso de formación del debate racial en el programa político del Consejo Federal del Servicio Social. Trató de aprovechar el momento histórico, los componentes políticos, económicos y sociales que llevaron al Consejo Económico y Social a reconocer el debate racial como un eje problemático en el ámbito de su agenda política. Tenía como hipótesis que la participación concomitante de mujeres negras en las entidades representativas de la categoría profesional, en los partidos políticos, sindicales y militantes en relación con los movimientos sociales de negros y mujeres negras, en consonancia con las profundas alteraciones de un orden teórico, metodológico y ético-político en la profesión, experimentadas desde finales del decenio de 1970, permitía desarrollar el debate racial en la categoría profesional, así como el aumento de la producción académica, ambos con contenido anti-racista. Para captar este procedimiento, la investigación documental se utilizó principalmente con el análisis de los informes de las Reuniones Nacionales del conjunto CFESS/CRESS y los informes de gestión del CFESS de 2000 a 2018. La investigación mostró cómo la agenda política se ha materializado a través de campañas de gestión y diferentes publicaciones, fruto del debate racial. Era posible determinar las posiciones, las directrices para la categoría, las perspectivas teóricas y los temas que habían contribuido al debate racial en la agenda política de la categoría profesional. En este camino, se reveló el oscurecimiento de la agenda política del CFESS, con sus significados y significados, en los que la lucha contra el racismo ganó espacio en la configuración del proyecto ético-político del Servicio Social Brasileño.

Palabras clave: mujeres negras; agenda política; CFESS; debate racial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS: Associação Brasileira de Assistentes Sociais;

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

ABESS: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social;

ABPN: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as;

ANAS: Associação Nacional de Assistentes Sociais;

APAS: Associações Profissionais de Assistentes Sociais;

CASS: Centro Acadêmico de Serviço Social;

CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais;

CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais;

CEDEPSS: Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social;

CFAS: Conselho Federal de Assistentes Sociais;

CFAS-CRAS: Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais;

CFESS/CRESS: Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social;

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social;

CISPN: Comissão Intersetorial da Saúde da População Negra;

COPENE: Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as;

CREAS: Centro de Referência Especializado em Assistência Social;

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social;

CRESS-RJ: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro;

CRESS-SP: Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo;

DECRADI: Delegacia de Crimes de Discriminação Raciais e Delitos de Intolerância de São Paulo;

DFID/PNUD: Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes;

ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social;

ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social;

FHC: Fernando Henrique Cardoso;

GERESS: Grupo de Estudos das Relações Etnicorraciais e o Serviço Social;

GTI: Grupo de Trabalho Interministerial;

GTP: Grupo Temático de Pesquisa;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras;

LDB: Lei de Diretrizes e Bases;

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais;

MNU: Movimento Negro Unificado;

MUCDR: Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial;

NEAB: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros;

NEPGREG/PUC: Núcleo de Estudos e Pesquisas Gênero, Raça/Etnia e Geração da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo;

PDT: Partido Democrático Trabalhista;

PT: Partido dos Trabalhadores;

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

SEPPIR: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial;

SESSUNE: Subsecretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes;

TCCs: Trabalhos de Conclusão de Curso;

TEN: Teatro Experimental do Negro;

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro;

UFBA: Universidade Federal da Bahia;

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto;

UNE: União Nacional dos Estudantes;

UNIFESP/BS: Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista;

UPP: Unidade de Polícia Pacificadora;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: SERVIÇO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E MULHERES NEGRAS	25
CAPÍTULO 2. O DEBATE RACIAL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA DO CFESS	56
2.1. CAMINHOS DA PESQUISA DOCUMENTAL	60
2.2. ANÁLISE DA PESQUISA DOCUMENTAL: CONJUNTURA E MOVIMENTOS DO DEBATE RACIAL NA AGENDA DO CFESS.....	64
CAPÍTULO 3. A VIRADA DO DEBATE RACIAL NA AGENDA DO CFESS	79
CAPÍTULO 4. ENEGRECENDO A AGENDA POLÍTICA DO CFESS	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: MATERIAIS VINCULADOS AO DEBATE RACIAL SELECIONADOS PARA A PESQUISA DOCUMENTAL	63
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CAMPANHA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO: O SERVIÇO SOCIAL MUDANDO O RUMO DA HISTÓRIA (2003).....	69
FIGURA 2: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E IGUALDADE: A QUESTÃO RACIAL NA AGENDA DO SERVIÇO SOCIAL (2010).....	82
FIGURA 3: CFESS MANIFESTA: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: ZUMBIS E DANDARAS CONTRA A DESIGUALDADE RACIAL (2011)	87
FIGURA 4: COM RACISMO NÃO HÁ LIBERDADE - 20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA (2012)	94
FIGURA 5: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: A VIOLÊNCIA TEM CLASSE E COR (2013).....	100
FIGURA 6: CFESS MANIFESTA - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O LONGO CAMINHO DA DESIGUALDADE (2014)	107
FIGURA 7: RACISMO - SÉRIE ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO PRECONCEITO (2016).....	113
FIGURA 8: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: É PRA TER ORGULHO, É COISA DE PRETA E PRETO! ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO (2017)	121
FIGURA 9: DIA DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA (2018)	125
FIGURA 10: LOGOTIPO: ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO (2018)	128
FIGURA 11: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - SANEAMENTO BÁSICO (2018)	130
FIGURA 12: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - INTOLERÂNCIA RELIGIOSA (2018).....	131

FIGURA 13: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NEGRAS (2018)	132
--	-----

INTRODUÇÃO

Desde a admissão no mestrado¹, em setembro de 2016, havia o interesse em estudar o Serviço Social e a Questão Racial². O germe deste interesse foi a participação no Grupo de Estudos das Relações Etnicorraciais e o Serviço Social (GERESS)³.

Fundado em 2009, na cidade de São Paulo, o grupo foi criado pela necessidade de discutir de forma mais ampla a temática racial no interior do Serviço Social. Duas assistentes sociais negras, Suelma Inês Alves de Deus e Augusta Nunes, que traziam consigo a inserção anterior em núcleos vinculados ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SP)⁴ foram as articuladoras, que propiciaram a reunião de outras assistentes sociais negras, interessadas na discussão.

O GERESS desenvolveu, de forma autônoma, sem a vinculação às entidades representativas da categoria, atividades abertas que tinham como objetivos: aprofundar as discussões sobre as questões etnicorraciais com a interface do Serviço Social tanto junto às/aos profissionais e estudantes, como para a população usuária das políticas sociais setoriais; produzir material acadêmico acerca da temática; contribuir para a formação profissional inicial e continuada da categoria de assistentes sociais; articular ações com os órgãos representativos da categoria: CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO e outros; reunir pesquisadores/as do Serviço Social e áreas afins com interesse na temática racial; colaborar para a construção de políticas públicas setoriais com recorte racial; estabelecer parcerias com universidades e instituições (GERESS, 2013). São objetivos que demarcam a fundação e a

¹ O edital de seleção do mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Baixada Santista (UNIFESP/BS) contou com políticas afirmativas com a reserva de 20% de vagas para estudantes negras/os. A autora ingressou no programa por esta modalidade.

² No processo seletivo foi apresentado o projeto: “Questão Racial e Assistência Social: o atendimento em decorrência de discriminação racial nos CREAS da cidade de São Paulo”, fruto do trabalho de conclusão de curso de especialização “Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais” pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), orientado pela Profa. Ms. Amanda Dutra Hot.

³ O GERESS é formado atualmente por: Suelma Inês Alves de Deus; Denise Aparecida Bonifácio; Augusta Nunes; Natalina Almeida de Jesus, Kajali Lima Vitorio, Ester Vargem. Allyne Costa; Eliana Francisco, Raquel Suzan, Naiza Bezerra.

⁴ A respeito dos núcleos, o CRESS-SP expõe em sua homepage que está “em fase de transição metodológica dos Núcleos Temáticos para Núcleos Descentralizados. Isso significa que a categoria discutirá as questões de sua área de atuação de forma transversal e de outras áreas e conforme a região da cidade (ou região metropolitana) onde se localiza seu trabalho ou sua moradia”. Disponível em: < <http://cress-sp.org.br/acesse-nucleos/>>. Acesso em 15 jan. 2018.

direção do GERESS. O que equivale a dizer que nem todos foram cumpridos e permanecem como princípios do grupo.

O grupo em questão teve maior efervescência entre os anos de 2009 e 2010 com a realização de seminários, em que foram convidadas/as militantes vinculados aos movimentos negros, com ou sem inserção acadêmica para versar sobre a trajetória dos movimentos negros no Brasil e os impactos da desigualdade racial para a população negra⁵, assim como assistentes sociais que atuam em diferentes áreas e que realizam o debate das relações raciais nos respectivos espaços de atuação⁶.

Com a visibilidade das discussões, em julho de 2010, o grupo foi convidado pelas professoras Dra. Magali da Silva Almeida e Dra. Elisabete Aparecida Pinto (cuja importância para o debate racial no Serviço Social será demonstrada ao longo da dissertação) a participar, enquanto expositor, do I Colóquio de Serviço Social e as Relações Etnorraciais realizado na UERJ, que teve como centralidade a inserção dos temas de gênero e raça nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social⁷.

Este colóquio teve como objetivo principal: fortalecer a articulação entre assistentes sociais interessadas na temática racial, em face da iminente criação do GTP na ABEPSS.

As contribuições advindas do referido colóquio foram levadas, pela Profa. Dra. Magali Almeida para o XII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2010, no Rio de Janeiro, momento em que se debateu e foi criado o Grupo Temático de Pesquisa⁸ (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero,

⁵O primeiro Seminário Municipal de Serviço Social e Questões Etnorraciais foi realizado em novembro de 2009 e contou com a exposição de: Flávio Rodrigues da Silva (militante do movimento negro vinculado a Fundação Perseu Abramo); Eloísa Gabriel dos Santos (representante do CRESS/SP); Fernanda Carpanelli (representante da ENESSO); Maria Palmira da Silva (militante do movimento negro); Mabel Assis (assistente social) Natalina Almeida de Jesus (assistente social); Eliana Francisco (assistente social).

⁶A sistematização das atividades realizadas pelo GERESS foi apresentada no 14º. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado na cidade de Águas de Lindóia, no ano de 2014, na modalidade de comunicação oral, com o título “Questão Racial e Serviço Social: a experiência do GERESS na promoção da igualdade racial”, com a mesa coordenadora composta pela professora Marlise Vinagre.

⁷ Naquele momento, a Profa. Dra. Elisabete Aparecida Pinto, coordenava um grupo de pesquisa “A questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social Brasileiro”, vinculado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

⁸Atualmente, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) congrega sete Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), a saber: (1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; (2) Política Social e Serviço Social; (3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; (4) Movimentos Sociais e Serviço Social; (5) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; (6) Serviço Social, Relações de

Raça/Etnia, Gerações e Sexualidades, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Destaca-se que no relatório de atividades e planejamento do referido GTP, no eixo raça-etnia, é citada a realização de um evento prévio ao ENPESS do ano de 2014, que foi promovido pelo Centro de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, Casa Laudelina de Campos Mello em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEPGREG/PUC) e o GERESS, realizado em Campinas, nos dias 17 e 18 de outubro de 2014.

Esse breve retrospecto demonstra a motivação para a pesquisa, entremeado pela trajetória político-profissional da pesquisadora que possibilitou identificar um caminho pouco explorado nas pesquisas sobre a temática: o movimento de inserção da questão racial na agenda política das entidades representativas da profissão. Entretanto, pela magnitude de cada entidade, ainda foi preciso analisar o papel de cada uma delas para a categoria profissional: a ABEPSS coordena e articula o projeto de formação profissional e pesquisa no âmbito da graduação e pós-graduação; a ENESSO, articula o movimento estudantil em Serviço Social e o CFESS tem como atribuição primordial “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com os CRESS” (BRASIL, 1993). O trabalho desenvolvido por estas entidades tem importância fundamental na construção e defesa do projeto ético-político profissional⁹, como aponta Ramos (2011, p. 114):

[as entidades] tem se constituído, portanto, em lócus de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo, desta forma, para a construção do projeto ético-político profissional, hegemônico no Serviço Social brasileiro.

A partir dos elementos descritos, fizemos a escolha de se debruçar sobre a agenda política do conjunto CFESS/CRESS porque além das atribuições supracitadas, o conjunto vem “promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de

Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; (7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

⁹ Netto (1999, p. 95) explica que “os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais”.

sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora” (CFESS).

Assim instiga-nos a pensar, tendo em vista a construção deste projeto profissional, como o debate racial está inserido na agenda política do conjunto da profissão e de que forma o CFESS vem se posicionando em relação ao tema, a partir de reflexões, orientações e ações junto à categoria profissional de assistentes sociais.

Interessa-nos analisar o momento histórico, a conjuntura política e econômica, os valores e conhecimentos teóricos, os (as) sujeitos(as) políticos(as) que levaram o conjunto CFESS/CRESS a desvelar que a questão racial deveria ser problematizada no âmbito de sua agenda política.

Posteriormente, apreender, diante da inserção da questão racial na agenda política: a partir de quais pressupostos os posicionamentos foram construídos? Estavam ou estão em diálogo com quais perspectivas teóricas? Se os posicionamentos se articulam com as pautas e lutas dos movimentos sociais? Indicam relações e alianças com outros coletivos profissionais e segmentos sociais? Expressam dimensões valorativas para o posicionamento e intervenção política da categoria? Apontam estratégias e caminhos para o exercício profissional?

Os objetivos gerais desta pesquisa são: apreender o momento histórico e os componentes políticos, econômicos e sociais que levaram o CFESS a reconhecer o debate racial como eixo a ser problematizado no âmbito de sua agenda política. E, como objetivos específicos: analisar de que forma o conjunto CFESS vem se posicionando em relação ao tema, a partir de orientações e ações junto à categoria profissional de assistentes sociais; indicar se os posicionamentos construídos expressam dimensões valorativas para o posicionamento político e intervenção da categoria e se apontam estratégias e caminhos para o exercício profissional; identificar a partir de quais pressupostos os posicionamentos foram construídos; especificar quais perspectivas teóricas referenciam os posicionamentos assumidos; interpretar se o debate e os posicionamentos se articulam com as pautas e lutas dos movimentos sociais negros e de mulheres negras, e se indicam relações e alianças com outros coletivos profissionais e segmentos sociais.

No momento da qualificação¹⁰, apresentamos o material “A questão racial na agenda política do conjunto CFESS/CRESS”. A banca de qualificação realizou apontamentos importantes para a definição do objeto de pesquisa, tais como: para analisar a agenda política do conjunto CFESS/CRESS seria necessário abranger o CFESS e os 26 CRESS existentes no Brasil – tal abrangência seria inviável pela condição de trabalhadora/estudante da pesquisadora; isto levou a restringir a pesquisa para o CFESS.

Com o caminho supracitado, apresentamos a hipótese medular dessa dissertação: a participação concomitante das mulheres negras nas entidades representativas da categoria profissional, na militância partidária, sindical, na militância junto aos movimentos sociais negros e de mulheres negras, alinhadas as alterações profundas de ordem teórico-metodológica e ético-política na profissão vivenciadas a partir do final dos anos 1970 possibilitaram o desenvolvimento do debate racial na agenda política da categoria profissional assim como o incremento da produção acadêmica, ambas com teor antirracista. Com base nesse pressuposto é que escolhemos dar nomes a essas assistentes sociais negras, em diversos momentos desta pesquisa, para registrar que o debate racial é protagonizado por mulheres negras, no sentido de escrevivências, como explica Evaristo:

de certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha da temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira (EVARISTO, 2017, s/p).

A análise histórica dos anos 1970-1980 permite entender que a conjuntura política, que contraditoriamente, apresentava um processo político ditatorial e a efervescência dos movimentos sociais e populares de resistência, possibilitou que a categoria profissional, até então, alicerçada de forma hegemônica em pressupostos conservadores, iniciasse um processo de interlocução teórico-política com tendências de esquerda e revolucionárias, que propiciaram a crítica da profissão e, por conseguinte dos seus objetivos. Netto sintetiza que: “os segmentos mais ativos da categoria profissional vincularam-se ao movimento social dos

¹⁰ Agradeço a orientadora Profa. Dra. Sonia Regina Nozabielli, à Profa. Dra. Tania Maria Ramos de Godói e a Profa. Dra. Magali da Silva Almeida pelos preciosos comentários no momento da qualificação, que tornaram possíveis a elaboração da dissertação.

trabalhadores, e rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar o pluralismo político¹¹ na profissão” (NETTO, 1999, p. 100).

O debate político, teórico-metodológico da categoria, na entrada dos anos 1990, foi que propiciou a emergência de temas e personagens, antes ignorados, que tiveram a sua demanda progressivamente incorporadas, a exemplo das mulheres, da população negra e população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais).

É justamente nesta conjuntura que Almeida (2013) identifica o início do debate racial na categoria profissional.

Na história das entidades da categoria a luta contra o preconceito e discriminação é assumida na agenda política no final dos anos 1980 e conduzida a partir de iniciativas locais ou regionais. A inserção de um número não muito significativo de assistentes sociais (porém atuantes) na militância partidária, nos movimentos feminista, de mulheres ou negro, do eixo Rio São Paulo, colocou novas demandas e desafios para a profissão na construção de ações de combate a discriminações de gênero e raciais naquela conjuntura. (ALMEIDA, 2013, p. 142).

Para análise deste processo, do ponto de vista metodológico, fez-se a escolha de utilizar a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica dialoga com as/os principais autoras/es do Serviço Social a fim de apreender o significado do projeto ético-político profissional e as estratégias de luta construídas pela categoria profissional para a consolidação deste projeto. Também, com autoras/es que produziram a respeito do Serviço Social e a questão racial, com a finalidade de captar o amadurecimento da categoria profissional em relação ao tema.

Para a pesquisa documental, elegemos os seguintes materiais: relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS; relatórios de gestão do CFESS, campanhas nacionais da categoria profissional de assistentes sociais; CFESS Manifesta; cartilhas que tenham vinculação com o debate racial, pois apresentam os caminhos percorridos para a materialização da agenda política da categoria profissional, assim como expressam os posicionamentos assumidos no debate racial.

Os Relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS foram escolhidos para compor a pesquisa documental uma vez que os encontros nacionais são espaços de

¹¹ Carlos Nelson Coutinho reflete que “estamos diante, portanto, não mais da situação a que o pluralismo deu expressão, mas de um novo pluralismo, formado não apenas por indivíduos, mas também por sujeitos coletivos, por diferentes partidos, diferentes associações” (COUTINHO, 1991, p. 9).

deliberação máxima do conjunto CFESS-CRESS. Também porque, como apontam as contribuições do 46º. Encontro Nacional, realizado entre os dias 7 e 10 de setembro de 2016, este evento reúne assistentes sociais para debater “a conjuntura nacional, o papel do Conjunto CFESS-CRESS, bem como o plano de ações para os próximos anos, as defesas da profissão de assistente social e os eventos nacionais que ocorrerão até o fim das atuais gestões (2017-2020)” (CRESS-SP, 2017).

Também, analisaremos os conteúdos dos CFESS Manifesta, pois a partir deles o CFESS expressa: “[a] defesa do projeto profissional do Serviço Social Brasileiro, que afirma princípios ético-políticos, valores e direção social radicalmente contrários à lógica da sociabilidade capitalista”. (CFESS, 2014, p.7).

Na mesma linha, cabe explicitar a escolha pela análise do caderno temático sobre Racismo, na série Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito, que pretende:

contribuir para uma intervenção profissional comprometida com a defesa da garantia de direitos e com as lutas coletivas de enfrentamento ao racismo e de suas múltiplas expressões na vida social, apresentaremos alguns conceitos, ainda que em forma de síntese, que podem ser úteis para as nossas intervenções no campo profissional e em estudos relativos à temática étnico-racial (CFESS, 2016, p. 8).

Outro material que foi escolhido para compor a pesquisa documental foram as campanhas desenvolvidas junto à categoria profissional, as quais tem como objetivo:

A campanha é entendida como uma estratégia que visa à escolha de um tema que será trabalhado no decurso da gestão do Conjunto CFESS-CRESS. Prevalece o entendimento de que a campanha não esgota a temática e, após o seu desfecho, o tema continuará na pauta política e permanecerá enquanto existir aquele tipo de violação e sua respectiva repercussão no cotidiano profissional. Neste sentido, afirmamos que a campanha é de fato uma estratégia com o objetivo de enfatizar um tema, socializá-lo com os Conselhos Regionais e com a categoria profissional. Desse modo, a ideia é contribuir para a criação e disseminação de iniciativas que favoreçam o combate ao preconceito e às violações de direitos humanos (SANTOS, 2016, p. 90).

Para o trato das fontes, trilhamos as seguintes etapas: o contexto; a natureza do texto; os conceitos-chave; a lógica interna do texto e a análise documental (CELLARD, 2008 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 08), que tem como finalidade:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos (...) O (A) investigador (a) deve interpretá-los, sintetizar informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (...) Os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que seu

conteúdo seja entendido (CELLARD, 2008 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10)

Em relação à temporalidade da pesquisa documental foi delimitado o período entre 2000 e 2018. O primeiro marco foi estabelecido porque em 2003, o CFESS lançou a Campanha Nacional de Combate ao Racismo “O Serviço Social mudando o rumo da história: reagir contra o racismo é lutar por direitos”, e a rigor as ações são previstas nos anos anteriores a sua realização.

Da mesma forma, foi realizada a escolha do marco final da pesquisa que se fez a partir do lançamento da campanha nacional “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, em setembro de 2017, no 46º. Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, tema que deverá ser debatido pela categoria nas atuais gestões 2017-2020.

Esta última campanha “visa combater o racismo institucional¹², reforçando o papel do serviço social na sociedade, defendendo a liberdade e a igualdade e combatendo toda e qualquer forma de preconceito e opressão” (CFESS, 2018).

Com os propósitos apresentados, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “**Serviço Social, organização política e mulheres negras**” foi construído com o intuito de pautar as convergências em torno dos eixos explicitados no próprio título, a partir da relação estabelecida entre a profissão e o debate racial. E, principalmente como as mulheres negras, a partir dos anos 1980, se constituíram enquanto sujeitas políticas e foram as principais responsáveis pelo diálogo e a construção das pautas de teor racial e antirracista na categoria profissional.

O segundo capítulo “**O debate racial na construção da agenda política do CFESS**” tem como alicerce a análise de documentos construídos pela entidade, a partir da relevância

¹² O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Posteriormente, ampliado pelo Programa de Combate ao Racismo Institucional, parceria entre o Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): “Fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações” (DFID/PNUD, 2005, p. 6).

para o debate racial. A análise se debruça no texto e nas imagens dispostas nestes documentos, que em conjunto, explicitam os significados desta agenda política.

Em lugar de sua reflexão orientar-se pelas significações explícitas dos dados, ela se guia também pelos seus sentidos velados, subjacentes, pois que a compreensão sociológica dos eventos e processos histórico-sociais interessam tanto a reprodução do comportamento aberto das pessoas, as manifestações e expressões efetivas das instituições e estruturas, como ainda os significados expressos no nível ideológico das representações e, por isso, subjacentes ou mistificados nos textos. Neste sentido, os requisitos teóricos da análise possibilitam uma compreensão que não se atém no nível do que é explícito no documento, mas adentra-se pelas significações dos fatos, penetrando-os até atingir sentido do que é vivido, das ações, atitudes e ideais. (IANNI, 1962, p.15).

O terceiro capítulo **“A virada do debate racial na agenda política do CFESS”** destaca o ano de 2010 como ponto de virada do debate racial para o CFESS haja vista que a entidade trouxe a questão racial para o centro dos debates realizados no Encontro Nacional daquele ano e passou a publicar o CFESS Manifesta no Dia da Consciência Negra.

O quarto capítulo **“Enegrescendo a agenda política do CFESS”** a partir das análises construídas nos capítulos anteriores, sintetiza os processos de construção da agenda política do CFESS, indicando o amadurecimento do debate racial considerando as dimensões teórico-metodológica, ética, política e organizativa da categoria profissional.

As considerações finais apresentam respostas a problematização da pesquisa, retomam a hipótese de trabalho, apresentam a convergência dos movimentos de análise empreendidos, indicam elementos e desafios para o fortalecimento do debate racial na agenda política do CFESS.

Importante ressaltar que a pertinência desta pesquisa pode ser evidenciada, por exemplo, na análise do perfil socioeconômico do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) dos anos de 2013 e 2016, os quais ratificam uma mudança de perfil das/os estudantes de Serviço Social, já anunciada por José Paulo Netto:

Uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em extratos médio-baixo e baixos das camadas urbanas; um visível empobrecimento de universo cultural do alunado (...)Quer me parecer que o perfil econômico-social e cultural deste ‘público alvo’ – sem esquecer o dos docentes mesmos, nem sempre é distinto – é um elemento de excepcional importância a ser levando em conta no enfrentamento da temática da formação profissional (NETTO, 1996, p. 110).

Na especificidade do pertencimento racial, o relatório síntese da área de Serviço Social produzido em 2013, expõe que 57,5% dos/as estudantes concluintes de graduação em Serviço Social são negras/os (sendo 44,1% pardas/os e 13,4% pretas/os)¹³.

A mesma tendência é apresentada no relatório síntese da área de Serviço Social no ano de 2016, que aponta que 61,2% dos/as estudantes concluintes de graduação em Serviço Social, na modalidade à distância¹⁴ são negras/os (sendo 51% pardas/os e 10,2% pretas/os). Na modalidade presencial, este padrão se mantém sendo que 63,9% são negras/os (44,1% pardas/os e 19,8% pretas/os), no mais a profissão continua sendo majoritariamente feminina, tendo 58,7 % de mulheres negras nos cursos presenciais e 56,2% de mulheres negras nos cursos a distância. Considerando este grupo de respondentes¹⁵, a maioria das/os graduadas/os em Serviço Social são negras.

Os componentes apresentados colocam para as entidades da categoria profissional uma demanda acerca do incremento do debate racial na categoria profissional e evidenciam a relevância do tema desta dissertação.

¹³ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que coordena o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) explica que: “para o levantamento das características dos estudantes que participaram do ENADE/2013, o universo foi constituído por 30.857 inscritos que compareceram à prova e responderam ao ‘Questionário do Estudante’ na página do INEP” (INEP, 2013, p. 123). Vale salientar que no ano de 2013, a entidade apresenta para o quesito raça/cor, as opções: branco(a); negro (a); pardo(a)/mulato (a); amarelo (a) (de origem oriental); indígena ou de origem indígena. Estas categorias não são condizentes com as colocadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas por associação podem ser agrupadas entre si, para nossa análise. O levantamento completo está disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2013/2013_rel_servico_social.pdf>.

¹⁴ Sobre o posicionamento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a respeito da educação à distância, ver: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf.

¹⁵ Para o ano de 2016, o INEP explica que “para o levantamento das características dos estudantes de Serviço Social, que participaram do Enade/2016, o universo foi constituído de 27.609 inscritos que compareceram à prova e responderam ao ‘Questionário do Estudante’ na página do INEP. É possível que alguns estudantes não tenham respondido integralmente o questionário e em algumas tabelas, a população analisada não será de todos os participantes. (INEP, 2016, p.131). O levantamento completo está disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2016/servico_social.pdf. O questionário apresenta para o quesito raça/cor, as opções: branca; preta; amarela; parda; indígena; não quero declarar.

CAPÍTULO 1: SERVIÇO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E MULHERES NEGRAS

“Nossos passos vêm de longe”
Jurema Werneck

O presente capítulo foi elaborado com o intuito de construir convergência em torno dos eixos explicitados no título, destacando que a sequência escolhida expressa o caminho a ser percorrido ao longo do texto, isso significa que a discussão foi encadeada a partir do Serviço Social, na busca de capturar a forma pela qual a profissão traduziu e incorporou as influências ideológicas e teóricas, em disputa na sociedade brasileira, em torno do debate racial, desde sua gênese.

As produções acadêmicas que se propuseram a investigar a temática racial nas primeiras décadas da profissão no Brasil – Ferreira (2010), Marques Junior (2013) e Diaz (2016) indicam que o tema esteve presente em revistas, trabalhos de conclusão de curso e relatórios sociais produzidos à época. Entretanto, as assistentes sociais daquele tempo, influenciadas pela doutrina social da Igreja Católica e pelo desenvolvimento do debate racial em voga, restringiram-se ao fenômeno apresentado no cotidiano, sem alcançar seus determinantes explicativos. É elemento ilustrativo desta concepção:

para se ter uma ideia, nos quarenta e sete números publicados até 1947 na Revista Serviço Social há referências veladas aos negros. A iconografia, por outro lado, prova que se os negros não estavam presentes nos artigos da Revista Serviço Social, estavam na realidade. As capas dos primeiros números exibem fotografias de uma população usuária dos serviços sociais em São Paulo, em creches, centros de assistência e abrigos, repleta de negros” (FERREIRA, 2010, p. 12-13).

Marques Junior (2013) também identifica que:

Em seu inquérito social Maria Isolina uma das pioneiras do Serviço Social, já utilizava o dado cor na sua descrição do ‘menor infrator’, donde se concluiu que a profissão fazia uma avaliação de seus casos também baseado na categoria ‘raça’, apenas esse não era um conceito levado para a discussão profissional enquanto elemento de sua prática”. (MARQUES JUNIOR, 2013, s/p).

Estas referências dão dimensão da amplitude do debate racial construído pela profissão à medida que as assistentes sociais das primeiras décadas, conforme demonstrado, utilizaram-se de termos e conceitos pertencentes ao debate racial, como apresentados na vida social, ou como conceito nativo, nas palavras de Guimarães: “pois quanto mais nativo é um

conceito mais ele é habitual, menos ele é exposto à crítica, menos conseguimos pensar nele como uma categoria artificial, construída, mais ele parece ser um dado da natureza”. (GUIMARÃES, 2003, p. 98).

Este cenário, em que os termos e conceitos ligados ao debate racial¹⁶, são utilizados majoritariamente, sem a devida problematização perdura até meados dos anos 1980 do século XX, quando a profissão alcança um outro patamar de interpretação das relações sociais e de seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, abrindo caminho para a apreensão da questão racial, como apresentado por Ianni: “a sociedade moderna, burguesa, capitalista, fabrica continua e reiteradamente a questão racial, assim como as desigualdades masculino-feminino, o contraponto natureza e sociedade e as contradições de classes sociais, além de outros problemas como implicações práticas e teóricas” (IANNI, 2004, p. 28).

Por se tratar de um processo de amadurecimento, que teve expressão e evidência em determinado momento histórico, é que optamos por utilizar o termo debate racial a fim de captar os movimentos da profissão e de suas agentes em face das relações raciais no Brasil.

Expostas as escolhas conceituais relevantes para o desenvolvimento da dissertação, continuamos o texto que foi alicerçado no diálogo entre autoras/es que se debruçaram no debate racial no Serviço Social e autoras/es das ciências sociais, que colaboraram na apreensão dos significados dos processos históricos que são constitutivos da questão racial na sociedade brasileira.

Camila Manduca Ferreira (2010) ao analisar os volumes da Revista Serviço Social, no período de 1939 a 1947, considerou que: “se como as fontes primárias parecem indicar, os (as) assistentes sociais orientavam-se pela ideologia racial dominante (...) as premissas do mito da democracia racial, certamente dificultavam qualquer tentativa de aproximação com a realidade racial brasileira” (FERREIRA, 2010, p. 116).

¹⁶ Diaz (2016) realiza um cuidadoso levantamento das “questões raciais” nas produções acadêmicas do Serviço Social no Brasil, entre 1936 a 2013 e sistematiza os termos utilizados em diferentes períodos da profissão: entre 1938 e 1945 indica o uso de: etnia, cor (brancos, pretos, pardos, negros), de cor; nos anos 1960, apresenta que havia a ideia de inexistência das raças; e os termos: discriminação racial e grupo afro-brasileiro; nos anos 1970, os conceitos de desigualdade racial dos negros, segregação racial. Por conseguinte, nos anos 1980, o uso dos conceitos de racismo, discriminação, estigma à cor negra, descendente de raça negra e índio. Nos anos 1990, a utilização de: culturas negras, relações raciais e por fim, nos anos 2000, a utilização de: afrodescendentes, quilombos, quilombolas e população negra. Apesar das divergências teóricas com a autora, o quadro apresentado demonstra o processo de amadurecimento do debate racial na categoria profissional de assistentes sociais.

De acordo com Clóvis Moura, a ideologia racial dominante é gestada durante o período escravista brasileiro, especialmente no escravismo tardio¹⁷, tendo como elemento chave a imigração de grandes contingentes de trabalhadores/as europeus:

O problema não era importar-se mão-de-obra, mais sim membros de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e por todas essas qualidades superior. A ideologia do branqueamento permeia todo o pensamento de quase toda a produção intelectual do Brasil e subordina ideologicamente as classes dominantes. (MOURA, 1988, p. 80).

A imigração sedimentou o ideal das elites acerca do branqueamento da população brasileira, assim como foi propulsora do processo de miscigenação, que objetivava a desarticulação das massas negras, a partir das gradações raciais estabelecidas, e o estabelecimento de um padrão racial a ser alcançado individual e coletivamente:

A miscigenação que muitos sociólogos e antropólogos ainda teimam em apresentar como um processo que democratizou a sociedade brasileira, pelo contrário hierarquizou os estratos não brancos nas suas diversas gradações (...) o imenso grau de matizes cromáticos formados, criou em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do tipo étnico imposto pelo colonizador inicialmente e pelas elites de poder em seguida: o branco (MOURA, 2014, p. 206).

Estas estratégias combinadas de miscigenação e branqueamento alicerçavam e alimentavam o ideário do país enquanto paraíso racial, sintetizadas na concepção de democracia racial, que se constituiu enquanto mito já que a sociedade brasileira é estruturalmente racista¹⁸.

Estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isso, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes (...) Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente e de capitalismo dependente, em seguida. Com estas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos

¹⁷ Clóvis Moura discorre que o escravismo brasileiro teve dois períodos, assim caracterizados: “Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queirós, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo seu desaparecimento efetivo. Chamamos respectivamente de escravismo pleno e escravismo tardio”. (MOURA, 2014, p. 35).

¹⁸ Autores e autoras vinculados a perspectiva marxista, identificaram e analisaram a democracia racial enquanto mito, a exemplo de Ianni: “O mito da democracia racial é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia. Operando reversivamente sobre as condições reais de existência, sobre os padrões de organização das relações entre os homens, esse mito, ao mesmo tempo que nega a desigualdade racial, implicitamente a reafirma, reconhecendo que o negro pode se tornar branco, que o polaco pode tornar-se brasileiro, que o bugre pode se tornar cristão. Mas essa metamorfose concebida ideologicamente, apenas ocorre ao nível dos indivíduos, porquanto coletivamente, continuarão a existir negros, mulatos, polacos, bugres, brasileiros e cristãos”. (IANNI, 1966, p. 60). No decorrer da dissertação, esta análise será apresentada nos capítulos seguintes.

ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados (MOURA, 1988, p. 61-62).

Foi neste solo ideológico que se promoveu a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre, que explicitou os dilemas da “integração do negro na sociedade de classes” (FERNANDES, 1978). A situação da população negra no período é sintetizada por Gonzalez:

O que se constata são famílias amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial: só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (...). O sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo conserva à sua disposição a mão de obra mais barata possível. Isso porque a comunidade negra nada mais é do que mão de obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15-16).

É nesta conjuntura, que estão postos os elementos para a emergência do Serviço Social brasileiro que tem como propósito, em sua gênese, reprimir as lutas da classe trabalhadora, estabelecendo uma ação profissional moralizante, a partir das expressões da questão social “O Serviço Social foi uma das primeiras profissões ‘femininas’, constituída principalmente por mulheres de classe média e alta das principais cidades do país (Rio de Janeiro e São Paulo) com forte influência da Igreja Católica” (SCHEFFER, 2016, p. 484).

As bases de sustentação da profissão, em sua origem são sintetizadas por Yazbek (2009, p. 03):

Os referenciais orientadores do pensamento e ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga da ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc.XII): o tomismo e neotomismo (...) Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana, sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como o bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

Este arcabouço teórico-metodológico moldou a forma com que o Serviço Social interpretou as relações raciais em sua gênese, conforme aponta Eurico:

à medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de Apostolado Católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à ‘resolução’ moral das contradições de classe (EURICO, 2013, p.292).

Assim, contraditoriamente, desde seus primórdios, o Serviço Social teve grande contingente de população negra formando sua clientela, e pouca expressão na produção teórica, reproduzindo a ideologia racial dominante. Ao invés de causar questionamento, a

demanda negra nas entidades sociais cimentou a naturalização desta população nos extratos mais pauperizados da sociedade. Do ponto de vista analítico, marcou um distanciamento do debate racial, como questiona Ferreira (2010, p. 13): “o silêncio sobre os negros na produção incipiente do Serviço Social não é um acidente mnemônico, mas um silêncio – e silêncio não é sinônimo de ausência, que eloquentemente tem algo a nos dizer sobre a própria constituição do Serviço Social no Brasil”.

Das referências esparsas encontradas por Ferreira, cabe destacar uma passagem em que o Padre Roberto Saboya, que esteve à frente da Revista Serviço Social por duas décadas, reflete a respeito da escravidão:

Uma grande camada de brasileiros acostumou-se a sofrer e foi criada na dor. Calculai o número de escravos e a sua vida, avaliai depois o pauperismo de certas regiões, visitai os cortiços e habitações congêneres, examinai os dados sobre doenças e endemias: é uma terra de dor, um povo sofredor. Um povo paciente. Não há, porém, nada mais que eduque para a bondade, que mais leve a concepção do resgate das culpas, e que seja melhor princípio que uma reestruturação da pessoa (Roberto Saboya de Medeiros. Revista Serviço Social, 1944, n. 32, p. 37 apud FERREIRA, 2010, p.142).

É interessante notar que o padre expressa a condição da população negra, sem mencioná-la. Também, carrega em sua interpretação a concepção da maldição de Cam¹⁹, passagem bíblica que justifica a escravização dos povos africanos, a partir do mito fundador das três raças, ratificando o “lugar do negro” (HASEMBALG; GONZALEZ, 1982)²⁰.

¹⁹ Kabengele Munanga explica que: “A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo de Gênesis, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro (MUNANGA, 2004, p. 08).

²⁰ A respeito da expressão a autora explica que: “Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15-16).

Outro elemento importante que ratifica a reprodução da ideologia racial dominante pelo Serviço Social, diz respeito a preocupação com a miscigenação. Como o/a negro/a era considerado inferior, a mistura racial poderia levar a degeneração. Este pensamento tem correlação direta com as práticas eugênicas celebradas pelo Estado Brasileiro, que almejava o tipo brasileiro considerado ideal do ponto de vista racial. Num dos números da Revista Serviço Social, Ferreira (2010) identifica a precaução diante dos relacionamentos inter-raciais:

Deve uma pessoa casar-se com outra semelhante em raça, altura, cor, peso, nacionalidade, religião, estado social-econômico, e assim por diante, ou tal casamento exige cônjuge dessemelhante? (...) Os contrastes das classes sociais, riqueza, religião, linguagem, raça e muitos outros traços sócio-culturais são tão grandes obstáculos ao encontro, associação e ação mútua de futuros noivos e noivas como o isolamento uns dos outros (Pitrim A. Sorokin. Revista Serviço Social, 1945, n. 36, p. 91 apud FERREIRA, 2010, p. 109).

Essa linha de pensamento pode ser encontrada na análise da situação familiar, realizada por uma assistente social do período:

Família composta pelo casal e uma filha de três anos. O casamento realizou-se contra a vontade da família da noiva. O marido é mulato, possui o vício da bebida e deixa a desejar quanto à estabilidade profissional. Seu péssimo círculo de relações é causa de constantes aborrecimentos para a esposa. Ela é loira, atraente e boa dona-de-casa. A situação econômica de sua família é boa, o que a torna convencida da superioridade que tem sobre o marido. Possui um gênio irascível e violento. Nas horas de trabalho chega a ser bastante descuidada com a sua pessoa e sua filha, mas à tarde ou quando sai, se transforma, não esquecendo da pintura excessiva e dos mais variados penteados (BACKX, 1994, p. 70 apud DIAZ, 2016, p. 114).

A ação profissional do Serviço Social, nos anos de 1940, tinha como principal linha de atuação a higiene, ao descrever condutas para a classe operária: condutas sexuais, absenteísmo e disciplina no trabalho para a superação da situação de pobreza. Mesmo que direcionada a toda classe trabalhadora, fazia distinção entre brancos/as e negros/as, sendo os últimos inferiores aos primeiros.

Merece destaque a reprodução da eugenia pelo Serviço Social porque tem vínculos umbilicais com o conservadorismo, que é marca hegemônica da profissão naqueles tempos, também porque a eugenia constitui-se num dos pilares do racismo brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX, ao relacionar o pertencimento racial à características morais pré-determinadas, sendo que o branco estaria no cume da escala estabelecida, como detentor de características favoráveis como inteligência, beleza, força e saúde. O objetivo maior deste projeto eugênico era eliminar a população negra para potencializar o progresso e

desenvolvimento da nação brasileira. Tanto é que um de seus pensadores mais expressivos, Renato Kehl asseverava que “ninguém poderá negar, que no correr dos anos, desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os produtos provenientes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano!” (GÓES, 2015).

Apesar dos esforços empreendidos pelo Estado Brasileiro, não foi possível o controle da miscigenação, que uma vez concretizada, seria alvo de ações higiênicas a fim de deter a dita degeneração a que o grupo miscigenado estava exposto. Por isso a ação do Serviço Social estava centrada na eugenia positiva e na eugenia preventiva ²¹, como explicitado por Ferreira (2010, p. 108):

Dada a constatada miscigenação, uma vertente muito difundida pelo eugenismo brasileiro foi a eugenia positiva, profilática e não radical, que enfatizava que a solução para o problema nacional era a higiene. Esta forma de eugenia profilática é a de maior expressão no Serviço Social em sua gênese.

Mais uma vez, a população negra seria o grupo mais atingido por estas ações higiênicas porque sintetizava o binômio a ser combatido pelo movimento eugênico: doença-pobreza, não por caracteres biológicos, mas pela situação social a que foi exposta, como demonstra Clóvis Moura:

O que interessava, no entanto, através dessa teia de valores e julgamentos negativos contra o negro e favoráveis ao branco era que o negro fosse alijado como trabalhador por ser negro, pois o ideal das classes dominantes era fazer do Brasil uma nação branca. O negro foi, por isto, lançado à periferia do sistema, não apenas para ficar no subemprego, no desemprego, na criminalidade do pobre e na prostituição, mas, também, para ser dizimado biologicamente nos surtos de meningite, desidratação, tuberculose, raquitismo e outras doenças carenciais, além de sua destruição violenta por grupos racistas/repressivos (...) cujas vítimas de suas ações criminosas são majoritariamente negras (MOURA, 1983, p. 11-12).

Como o cerne do pensamento eugênico era a produção de seres mais aptos para a construção de uma nação harmônica, a preocupação com a infância, a educação foram exaltadas e seguidas pelo Serviço Social. Foi na área de crianças e adolescentes que a

²¹ Weber Lopes Góes realiza trabalho primoroso a respeito do racismo e eugenia no Brasil. A partir da obra de Renato Kehl, o autor sintetiza que há três concepções que permeiam a ciência eugênica: a eugenia positiva, eugenia preventiva e negativa. E discorre que a eugenia positiva tem como finalidade educar sexualmente a juventude, masculina e feminina, a fim de combater a ignorância quanto às verdadeiras finalidades do casamento, gerando assim, boas procriações. Já a eugenia preventiva tem como finalidade combater os fatores opostos aos do homem, isto é, evitar os venenos sociais, que colocam em risco e corroem a humanidade, neste sentido, é preciso prevenir o suicídio e combater o uso de substâncias psicoativas, tais como álcool, a morfina e a cocaína. A eugenia negativa, por sua vez, é a prática de esterilização daqueles considerados perigosos à espécie humana. (GOÉS, 2015, p. 142-145).

temática racial também foi tratada pela profissão, frisando que as crianças negras seriam possuidoras de deformidades morais, que dificultavam a institucionalização.

Nas casas que recebem crianças até oito ou nove anos, o número de brancos acha-se quase equilibrado com o de pretos e pardos (...) Entretanto, nos estabelecimentos que recebem os maiores de oito anos, a diferença é muito sensível (...) Algumas pessoas atribuem a superioridade de internação de menores brancos ao fato de alguns estabelecimentos femininos dificultarem a aceitação de menores de cor. Certamente, isto deve influir, em parte. Mas é preciso dizer que as diretoras alegaram não se influenciarem pelo preconceito de cor, mas pelo fato de, frequentemente, esses menores apresentarem sérios problemas de conduta devido ao meio de que provém, o que faz com que não se enquadrem nos moldes estabelecidos que não visam, especialmente a reeducação e onde estariam indevidamente misturadas com menores de conduta normal (Odila Cintra Ferreira. Revista Serviço Social, 1944, n.34, p. 37 apud FERREIRA, 2010, p. 160).

Diaz (2016) ao analisar um trabalho de conclusão de curso de 1940, também encontra uma menção à temática racial vinculada a adolescência: “o termo ‘cor’ aparece citado na sessão que analisa as características de pedidos de internação de adolescentes, no item que trata sobre a distribuição desses pedidos segundo bairros da cidade” (DIAZ, 2016, p. 117)

Em contrapartida, dois assistentes sociais (um homem negro e uma mulher negra): Sebastião Rodrigues Alves²² e Maria de Lourdes Vale do Nascimento²³, contestaram os traços de eugenismo e biologismo presentes da análise racial realizada pelo Serviço Social à medida que identificam o preconceito²⁴ existente nas instituições sociais e apresentaram um panorama sobre a situação da população negra no período, entretanto, sem abandonar as premissas de harmonia social que balizavam o horizonte da profissão.

Quanto às entidades assistenciais, Alves (1966) identifica o preconceito de cor como elemento de barragem no acesso da população negra e denuncia:

²² Foi um dos fundadores, juntamente com Abdias Nascimento, do Teatro Experimental do Negro, grupo expoente da militância negra na década de 1960. No trabalho de conclusão de curso “Ecologia do Grupo Afro-brasileiro”, publicado em 1966 elabora uma análise sobre a situação da população negra à época e aponta a necessidade de incorporação da questão racial na formação em Serviço Social, assim como reflete sobre o papel que a profissão teria na melhoria das condições da população negra, em especial. Também participou do Diretório Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1946; e compôs o grupo fundador do Sindicato de Assistentes Sociais no Rio de Janeiro.

²³ Participou ativamente das atividades do Teatro Experimental do Negro. Além de assistente social, era jornalista. Foi responsável pela coluna Fala Mulher do Jornal “O Quilombo”, e em suas colunas, tinha como temas a situação da mulher negra no trabalho doméstico e a condição das crianças negras. Sua maior contribuição se deu na organização política das mulheres negras haja vista que foi uma das idealizadoras do “Conselho Nacional de Mulheres Negras”, fundado em 1950, na cidade do Rio de Janeiro. Ver mais em: Xavier, 2014.

²⁴ Os movimentos negros da década de 1950, assim como o autor, utilizavam a terminologia “preconceito de cor” e não de raça ou racial: “o cerne da argumentação é que os brancos não nutriam ódio aos negros, e os mulatos e mestiços claros expressavam mais frequentemente preconceito em relação aos pretos. Não seria pois, um problema de raça, como nos Estados Unidos, mas de cor”. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 143).

Outro aspecto chocante da vida social brasileira para os lidadores no Serviço Social, é o ‘Catálogo de Obras Sociais da Legião Brasileira de Assistência’, que em flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana e à nossa Constituição, especificando condições de admissão: - Côr. São as seguintes Obras que fazem restrições ao negro: Dispensário São José, Seminário Bethel, Colégio Santa Marcelina, Recolhimento Santa Tereza e Asilo Bom Pastor. O que faz pasmar é que estas obras declaram que são religiosas e católicas (ALVES, 1966, p. 46).

Por sua vez, Nascimento (2003) constata a diferença entre a situação de crianças negras e brancas, deslocando a análise do biologismo determinista para os aspectos da dinâmica social:

Não é preciso diariamente subir e descer morros, entrar em porões e cortiços – como eu faço diariamente no desempenho de minha profissão de assistente social – para conhecer a angustiada situação da infância brasileira. É fato sabido e notório que nos porões de Botafogo e Catete, nos barracões de São Carlos ou Salgueiro, nos cortiços da Saúde ou São Cristóvão, o drama, em qualquer cidade do interior do país, o espetáculo é sempre o mesmo: subalimentação, sugeira, miséria e doença [...] Essa infância precocemente adulta pela promiscuidade em que vive, pela necessidade de trabalhar – ah, o suplício dos feixes de lenha e latas d’água na cabeça – é em sua quase totalidade de côr. Negrinhos e negrinhas, russos de pó, esmulambados e enfermos formam uma espécie de procissão trágica de agonizantes. Urge salvar a nossa criança, os nossos filhos, recuperar estas vidinhas em flor que serão homens e mulheres de amanhã (“Infância agonizante”, Coluna “Fala a mulher”, *Quilombo*, v. 1, n. 2, 9 de maio de 1949, p. 8 apud NASCIMENTO, 2003, p. 308).

As contribuições de Sebastião Rodrigues Alves e Maria de Lourdes do Nascimento para o Serviço Social em relação ao debate racial precisam ser analisadas, não de forma individualizada, mas como expressão de uma tendência dos movimentos negros²⁵ à época, já que ambos estavam vinculados ao Teatro Experimental do Negro (TEN). Esta vinculação ao TEN é vital para apreender em que medida Alves e Nascimento são inovadores do ponto de vista do debate racial.

A emergência do TEN foi possível a partir da dissolução da ditadura varguista, quando os partidos políticos e movimentos sociais lutaram pela preservação da democracia e apresentaram propostas para o desenvolvimento do país. O TEN tinha como propósito

²⁵ O uso do termo movimentos negros no plural, parte do entendimento de que as lutas negras no Brasil, apesar de terem como ponto de convergência as lutas em prol da população negra, apresentam uma multiplicidade de organizações, arranjos e projetos políticos distintos. Joel Rufino dos Santos conceitua: “todas as entidades, de qualquer natureza, e de todas as ações, de qualquer tempo, fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e folclóricos – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (SANTOS, 1994, p. 97 apud DOMINGUES, 2007, p. 102). Outro elemento que subsidiou nossa escolha pelo termo movimentos negros é apresentada por Mendonça: “representado por um conjunto de organizações que formularam discursos anti-racistas, com avaliações nem sempre coincidentes sobre o lugar da questão racial na sociedade brasileira” (MENDONÇA, 1996 apud KÖSSLING, 2007, p. 14).

“organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social” (NASCIMENTO, 2003, p. 251). Fundado em 1944, na cidade do Rio de Janeiro continuou a utilizar como fonte de expressão de seu ideário e estratégia de luta, a imprensa negra²⁶, com a publicação de um importante jornal, “O Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, que apesar da temporalidade breve (1948-1950) trouxe marcantes contribuições para a luta antirracista no Brasil, evidenciando personagens negros e negras.

Na segunda edição do “Quilombo”, o TEN apresenta seus propósitos e princípios, intitulado “Nosso Programa”:

- 1 – Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;
- 2 – Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;
- 3 – Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 4 – Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
- 5 – Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (NASCIMENTO, 2003, p. 252-253).

A citação evidencia a contraposição ao racismo científico, que tinha como pilar constitutivo a raça enquanto um conceito biológico e as hierarquizava colocando a raça branca no topo desta construção. Kabengele Munanga alerta que: “É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (MUNANGA, 2003, p. 09). Apesar da larga e exaustiva evidência de que estas

²⁶ A primeira expressão dos grupos negros pós-abolição se deu com a imprensa negra paulista. Para ter dimensão de sua importância: “a obstinação desses grupos negros em manterem um espaço ideológico e informativo independente, bem como a sua consciência étnica, determinou a sua continuidade, embora intermitente. Por outro lado, estes jornais serviram de veículo organizacional dos negros. As discussões que se travam nas suas páginas, a colocação permanente de problemas específicos da comunidade, as denúncias contra o racismo e a violência através de fatos concretos, tudo isso levou a que negros de São Paulo fundassem o maior movimento político negro no Brasil: a Frente Negra Brasileira”. (MOURA, 1992, p. 71).

postulações, datadas do século XVIII, tratam-se de construções ideológicas, e incondizentes com a realidade social, ainda continuam sendo propaladas por setores conservadores da sociedade brasileira.

Indica que o fato de ter a pele negra não deve causar inibições na população negra e classifica o passado escravista como “que suscita desonra; ou que provoca horror, vergonha”, mas salienta que à época já estava completamente superado. É inovador para o período a ideia de que constituir-se enquanto negro/a pode ter efeitos sobre a auto-estima e socialização, o que a literatura especializada identifica como um dos efeitos psicossociais do racismo (AMMA, 2008).

O terceiro tópico apresentado se constituiu como embrião das ações afirmativas – tema que será discutido posteriormente – à medida que o subsídio do Estado deveria estar em todos os níveis educacionais, sem perder de vista a necessidade da educação pública.

O quarto elemento, apesar de criticar a existência de discriminação e preconceitos raciais é contraditório ao passo que se utiliza de argumentos cristãos, que legitima práticas racistas, para combatê-lo.

O último item, explicita a sintonia do TEN aos debates internacionais vinculados à luta antirracista. Ao sugerir que sejam inseridos dispositivos de criminalização do racismo e da discriminação racial, citando países que avançaram, neste sentido. Em âmbito nacional, a partir deste manifesto:

O senador Hamilton Nogueira, com base no Manifesto, propôs na Assembleia Nacional constituinte de 1946 uma medida que, aprovada, teria integrado a proibição da discriminação racial do país. Nesta altura, a posição do Partido Comunista se concretizou: Claudino José da Silva, o único representante negro na Assembleia, deputado federal do PC, fez um discurso de oposição à medida (...) A alegação sobre a qual o PC agora se opunha à medida era de que ela ‘viria restringir o sentido mais amplo de democracia’ constitucional. (NASCIMENTO, 2003, p. 258).

A reivindicação foi reelaborada e culminou na Lei Afonso Arinos, promulgada em 1951, entretanto era incipiente já que um ato racista passou a ser classificado como contravenção penal, conforme ilustra Santos: “colocar um vaso no peitoril de uma janela é considerado uma contravenção penal. O preconceito de raça e cor estava sendo tratado no mesmo nível de se colocar um vaso de flor no peitoril de uma janela, uma vez que este poderia cair e machucar alguém” (SANTOS, 2013, p. 59).

Apesar dos avanços nos temas apresentados, a tônica de ajustamento social e moral do grupo “afro-brasileiro” estava contida na concepção do TEN:

Assim desarmados e desamparados, o negro só tinha um caminho a seguir: o caminho da decadência e da degradação. Foi o que se viu. As favelas, os hospitais, as prisões e os manicômios passaram a ser os locais mais frequentados pelos descendentes da raça heroica e produtiva que alicerçou com suor e sangue a estrutura econômica do Brasil (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 164 – Diário Trabalhista, 28/11/1946, p. 5).

O/as assistentes sociais vinculados ao TEN, além de nutrirem-se da vertente supracitada, encontraram consonância nos princípios declarados pelo Serviço Social à época, que estão contidos no Código de Ética Profissional de 1947 em que: “o Serviço Social não trata apenas do fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transição comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade” (CFAS, 1947).

Maria de Lourdes Nascimento, nas colunas do TEN, não tratou diretamente do Serviço Social, mas manteve o tom de aconselhamento, em sua coluna “Fala a Mulher”. Os temas de maior expressão foram: as crianças negras, a organização política das mulheres negras e a situação das mulheres negras enquanto empregadas domésticas.

Em relação às empregadas domésticas²⁷ refletiu que:

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça moral possam existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e post-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (SILVA, 2010, p. 34)

Esta análise é inovadora, porque destoava do discurso majoritário da profissão, como anunciado na Segunda Semana de Ação Social:

[As] domésticas, as nossas colaboradoras do lar na maioria pretas ou mestiças, às quais devemos pagar uma dívida de honra: torna-las livres, no bom sentido da palavra, por uma formação moral e profissional adequada, para resgatar o pecado da escravidão negra cometida por nossos antepassados (Heloísa C. R. Werneck. Segunda Semana de Ação Social, 1937, p. 138 apud FERREIRA, 2010, p. 151).

²⁷ A situação das mulheres negras no trabalho doméstico já tinha sido foco dos movimentos negros anteriores. Uma das lideranças do grupo feminino da Frente Negra Brasileira foi Laudelina de Campos Mello, que veio a fundar em 1936, a primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, no município de Santos. A assistente social, Dra. Elisabete Aparecida Pinto publicou livro intitulado “Etnicidade, Gênero e Educação: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello”, fruto de sua dissertação de mestrado.

A concepção explicitada apresenta à escravidão enquanto acidente histórico e não enquanto um processo social construído pelas elites nacionais, e reforça a ideia da liberdade enquanto dádiva, desconsiderando às resistências da população negra, realimentam a democracia racial. Nas palavras de Clóvis Moura:

Por tudo isto faz-se o possível para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada, seja romantizada dentro de valores que dão vigamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil (...) Dando continuidade a este filão interpretativo, surge a tese do homem cordial que vem exatamente para querer provar o ethos especial do brasileiro o coloca em uma posição de incompatibilidade congênita com qualquer regime opressivo ou autoritário (como a escravidão ou o fascismo) devido a não ser da sua essência cordial (...) Desta forma ao cordial dominante soma-se a do bom escravo (...) e no presente o negro que aceita os valores desta democracia (MOURA, 1983, p. 33).

Quanto às contribuições de Alves, não é nosso propósito fazer uma análise minuciosa de seu trabalho de conclusão de curso²⁸, e sim destacar os elementos que dialogam com o Serviço Social e o debate racial. O autor evidencia a concepção messiânica da profissão, por exemplo, no título do terceiro capítulo de seu trabalho “Ao Serviço Social compete solucionar o ‘caso afro-brasileiro’²⁹. Em seu texto, expõe que:

Daí é de bom alvitre não darmos normas para a atuação do Assistente Social, pois antes destas regras, devemos cuidar de esclarecê-lo, no que diz respeito à situação do homem de cor, nas relações com os outros membros, nas relações com outros membros componentes da comunidade nacional. Tal esclarecimento está no que tange os conhecimentos de uma cadeira entrosada nos bioantropossociológica, imprescindível, que proporciona um acervo de saber ao Assistente Social, que iria transmitir à massa através de uma metodização, em que participaria, negros e brancos de todas as categorias e profissões, numa simbiose de sentimentos, que seria um amplexo de fraternidade nacional, tudo isso supervisionado pelo Assistente Social (ALVES, 1966, p. 103).

Mesmo com o evidente tecnicismo presente na obra, Alves é inovador ao propor a criação de uma disciplina que pudesse subsidiar a tarefa dos assistentes sociais em solucionar o ‘caso afro-brasileiro’: “deverá ser criada uma cadeira nos cursos de Assistentes Sociais, com conhecimentos de bioantroposociologia para a completa elucidação do problema do negro-brasileiro” (ALVES, 1966, p. 104).

Em suma, para o autor, a solução da questão posta seria a reeducação, sugerindo que é preciso: “reeducar o homem branco para receber o negro sem preconceito, sem restrições;

²⁸ Análises abrangentes podem ser encontradas em: Ferreira (2010) e Diaz (2016).

²⁹ A respeito dos termos utilizados pelos movimentos negros do período, Guimarães; Macedo (2008, p. 174) apontam que: “o termo ‘negro’ foi mantido para nomear a identidade grupal, ainda que a palavra ‘afro-brasileiro’ designando tanto cultura quanto as pessoas, definitivamente fosse incorporada ao vocabulário da mobilização negra no Brasil”.

reeducar o negro para intrometer-se na sociedade, sem complexo de inferioridade” (ALVES, 1966, p. 104)³⁰.

Retomando os aspectos gerais da profissão, com o incremento do Estado a partir da década de 1950, o Serviço Social teve um impulso para a tecnificação, abarcando influências do Serviço Social norte-americano e adensando os pressupostos teórico-metodológicos com o alinhamento ao positivismo, como explica Yazbek (2009, p. 06).

um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais.

A percepção dos limites da perspectiva supracitada, e seu questionamento, por parte da categoria profissional, se deu com o advento da ditadura militar, que consolidou a presença do capital estrangeiro, em aliança com a burguesia nacional e aprofundou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. A mesma autora expõe que:

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. (YAZBEK, 2009, p. 06)³¹

³⁰ A atuação do TEN marcou a sociedade brasileira ao promover “denúncias sociais da miséria provocada pelo racismo” (XAVIER, 2003, s/p). Este posicionamento foi questionado por setores progressistas e vinculados à esquerda, que somados a fatores conjunturais, culminaram no isolamento político do grupo, até o término definitivo em 1968, juntamente com o auto-exílio de sua principal liderança, Abdias Nascimento. A respeito da contribuição de Abdias Nascimento e do TEN reflete Florestan Fernandes: “há que se tomar em conta uma pedagogia e uma política. A pedagogia se consubstancia no Teatro Experimental do Negro, que ele inventou como um expediente revolucionário que abalasse as estruturas mentais do negro, destruindo uma auto-imagem reflexiva destruidora, e que expusesse a hipocrisia racial do branco a uma crise irreversível. A política aparece na guerrilha a descoberto e permanente: fustigar as causas e os efeitos do ‘preconceito de cor’ sem qualquer concessão, entre os brancos e entre os negros – e contra ambos, quando eles se relevassem indignos da lição. Em consequência a denúncia da propalada democracia racial se convertia em foco político e passava a contar como fator de erosão da ideologia racial oficial. (FERNANDES, 2017, p. 17).

³¹ A ligação com a América Latina, neste contexto é crucial já que o movimento de renovação do Serviço Social Brasileiro é construído a partir de um legado do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano. Marilda Vilela Iamamoto explica que: “Emergido na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década, foi na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi” (IAMAMOTO, 2015, p. 205-206).

Porém, estava em curso no país, o ápice do período ditatorial, como discorre Netto (2009, p. 22):

O apogeu da ditadura, que esquematicamente pode ser situado entre o AI-5 e o processo eleitoral de 1974, não se garantiu tão somente com a utilização do terrorismo estatal: peça importante neste período constituiu no desempenho da economia, cujo crescimento real propiciou a retórica do ‘milagre econômico’. Mas o ‘milagre’ não resistiu à sua primeira prova: foi a pique com a crise capitalista mundial deflagrada com o ‘primeiro choque do petróleo, rebate fortemente aqui, demonstrando a mistificação do mote ‘Brasil potência’ e colocando a nu a vulnerabilidade do país.

A partir dos rebatimentos da crise e da explicitação dos impactos do recrudescimento da violência, o grupo dirigente estabeleceu como estratégia para a manutenção do regime a chamada “abertura”, para postergar e controlar a possibilidade de redemocratização da sociedade:

os estrategistas da ditadura (em especial o núcleo que mantinha a tutela militar do regime) perceberam claramente o isolamento que erodia as já estreitas bases de sustentação do Estado autocrático-burguês e buscaram implementar a sua *auto-reforma*. O objetivo deste projeto (batizado de ‘processo de distensão’, iniciado pelo governo Geisel e assumido como ‘processo de abertura’, em novas circunstâncias, pelo governo Figueiredo) era claro: não tinha nenhum conteúdo efetivamente democrático – visava tão somente à (re) composição de um bloco sócio-político para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas, estruturado a serviço dos monopólios (NETTO, 2009, p. 23).

Este cenário político, possibilitou a evidência de grupos sociais contrários ao regime, marcadamente o movimento operário e o redimensionamento das forças populares. A conjuntura e a experiência acumulada por um grupo de assistentes sociais que participaram dos movimentos sociais de contestação e resistência ao regime ditatorial fizeram deflagrar um processo de questionamento e revisão no interior da categoria profissional, tanto como o papel das entidades representativas quanto aos pilares da profissão:

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (YAZBEK, 2009, p. 06-07).

A explicitação desta intenção de ruptura com o conservadorismo para o Serviço Social Brasileiro se materializou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado na

cidade de São Paulo, em fins de setembro de 1979³². Netto situa que o questionamento do conservadorismo no âmbito das entidades representativas foi fundamental para abrir caminho para o questionamento de outros pilares, como os referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos que norteavam a profissão: “a quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio de seu conservadorismo teórico e metodológico” (NETTO, 1999, p. 102).

Neste sentido, ganha relevo a questão do pluralismo, que a partir do âmbito político proporcionou o debate do pluralismo teórico-metodológico no seio profissional. Carlos Nelson Coutinho demonstra que o debate do pluralismo é fruto da sociedade moderna, entretanto apresenta diferentes concepções que alicerçam distintos projetos societários. O autor reflete que:

Se a negação do pluralismo conduz ao despotismo, e se ao simples pluralismo leva à manutenção do liberalismo capitalista, do corporativismo neoliberal, a proposta do socialismo democrático – a proposta, portanto, de uma renovação radical da sociedade moderna – é a de hegemonia, respeitando as diversidades e alimentando-se desta diversidade. E assim, não apesar das diversidades, mas através e por causa delas, construir um projeto comum de sociedade, um projeto global, que funde uma vontade coletiva efetivamente transformadora (COUTINHO, 1991, p. 11).

A luta democrática floresceu o debate do pluralismo e trouxe para o centro a necessidade da construção de um novo projeto profissional, que pudesse responder aos questionamentos e compromissos trazidos à tona pela conjuntura, mas sobretudo que fosse síntese da revisão profissional que estava sendo gestada em um meio heterogêneo e de disputa por sua direção:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente *indivíduos diferentes* – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO, 1999, p. 96).

É fundamental o debate acerca do projeto profissional à medida que “implica e envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a

³² A respeito do significado deste congresso para a categoria profissional, Netto (2009) discorre que: “É exatamente na ruptura dessa deletéria alienação que reside a significação essencial do III Congresso – ruptura que justifica integralmente a sua caracterização como “Congresso da Virada”. Não é nenhum exagero assinalar a sua simetria, no quadro do Serviço Social, à reinserção da classe operária na arena política brasileira: assim como esta marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto-reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político”. (NETTO, 2009, p. 30-31).

legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 1999, p. 98). Frisando que:

os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (NETTO, 1999, p. 99).

A constituição do novo projeto profissional contou ainda com outros elementos, como a formação profissional, a centralidade da ética profissional e a produção do conhecimento. Estes elementos ganharam centralidade no debate do projeto ético-político profissional porque alicerçam a constituição do novo perfil profissional. Iamamoto (2015) explica que havia, como ainda há:

a necessidade de direcionar a formação profissional para criação de um perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica, com uma aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social (...). Perfil este que se complementa com uma competência técnico-política, que permita no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregiar forças sociais em torno de rumos ético-políticos voltados para a defesa radical da democracia. (IAMAMOTO, 2015, p. 184-185).

As premissas políticas e teórico-metodológicas da categoria, ainda incipiente no início dos anos 1980, foram as responsáveis por propiciar a emergência de temas e personagens, que trouxeram para o debate às demandas das mulheres e das mulheres negras. Tal movimentação pode ser observada no IV Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado entre os dias 5 e 9 de novembro de 1984, em Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

Promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), desde a abertura, a organização reconhece que está em curso uma mudança na profissão e considera que: “faz-se necessária uma serena reflexão sobre os fundamentos, o sentido e o valor do saber do Serviço Social, considerando-se que este se encontra numa situação de crise – crise em sentido autêntico – estar perante vários caminhos e obrigar-se a uma decisão” (CBCISS, 1988, s/p).

Foram apresentadas conferências, trabalhos individuais e trabalhos em grupo. A documentação do seminário reserva um item para as participantes³³. Em relação aos trabalhos apresentados, realçamos o trabalho “Consciência Crítica no Serviço Social: alguns elementos

³³ Dentre as participantes consta a assistente social Magali Silva Almeida Ribeiro.

para a revisão”³⁴. O texto apresenta na forma de itens, temas que precisam de maior atenção pelo Serviço Social. A temática das mulheres negras aparece na reflexão sobre a composição feminina da categoria profissional:

- Quem e como somos nós, mulheres, como formadoras de cultura? Como construímos a nossa consciência coletiva de mulher e a nossa unidade pessoa-profissional-cidadã?
- Como exercitamos a nossa participação nas lutas pela superação de uma ‘dada condição feminina’ no conjunto das questões mais gerais da sociedade de classes? Evidenciamos também a presença substancial de mulheres negras, nos tempos mais recentes, como Assistentes Sociais:
- No momento histórico em que as chamadas minorias despossuídas de poder, como mulheres e negros, buscam caminhos alternativos aos até então percorridos por estas ‘minorias’ na América Latina, como se expressa o procedimento de categoria profissional de Assistentes Sociais brasileiras com forte presença de mulheres negras? (BELÉM et. al., 1988, p. 153).

Refletindo sobre as diferenças em relação aos demais seminários de teorização realizados pela categoria profissional, Netto (2005, p. 195-196) aponta que:

notadamente no [seminário] do Alto da Boa Vista, é perceptível um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador. [E continua]: começava a dispor de foros plurais, a contemplar novas e mais amplas temáticas e se beneficiava de um acúmulo acadêmico não desprezível; principalmente no seu interior já se fazia sentir uma força polêmica em face do tradicionalismo, que escorada então por propostas latino-americanas contestadoras, gestava discussões de fundo em relação ao Serviço Social mesmo – e claramente, punha-se na ordem do dia a tematização teórico-metodológica da profissão vinculada ao debate das ciências sociais e aos dados mais novos da conjuntura brasileira.

Entretanto, o mesmo autor delimita as contribuições e explicita as fragilidades trazidas pelo Seminário de Alto da Boa Vista:

Tomando em conta o caráter datado dos eventos em tela -, as elaborações e preocupações que tiveram curso nos dois colóquios possuíam traços que as tornavam muito pouco aptas para galvanizar a atenção das vanguardas profissionais emergentes. Estes traços podem ser resumidos se se alude ao seu denominador comum: a extrema pobreza teórica que exibiam, em comparação com a discussão simultaneamente operada nos foros acadêmicos, culturais e políticos da profissão e fora dela. (NETTO, 2005, p. 196-197).

Mesmo com os limites apontados pelo autor, do ponto de vista do debate racial, os indicativos trazidos são importantes à medida que o posicionamento é assumido por um grupo

³⁴ O texto assinado por Eliane Corradini Belém, Carmem Lúcia Nunes da Silva, Celina Magalhães Ellery, Suely Gomes Costa, Salete Conceição de Arruda, Virginia Maria Bevilacqua Garcia, é fruto da sistematização das questões trazidas num subgrupo denominado “Dialética e Serviço Social”, o grupo pontua que “admitindo os limites desses debates, considerou-se que eles representam a apreensão coletiva de fatos de idêntica significação, cuja regularidade é observável, tanto na história atual do Serviço Social como nas nossas histórias de vida”. (CBCISS, 1988, p. 144).

de profissionais, a partir de um olhar para a composição racial da categoria profissional, evidenciando os nexos com os movimentos sociais, numa conjuntura potente de interlocuções entre ambos.

Este registro sobre a presença substancial de mulheres negras na categoria profissional remete ao acesso da população negra ao ensino superior já que o exercício profissional exige a conclusão do curso de graduação em Serviço Social. Houve, a partir dos anos 1980, um impulso na escolarização para uma parcela da população negra³⁵, produto das contradições do período ditatorial, como explica Clóvis Moura:

De um modo geral, podemos dizer que os espaços sociais do negro diminuíram muito durante a ditadura militar. Mas ao dizer isso não podemos generalizar, porque houve, concomitantemente, um processo de diferenciação com uma dinâmica de mobilidade social perceptível na camada letrada, na base do chamado milagre brasileiro. Se essa mobilidade conseguiu elevar alguns negros ou mesmo grupos do universo letrado, por outro lado, penalizou ainda mais o universo plebeu (MOURA, 2014, p. 298-299).

A inserção de um contingente de jovens negros e negras, em cursos de graduação³⁶, foi importante não só pela ampliação da escolarização, mas sobretudo porque oportunizou conhecimento e diálogo com tendências políticas diversas, notadamente de esquerda, alicerce para a construção de novos rumos para os movimentos negros no país:

Jovens negros que ingressaram nos estabelecimentos de terceiro grau viram-se confrontados com mobilizações estudantis e engajamentos políticos antiditadura, correntes e formações partidárias clandestinas, todas inspiradas pelo ideário da esquerda política. Inseridos numa rede social ampla, esses jovens passaram também a movimentar-se no sentido de problematizar a questão racial no seio desses setores autônomos ‘progressistas’ ou de ‘vanguarda’. Nesses espaços, boa parte dessa juventude construiu sua formação política, dialogando com os movimentos sociais e sindicais, contestadores da ordem militar; realizando reuniões políticas em espaços de resistência ao regime, como universidades, instituições religiosas, centros estudantis, organizações partidárias e redações de jornais alternativos; questionando os alicerces da identidade nacional e conspirando, assim, contra o ‘mito da democracia racial’, construção ideológica que tornava cúmplices as elites do Estado e a sociedade civil submersa (RIOS, 2012, p. 45).

³⁵ Beltrão e Teixeira (2004) realizam estudo detalhado sobre escolarização no país abrangendo os diversos grupos raciais, baseados nos censos demográficos de 1960, 1980, 1991 e 2000, e para a população negra, apresenta, para o período, os seguintes valores percentuais de acesso ao ensino superior: 1960 (0,13%); 1980 (0,81%); 1991 (2,08%) e 2000 (2,54%). Os valores, apesar de incipientes, estão em crescente (BELTRÃO, 2004, p.18).

³⁶ Destaca-se a criação do Grupo Negro da PUC, em São Paulo, em 1979. Participaram do grupo algumas assistentes sociais negras: Maria José P. Santos (Majô); Suelma Inês Alves de Deus; Edna Muniz. O grupo apresenta como um dos resultados de suas lutas que: “a militância negra contribui para a criação de novas possibilidades profissionais no campo das relações raciais. Dos trabalhos de conclusão de cursos de graduação, os chamados TCCs, que passaram a pesquisar a realidade do negro dentro e fora da universidade, surgiram habilidades profissionais para o combate ao racismo no campo do direito, da educação, da história, da sociologia, do serviço social, da psicologia e outros”. (GRUPO NEGRO DA PUC, 2008).

Netto (2009) também reconhece um novo patamar ideológico dos movimentos negros impulsionado pela inserção do movimento operário na cena política nacional:

Capitaneada pelos trabalhadores do setor metal-mecânico conexo à indústria automobilística – controlada pelas grandes corporações monopolistas –, esta reinserção operou uma viragem no processo político. De um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril; de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou na luta contra o regime demandas e aspirações fortemente reprimidas, que estavam dando suporte a expressões até então atomizadas – os movimentos, entre outros, pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros. Tais movimentos, em geral de caráter policlassista, viram-se galvanizados pela reinserção, na arena política, da classe operária, cuja organização sindical experimentou rápida vitalização com potenciada combatividade. (NETTO, 2009, p. 25).

A mudança de perspectiva dos movimentos negros inicia-se com um balanço dos resultados da ditadura militar para a população negra em geral, como sintetiza Gonzalez: “pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, o negro oferece a sua força de trabalho a qualquer preço” (GONZALEZ, 1982, p. 17). É a partir do questionamento das condições de vida às quais contingentes majoritários da população negra estavam submetidos e buscando apreender os determinantes presentes no cotidiano, com evidência para a violência policial, que se organiza o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), criado em 18 de junho de 1978.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube Regatas do Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros (GONZALEZ, 1982, p. 43-44).

Na carta de apresentação, o grupo, convidava para um ato público contra o Racismo, que aconteceria no dia 7 de julho às 18:30 horas, no Viaduto do Chá, na capital paulista.

todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem as fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira neste ato contra o racismo. Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento” (idem).

Era inédito para os movimentos negros declararem explicitamente o racismo enquanto foco das lutas. A mudança no teor das reivindicações é ratificada na carta lida no ato do dia 7 de julho de 1978:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia.

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos na rua para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! (GONZALEZ, 1982, p. 17)

Como estratégia, a entidade propôs:

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (...) que promovam o debate, a informação, a conscientização e a organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira (Idem).

E expunha como objetivo: “criar as condições necessárias para uma verdadeira democracia racial”. Para o alcance deste objetivo, foi construído um novo vocabulário para a luta racial no país, como expressa Flávia Rios:

Tal mudança vocabular não significaria uma simples atualização da linguagem política contemporânea. A persuasão discursiva do movimento passou a dizer tanto sobre as formas de combate às injustiças de cunho racial como acenava para as transformações no padrão de valores da sociedade. Neste sentido, uma das inovações dessa mobilização foi justamente focalizar sua pauta reivindicativa em temas que vão desde as liberdades civis dos negros, cujas vidas se viam ameaçadas pelas abordagens policiais informadas por estereótipos raciais, até a necessidade de garantir tratamento igualitário no mercado de trabalho (RIOS, 2012, p. 45).

Como demonstrado em outros pontos do capítulo, a denúncia da discriminação racial vinha sendo pautada pelos movimentos negros desde as primeiras iniciativas organizadas, entretanto o seu teor foi ressignificado nesta etapa. O MNU apresentava a concepção de que a discriminação racial está vinculada às estruturas sociais, constituindo-se como fruto do racismo, como pode ser visto no questionamento dos grupos: “(...) Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros” (GONZALEZ, 1982, p. 49).

Assim, o grupo construiu a perspectiva de que a discriminação racial tem uma dimensão coletiva, materializada nas condições de vida da população negra, e citou como exemplo: “pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condição de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro” (idem).

Este entendimento demonstrou o amadurecimento teórico-político dos movimentos negros: a perspectiva estrutural do racismo, com evidente diálogo com teorias marxistas e influenciada pelos movimentos negros do Estados Unidos e pela libertação dos povos

africanos. A perspectiva materialista dialética é patente através dos pontos centrais apresentados como pauta de luta – a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização - não se deram ao acaso, mas são constitutivas da situação do negro na sociedade brasileira, como explica Clóvis Moura:

Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários das massas plebeias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro sob controle. E a repressão do aparelho policial entra em contato corpo-a-corpo com o negro e segmentos marginalizados. A imagem do negro por isso, passa a ser a de um desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. (MOURA, 1983, p. 25).

O diálogo com as esquerdas foi retomado, entretanto com o propósito de tensionar o debate sobre o papel da população negra na constituição da classe trabalhadora. Neste sentido, o mesmo autor questiona:

não podemos ver, por isto, como certos marxistas de cátedra, o problema do negro brasileiro como simples problema de classe. É simplificar – dentro de categorias muito gerais – um problema bastante mais complexo. Partindo estes cientistas sociais da ideia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema do negro (MOURA, 1983, p. 29).

O MNU se constituiu como movimento subversivo à ordem estabelecida porque além de articular os conceitos de raça e classe – potencializando o viés revolucionário - passou a questionar o mito da democracia racial, como realizado em etapas anteriores, mas radicalizando o seu discurso. É importante salientar que o mito da democracia racial, constructo ideológico que expressa o conservadorismo brasileiro - foi retomado no contexto ditatorial com a finalidade de cimentar e impulsionar o projeto nacional, tanto é que a incitação de cunho racial estava prevista como crime na legislação ora vigente, como demonstra Karin Sant’Anna Kössling:

A Lei de Segurança Nacional, de 11/03/1967, em seu artigo n.33, no item IV assinalava como crime incitar publicamente ‘ao ódio ou à discriminação racial’. Esta lei previa pena de detenção de 1 a 3 anos, podendo ser aumentada se o ‘crime’ fosse praticado por meio de imprensa, panfleto ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão. Da mesma forma, a Lei de Imprensa de 9/2/1967 no parágrafo 1º., apontava que não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe (KÖSSLING, 2007, p. 41).

Mesmo diante das resistências, o MNU continuava sua pauta de questionamento e ressignificação do lugar da população negra na sociedade brasileira. Uma pauta relevante foi a

luta de constituição de Zumbi dos Palmares, enquanto herói nacional e a efetivação do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Esta reivindicação foi explicitada no Manifesto, de 4 de novembro de 1978.

(...) nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios e brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos (GONZALEZ, 1982, p. 58).

Segundo Amilcar Pereira (2007) há pelo menos quatro características que diferenciam esta organização política das demais, que delimitam os pilares dos movimentos negros contemporâneos: a constante denúncia do chamado ‘mito da democracia racial’; a nítida, e praticamente exclusiva, aproximação com as organizações de esquerda; as influências culturais e políticas provinda do chamado ‘Atlântico Negro’, das lutas de libertação de países africanos e pelos direitos civis nos Estados Unidos; a assunção do 20 de novembro como data substitutiva ao Treze de Maio.

Inicialmente, o MNU congregava grupos do eixo São Paulo – Rio, mas com a repercussão dos atos e manifestações se disseminou para outras regiões do país: “o I Congresso do MNU [reuniu] delegados do Rio, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”. (GONZALEZ, 1982). Esta informação não é de menor valia à medida que estabeleceu os principais polos de luta racial no território nacional. A ampliação do raio de ação do MNU é materializada com a realização dos Congressos Nacionais. Destaca-se o II Congresso do MNU, realizado em 1981, em Minas Gerais, em que Moura (1983, p. 165) identifica a incorporação de pautas específicas como a das mulheres negras, machismo e sexualidades.

É a partir dos questionamentos postos no interior dos movimentos negros, como também pelos questionamentos construídos junto aos movimentos feministas, que as mulheres negras decidiram se constituir como grupo autônomo.

Nos movimentos feministas, as mulheres negras passaram a explicitar que as bandeiras de luta apresentadas, de forma majoritária, diziam respeito às experiências de mulheres brancas burguesas em face às experiências das mulheres negras, que estavam vinculadas à

desconstrução dos estereótipos veiculados largamente na sociedade brasileira desde o período escravocrata assim como demandas relacionadas à melhoria das condições de vida.

Nos movimentos negros, apesar da experiência comum de combate ao racismo, as mulheres negras reivindicavam os espaços de liderança e o reconhecimento de suas atividades como relevantes para o conjunto dos movimentos negros, como também a explicitação que racismo e sexismo, de forma combinada, emolduram as trajetórias das mulheres negras brasileiras. Este processo de constituição do movimento de mulheres negras é sintetizado por Sueli Carneiro:

os esforços de organização das mulheres negras decorrem da insuficiência com que a especificidade da mulher negra é tratada tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, posto que não está estruturalmente integrada nas concepções e práticas políticas desses dois movimentos a perspectiva de que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero, e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial. Esse é o fundamento para uma dupla militância, que se impõe para as mulheres negras como formas de assegurar que as conquistas num campo de luta, por exemplo no campo racial, não sejam inviabilizadas pela persistência das desigualdades de gênero, e para que as conquistas dos movimentos de mulheres não privilegiem apenas as mulheres brancas, em função das práticas discriminatórias de base racial presentes na sociedade contra as mulheres negras (CARNEIRO, 2002, p. 180).

As leituras de sociedade dos movimentos negros e do movimento de mulheres negras, na década de 1980, que conjugavam como determinantes fundamentais classe, raça, e gênero, foram possíveis pelas interlocuções e trocas de experiências com o novo sindicalismo:

Era o ‘novo sindicalismo’ que se pretendeu independente do Estado e dos partidos, eram os ‘novos movimentos de bairro’, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado (...) eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam o seu próprio espaço e requeriam novas categorias para a sua inteligibilidade. (SADER, 1989, p. 35).

Uma parcela de assistentes sociais, que também estava inserida na luta sindical, trazia as pautas vinculadas às lutas gerais da classe trabalhadora. Abramides e Cabral (2009) remontam que esta recomposição do movimento sindical brasileiro foi construída a partir das greves gerais de 1977. Após uma década de lutas, na especificidade da categoria profissional significou um realinhamento dos sindicatos de assistentes sociais:

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS/ANAS no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: aprofundar a consciência da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes: apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos

sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país. De outro lado se inseriu na articulação das categorias profissionais de nível universitário na discussão e implantação da nova estrutura sindical aprovada no II Congresso da CUT em 1986.

Os sindicatos de assistentes sociais ao compactuarem com as pautas da CUT, considerando o debate racial, posicionaram-se:

contra o racismo e discriminação do trabalhador negro; por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 72-73).

Nutridas pela militância e por experiências organizativas advindas da inserção em movimentos negros, movimentos feministas, movimentos de mulheres negras, sindicais e luta democrática, que assistentes sociais negras ampliaram o espaço de participação nos espaços representativos e acadêmicos da categoria profissional e fomentaram o debate racial no interior da profissão. Tal debate foi possível pelo ambiente de revisão e renovação dos pilares da profissão, alicerçada numa leitura de realidade que incorporou a dinâmica das classes sociais, com vistas a construção de um papel profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

Este projeto profissional, iniciado com a contestação do conservadorismo nas entidades políticas organizativas, e que penetrou as diferentes esferas da profissão, expressou as conquistas acumuladas, no âmbito da formação profissional, com a Reforma Curricular de 1982 e no âmbito da ética profissional, com o Código de Ética de 1986:

A sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual. Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia.

Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora.

Seu conteúdo expressa princípios e diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente, e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira. Constitui-se em parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais. (CFAS, 1986).

A pavimentação ética promovida pelo referido código, com expressa negação do conservadorismo ratificou a possibilidade de diálogo com a temática racial, no final dos anos 1980, como identificado por Eurico: “Decerto, pela própria história da profissão e o conservadorismo que marca sua gênese, o debate sobre a *questão racial* não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980” (EURICO, 2017, p. 426 – grifo da autora).

Porém, a incorporação e desenvolvimento dos pressupostos da profissão, assim como o debate racial se apresentaram e se apresentam de forma heterogênea no plano nacional. Neste sentido, é possível localizar iniciativas pioneiras construídas por assistentes sociais do eixo Rio-São Paulo, como aponta Almeida:

Na história das entidades da categoria a luta contra o preconceito e discriminação é assumida na agenda política no final dos anos 1980 e conduzida a partir de iniciativas locais ou regionais. A inserção de um número não muito significativo de assistentes sociais (porém atuantes) na militância partidária, nos movimentos feminista, de mulheres ou negro, do eixo Rio São Paulo, colocou novas demandas e desafios para a profissão na construção de ações de combate a discriminações de gênero e raciais naquela conjuntura. (ALMEIDA, 2013, p. 142).

Tal pioneirismo pode ser explicado: no tocante à profissão, os referidos estados tiveram os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social, importantes propulsores do movimento de renovação profissional já que “é no âmbito da pós-graduação, cujos primeiros frutos se colhem na passagem na década de 70 à 80, que vai iniciar-se e, nos seguintes consolidar-se a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, num processo em que pela primeira vez, a categoria principiou a sua acumulação teórica” (NETTO, 2009, p. 101); no tocante aos movimentos negros, São Paulo e Rio de Janeiro congregam as iniciativas mais expressivas de luta negra do país, a exemplo do MNU, no primeiro estado e IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, no segundo estado, fundado em 1975.

Almeida (2013) demarca que “durante o ano de 1987 o CRESS do Rio de Janeiro³⁷ integrou a comissão organizadora da Marcha Contra a Farsa da Abolição que ocorreu no ano seguinte, no dia 11 de maio” (ALMEIDA, 2013, p. 143). A ação, corrobora um dos princípios do Código de Ética de 1986: “o apoio e/ou a participação nos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora” (CFAS, 1986), explicitando a aceitação de pautas

³⁷ A diretoria do CRESS RJ, no período de 1987 a 1990, foi composta por: Tania Regina Ferreira (presidenta); Magali Almeida; Perciliana Costa Rodrigues; Marlise Vinagre Silva; Terezinha Aparecida de V. Marques e Sandra Helena Lima Polco.

trazidas pelos movimentos negros, como o questionamento da Abolição da Escravatura, enquanto processo falacioso, que expressa o conservadorismo político das elites nacionais³⁸.

Posteriormente, as assistentes sociais negras ganharam projeção nacional com a apresentação de trabalhos sobre a temática racial no 6º. CBAS, em 1989³⁹. Olhar para a produção acadêmica é importante porque ela é capaz de expressar e sintetizar as tendências políticas e conceituais presentes em cada conjuntura, tanto do ponto de vista do tema de interesse quanto da profissão em geral.

Na oportunidade, era a primeira vez que figuravam no ambiente político-acadêmico artigos com a temática racial, a saber: “A questão racial enquanto elemento da prática transformadora”, por Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus; e “O Serviço Social e os bastidores do racismo”, por Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana. (RIBEIRO, 2004; MARQUES JÚNIOR, 2013). O primeiro trabalho foi apresentado por um grupo de assistentes sociais paulistas; o segundo apresentado por um grupo de assistentes sociais cariocas, evidenciando o pioneirismo destas regiões do país na temática.

É interessante situar que todas as autoras eram “profissionais ligadas à temática étnico-racial e aos movimentos negros e de mulheres negras” (RIBEIRO, 2004, p. 149). Tal afirmação reforça o argumento deste trabalho de que as assistentes sociais negras foram principais responsáveis por fomentar o debate racial na agenda política-organizativa e acadêmica na categoria profissional de assistentes sociais.

À esta altura, na entrada da década de 1990, pelos movimentos construídos nas décadas anteriores, a categoria profissional acumulou conquistas no âmbito teórico-metodológico e ético-político, que foram materializados no Código de Ética de 1993:

Na revisão que deu forma ao Código de Ética hoje em vigor, as unilateralidades de 1986 foram corrigidas e, de fato, o novo texto incorporou tanto o acúmulo teórico realizado nos últimos vinte anos pela categoria, quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da própria revisão. O Código de Ética de 1993, neste sentido coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional.

A introdução do Código de Ética de 1993 explica a extensão e significado da revisão do código anterior:

³⁸ Florestan Fernandes, aponta que: “A data constituiu uma ficção histórica. Uma princesa assinou uma lei que extingui uma instituição que já estava morta. No entanto, a historiografia oficial e as classes dominantes posteriormente transformaram esta data em um marco histórico e a converteram no símbolo de que, no Brasil, a escravidão se encerrara por iniciativa dos de ‘cima’ e de ‘modo pacífico’”. (FERNANDES, 2017, p. 77).

³⁹ O Congresso teve como tema central “Análise de Conjuntura econômica, política e social na sociedade brasileira e no contexto latino americano referenciado ao capitalismo internacional”.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a. (CFESS, 1993).

É importante refletir em que medida o projeto ético-político profissional proposto pela categoria de assistentes sociais abarca e oferece possibilidades de ampliação do debate racial para a profissão, sua inserção social e política na sociedade brasileira, e desdobramentos no exercício profissional. Neste sentido, Eurico (2013) pondera que:

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional de Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um dos princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano profissional do assistente social. (EURICO, 2013, p. 293).

Os princípios fundamentais estão assentados numa determinada leitura de realidade, pautada na tradição marxista⁴⁰ que reconhece que a dinâmica social é determinada pelas relações entre as classes fundamentais e reconstrói a matéria prima do trabalho profissional, a questão social e sua configuração na sociedade brasileira⁴¹. O questionamento da categoria se faz diante da sociabilidade capitalista porque:

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do ser humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. Amplia-se ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as

⁴⁰ De acordo com Netto (1989, p. 89) a tradição marxista diz respeito ao “elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das diversas correntes marxistas”

⁴¹ A questão social que é elemento central para a profissão, também parâmetro para o estágio de desenvolvimento capitalista, como expressa Iamamoto: “A questão social seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e os meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado, em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos”. (IAMAMOTO, 1982, p.127)

classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que enraizadas nas particularidades nacionais, impõe novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 53-54).

O projeto profissional posiciona-se contrário ao projeto societário vigente e vislumbra a construção de uma outra sociabilidade. Para tanto explicita a imbricação entre a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e os constructos ideológicos que garantem a sua perpetuação:

Nas condições vividas no capitalismo, a extração de excedente econômico e extra econômico trabalham juntas. Os processos envolvidos na manutenção de um sistema de governo capitalista, o que Gramsci denominou de hegemonia da classe governante, não são somente econômicos, mas também políticos. (E frisa que) alienação e opressão são centrais para a reprodução da exploração capitalista (BAKAN, 2016, p. 54)

Neste sentido, a condição de gênero, raça e sexualidade não são vistas como adendo, mas constituintes na conformação da classe trabalhadora porque potencializam o processo de exploração. Combinadas à exploração-dominação de classe, a exploração-dominação racial tem uma funcionalidade na sedimentação de subclasses no interior da classe trabalhadora.

O capitalismo é muito flexível na capacidade de usar, bem como de descartar, opressões sociais particulares. Parte das más notícias é que o capitalismo é capaz de aproveitar em benefício próprio toda opressão extra econômica que esteja histórica e culturalmente disponível em qualquer situação. Tais legados culturais podem, por exemplo, promover a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca em criar subclasses. Quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extra econômicas como gênero ou raça, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não à lógica necessária do sistema capitalista (WOOD, 2011, p. 229).

O Código de Ética, mesmo sem fazer uso do termo racismo, possibilita construir os nexos existentes entre capitalismo e racismo, demarcando o racismo enquanto elemento estrutural, como elucida Silvio Almeida:

Se é pretensão do materialismo histórico dar conta da realidade concreta, tendo como ponto de partida relações sociais igualmente concretas, o racismo é um fenômeno que não pode ser desprezado. Longe de se reduzir a um dado meramente psicológico, o racismo é antes de tudo uma relação social. A divisão das classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individuação e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que foram a sociabilidade capitalista, têm o racismo como veículo importantíssimo (ALMEIDA, 2015, p. 748-749).

Entretanto, as contribuições advindas do materialismo histórico dialético para a dimensionar o racismo e sua funcionalidade na reprodução das relações sociais capitalistas

não são ponto pacífico entre as assistentes sociais que discutem à temática racial. Ribeiro (2004, p. 151) aponta que:

A história do Serviço Social no Brasil tem demonstrado uma abordagem conservadora das relações raciais, refletida nas formulações teóricas, que até recentemente, desconsiderava o racismo enquanto elemento estruturante desse processo. Cabe pontuar que mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe.

Concordamos com a autora na afirmação de que na maior parte da história da profissão à temática racial teve uma abordagem conservadora, entretanto esta perspectiva, não impactou somente à leitura das relações raciais, antes foi fruto das condições históricas as quais a profissão se constituiu na sociedade brasileira. Em relação à crítica da autora a abordagem dialética marxista, ponderamos que não se pode atribuir aos referenciais desta matriz a invisibilidade da temática racial, é preciso recuperar o modo pelo qual a tradição marxista foi traduzida pela categoria profissional.

Iamamoto sintetiza que “o encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da política partidária. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para a prática profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 210). Os manuais foram a referência teórica no período, o que fez com que a categoria se deparasse com um quadro eclético, e sem acesso aos escritos de Marx e construísse um entendimento precipitado sobre a construção da consciência política da categoria profissional.

A ilusão de que a consciência teórica resultaria direta e unilateralmente da luta de classes, movida pela vontade política. Origina-se daí um duplo dilema até hoje presente na prática profissional: o fatalismo e o messianismo, ambos cativos de uma análise da prática profissional esvaziada de historicidade (IAMAMOTO, 2015, p. 213).

Diaz (2016) atribui à “hegemonia do marxismo” à pouca expressão da temática racial na categoria profissional:

A produção da literatura sobre as ‘questões raciais’ no Serviço Social após o Congresso da Virada teve um ritmo lento, sem muito aprofundamento na área. Com a ‘hegemonia’ do marxismo, o Serviço Social restringiu o conjunto de temas pesquisados ao contexto sócio-histórico e econômico no capitalismo, adiando o estudo das ‘questões raciais’ até a primeira década de 2000 (...) A proposta hegemônica do Serviço Social que também inibe e dificulta a produção de estudos em torno do assunto. (DIAZ, 2016, p. 218).

Avesso ao exposto por Diaz, concordamos com Almeida (2016) sobre a possibilidade e a riqueza em debater o racismo à luz da teoria marxista:

Por ser uma relação social – portanto, dotada de materialidade e historicidade -, o fenômeno do racismo não escapou das lentes da teoria marxista (...) O debate racial no interior do pensamento marxista aprofundou-se à medida que os impactos das grandes transformações sociais do século XX exigiram um reposicionamento teórico. Temas como constituição de subjetividade e ideologia, Estado Capitalista e as crises e papel das minorias na luta de classes, bem como os diálogos com a psicanálise, a fenomenologia, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, ampliaram as possibilidades de uma análise marxista do racismo. (ALMEIDA, 2016, p. 23)

Considerando os compromissos assumidos pela categoria profissional e a direção ético-política construída pela profissão, continuamos a defender a ideia de que o materialismo histórico dialético ainda oferece as ferramentas essenciais para a luta antirracista. Corroboramos com Eurico (2017, p. 424) que:

a opção pela teoria marxista se apresenta como um terreno fértil ao propiciar o questionamento da realidade social a partir do estudo da economia política, da análise do modo de produção capitalista, da teoria do valor, da expropriação da mais-valia, entre outras tantas mediações presentes na dinâmica das relações sociais. Para que haja alterações significativas, há que se esmiuçar a conexão entre acumulação capitalista e reprodução da pobreza geracional, os altos índices de assassinatos de jovens e mulheres, a violência obstétrica, a mortalidade materno-infantil, a baixa escolaridade, a presença maciça em trabalhos mais precarizados e desprotegidos, dentre outros problemas que atingem com maior intensidade a população negra.

Avaliamos que a vinculação com a tradição marxista foi um dos fatores responsáveis pela construção do debate racial na agenda política da categoria profissional. Somos diametralmente opostas a leitura de que a agenda política em questão “surge de maneira livre e não imposta pela agenda hegemônica da profissão” (DIAZ, 2016, p. 220).

Ao contrário, conforme demonstrado no decorrer do capítulo, o debate racial na agenda político-profissional resultou da direção sociopolítica construída e assumida hegemonicamente pela categoria profissional, fundada em concepções teóricas críticas, a partir do final dos anos 1970, que possibilitou a progressiva incorporação do debate racial nas pautas das entidades representativas da categoria profissional, fomentada pela participação concomitante de mulheres negras nas entidades representativas da categoria profissional, na militância partidária, sindical e na militância junto aos movimentos sociais negros e de mulheres negras.

Com isso, nosso objetivo no próximo capítulo é analisar fundamentalmente de que forma vem se materializando o debate racial na agenda política da categoria profissional de assistentes sociais, tendo como fio condutor os materiais produzidos pelo CFESS.

CAPÍTULO 2. O DEBATE RACIAL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA DO CFESS

*“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar
deixa eu, se o caminho é
meu, deixa eu caminhar”
Dona Ivone Lara⁴²*

Neste capítulo iremos demonstrar de que maneira vem se materializando o debate racial na agenda política do CFESS, a partir de materiais produzidos por esta entidade representativa. Assim, é primordial discorrer sobre alguns elementos da trajetória do CFESS para então explicitar o caminho metodológico utilizado para escolha dos materiais e por fim analisá-los tendo como horizonte o momento histórico, a conjuntura política e econômica, os valores e conhecimentos teóricos que foram constitutivos desta agenda política.

Como demonstrado no capítulo anterior, o questionamento do conservadorismo na direção política das entidades representativas da categoria profissional⁴³ abriu caminho para o questionamento dos pressupostos profissionais no período dos anos 1970-1980: “tais espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores (e atrizes) oriundos do movimento sindical” (CFESS, 1996, p.174).

As marcas do conservadorismo estavam presentes na estrutura e organização das entidades à exemplo do processo de escolha de seus representantes, como aponta Abramides (2006, p. 164-165):

o conjunto CFAS-CRAS até 1979 encontra-se sob a hegemonia conservadora, sendo composta a direção do CFAS até 1987 por indicação dos representantes regionais, o que historicamente demonstra que das entidades da categoria profissional, são as

⁴² Trecho do samba “Se o caminho é meu”, interpretado por Ivone Lara. Graduiu-se em Serviço Social no ano de 1947, na Escola Ana Nery, depois de ter trabalhado seis anos como enfermeira-visitadora. Atuou por toda vida profissional no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II, compondo a equipe da Dra. Nilse da Silveira. Aposentou-se em 1977 e a partir de então se dedicou inteiramente a carreira de compositora e cantora de samba. Faleceu em 16 de abril de 2018. Ver mais em: Scheffer, 2016.

⁴³ De acordo com Abramides (2006, p. 44): “As organizações representativas da categoria dos assistentes sociais foram respectivamente: A ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais, criada em 1946 com ramificações regionais, com o objetivo de fortalecer a profissão e lutar pelo seu reconhecimento oficial; em 1957, surge o primeiro Sindicato de Assistentes Sociais em Porto Alegre, que tiveram suas atividades interrompidas pelo governo ditatorial, e são reativadas em 1978. O conjunto CFAS-CRAS Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais são criados a partir da regulamentação da profissão de 15 de maio de 1962”. Até a configuração atual, com a Lei de Regulamentação 8662 de 7 de junho de 1993.

entidades de fiscalização da profissão (do Conjunto CFAS-CRAS) que apresentam mais tardiamente sua democratização.

A reivindicação por eleições diretas no CFAS coaduna e resulta do movimento geral de democratização presente na conjuntura nacional, liderada por segmentos profissionais que estavam ligados à militância política, com destaque para àquelas/es inseridas em organizações sindicais.

A luta pela democratização do conjunto CFAS-CRAS, não se desenvolve de forma autônoma, pulverizada, isolada, espontânea, por parte da categoria profissional, mas pressupõe uma articulação e organização, implementadas pelo setor militante e de esquerda da categoria profissional, para uma atuação consequente nos Conselhos Profissionais na direção sociopolítica conquistada. (ABRAMIDES, 2006, p. 166).

A redemocratização da entidade ressoou na alteração da nomenclatura, dos anseios, das lideranças e das atribuições. Este processo se deu:

A partir de 1983, na esteira desse novo posicionamento da categoria profissional, teve início um amplo processo de debates conduzido pelo CFESS visando a alteração do Código de Ética vigente desde 1975. Desse processo resultou a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que superou a ‘perspectiva a-histórica e a-crítica onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe’ (CFESS, 1986). Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a ‘ética da neutralidade’ e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente (CFESS)

Quanto à nomenclatura, a lei de Regulamentação da Profissão, em seu artigo 6º. expressa que:

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). (CFESS, 1993, p. 47).

Os artigos seguintes da referida legislação, apresentam os objetivos e atribuições do CFESS, com destaque para:

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições: I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

Neste contexto, destaca-se a construção e as conquistas do Código de Ética de 1986, que de acordo com Barroco (2012) foram:

O rompimento com a pretensa perspectiva ‘imparcial’ dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de ‘pessoa humana’; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído. A partir de 1986, o Código de Ética passa a se dirigir explicitamente ao compromisso profissional com a realização dos direitos e das necessidades dos usuários, compreendidos em sua inserção de classe (BARROCO, 2012, p. 48).

Entretanto, era necessário adensar os fundamentos apresentados para alavancar a intenção de ruptura com o conservadorismo anunciada no referido Código, o que veio a se consolidar na revisão realizada no Código de 1993.

A reduzida acumulação no terreno da reflexão ética comprometeu o Código de Ética de 1986. Seus indiscutíveis avanços, que o tornaram um marco na história do Serviço Social no Brasil, se concretizaram no domínio da dimensão política (recorda-se, uma vez mais, que o político extrapola amplamente o partidário), coroando o rompimento com o conservadorismo na explicitação frontal do compromisso profissional com a massa da população brasileira, a classe trabalhadora. Entretanto, outras dimensões – éticas e profissionais – não foram suficientemente aclaradas, o que obrigou em pouco, à sua revisão (NETTO, 1999, p. 104).

A entrada dos anos 1990 foi fundamental para o amadurecimento dos pressupostos da profissão na constituição do projeto profissional. Ganha evidência, o debate da ética profissional, que para além das normativas, passa a alicerçar a direção sociopolítica a ser construída pela categoria profissional, como explica Netto:

Esta referência aos Códigos de Ética é importante ao tratarmos dos componentes dos projetos profissionais para esclarecer dois aspectos relevantes. O primeiro refere-se ao fato de os projetos profissionais requerem, sempre, uma fundamentação sobre valores de natureza explicitamente ética – mas, fundamentação que, sendo posta nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele. Segundo, e por decorrência, que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres: mas envolvem, ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isso mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (NETTO, 1999, p. 98-99).

No período, um conjunto de documentos, deram corpo ao projeto ético-político profissional, englobando as dimensões teórico-metodológica, ético-política, formativa e técnico-operativa. Compõe a tríade: o Código de Ética de 1993⁴⁴, a Lei de Regulamentação da Profissão (lei 8662, de 7 de junho de 1993)⁴⁵ e as Diretrizes Curriculares de 1996. Neste

⁴⁴ Abramides (2016, p. 471) avalia que: “Esse código superou algumas lacunas do de 1986, ao estabelecer sua dimensão histórico-ontológica, que formulou uma direção estratégica que se contrapôs à lógica do domínio do capital; reconheceu a liberdade como valor ético central e de autonomia, expansão e plena emancipação dos indivíduos sociais; contrapôs-se a todas as formas de preconceito e estabeleceu sua opção por um projeto profissional articulado a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual. Os princípios do Código de Ética são norteadores da formação e do exercício profissional”.

⁴⁵ A respeito da Lei de Regulamentação da Profissão, a mesma autora discorre que: “revista e atualizada, essa lei refere-se ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e dos CRESS, na qualidade de órgãos fiscalizadores da profissão. As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento aos sujeitos sociais de direitos. Para que

sentido, a perspectiva que se constrói no conjunto da categoria profissional é contrária ao projeto hegemônico vigente, ampliando os desafios para a sua concretização, e exigindo um redesenho das entidades representativas da categoria profissional⁴⁶.

A construção de uma agenda política pela categoria profissional tem raízes no processo de renovação do Serviço Social, considerando o seu papel na divisão social do trabalho, seus limites e possibilidades diante da sociabilidade capitalista, evidenciando a dimensão política intrínseca ao trabalho profissional, negado em outrora em face do conservadorismo, e o alinhamento às lutas da classe trabalhadora, como desvenda Iamamoto:

Quais são nossas aspirações, nossos dilemas, nossas buscas, ao repensarmos a dimensão política da profissão? Parece-me que há algo que mobiliza a todos nós, ou pelo menos a grande maioria da categoria: a busca de se atribuir à prática profissional uma nova qualidade, apontando novos rumos tanto no âmbito da análise teórica da sociedade e da profissão, em consonância com o movimento histórico concreto da sociedade nacional, quanto no exercício da prática cotidiana no âmbito do mercado de trabalho. Exercício profissional que solidifique laços vivos de solidariedade com os interesses dos segmentos majoritários da população, que se traduza em alternativas profissionais que fortaleçam os sujeitos políticos coletivos que, nas suas particularidades e diferenças, têm uma esperança e uma utopia a construir na história do presente. Alternativas profissionais que representem a inserção e o apoio possível de amplos setores da categoria profissional, na luta pela criação de um bloco histórico que conduza ao surgimento de uma nova hegemonia no conjunto da sociedade. (IAMAMOTO, 2013, p. 144-145).

Para resguardar os princípios democráticos foi expressa como instância máxima de deliberação do conjunto CFESS-CRESS, os Encontros Nacionais: “Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação” (CFESS, 1993, p. 49).

Levando em conta, a centralidade deste fórum deliberativo, na definição das principais ações a serem desenvolvidas pelo conjunto CFESS-CRESS é que escolhemos os relatórios dos Encontros Nacionais como documentos norteadores da pesquisa documental para desvelar o debate racial na agenda política da categoria profissional. Entretanto, como o intuito é se

os profissionais possam desenvolver o projeto ético-político, torna-se necessário estabelecer uma análise permanente da realidade que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissional. (ABRAMIDES, 2016, p. 471).

⁴⁶ A ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, criada em 1946 e seu organismo acadêmico, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), criado em 1987, tiveram seu formato institucional redimensionado em 1998, surgindo então a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (NETTO, 1999, p. 102). O movimento estudantil, criou em 1988, a SESSUNE, Subsecretaria de Serviço Social da UNE, e em 1993 é criada a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ABRAMIDES, 2006, p. 50).

debruçar na agenda política construída pelo CFESS utilizaremos, de forma combinada, os relatórios de gestão da entidade.

2.1. CAMINHOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

A fim de captar a processualidade das ações desenvolvidas, analisaremos os relatórios dos Encontros Nacionais e os relatórios de gestão do CFESS a partir de 2000⁴⁷ já que a primeira campanha da categoria profissional que diz respeito ao debate racial “Campanha Nacional de Combate ao Racismo: Assistentes Sociais mudando o rumo da história – reagir contra o Racismo é lutar por direitos” foi apresentada em 2003, e a rigor as ações são previstas no ano anterior a sua realização. A análise irá abranger os documentos até o ano de 2018, para abarcar os desdobramentos iniciais da campanha “Assistentes Sociais na luta contra o Racismo”.

Tendo como ponto de partida, os documentos supracitados, foi realizada a busca textual de palavras-chaves que são fundamentais no vocabulário político do debate racial: “etnia”; “raça”, “étnico-racial”, “racial” e “negra”.⁴⁸

Etnia foi escolhida como palavra-chave porque está expressa no Código de Ética de 1993, em dois princípios fundamentais⁴⁹. A sua incorporação é inédita nos documentos da categoria profissional de assistentes sociais, abrindo caminho para o debate racial, porém, do ponto de vista teórico, apresenta limites para apreensão da dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira. Cashimore (2000, p. 196) define etnia como:

um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas.

⁴⁷ Para otimizar o tempo de pesquisa, optamos por trabalhar com o acervo online. No site do CFESS, há disponível para consulta, em formato PDF, os relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, dos anos 2000 a 2018. Em relação aos relatórios de gestão, estão disponíveis entre os anos de 1997 e 2016. Entretanto, o relatório de gestão referente ao ano de 2016 não apresenta arquivo correspondente e por este motivo, os relatórios de gestão do CFESS foram analisados até o ano de 2015.

⁴⁸ Eurico (2013) realiza uma notável explanação sobre os termos e conceitos intrínsecos à questão racial no Brasil.

⁴⁹ VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”; e XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 24).

A inserção do termo *etnia*, demarca uma etapa da apreensão do debate racial pela categoria profissional. Apesar da não substituição ou complementação no Código de Ética do/a Assistente Social, os documentos que serão apresentados no decorrer do capítulo, demonstrarão o uso de termos combinados como “raça-etnia” e “étnico-racial, indicando a sintonia da categoria de assistentes sociais com os debates trazidos pelos movimentos sociais negros e de mulheres negras, assim como a influência da produção teórica, como explica Eurico (2017, p. 418):

A fusão dos conceitos *raça* e *etnia* cumpre a função de explicitar as formas que o racismo e a discriminação racial assumem no cotidiano da vida brasileira (...). Um conceito não substitui o outro, antes são complementares e podem elucidar uma dupla discriminação.

Por conseguinte, a escolha do termo “raça” foi alicerçada em sua concepção sociológica à medida que, social e politicamente, classifica os grupos sociais, naturalizando desigualdades, edificando hierarquias sociais, como aponta Gomes (2005, p. 45):

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

Diante do uso do termo *raça*, faz sentido a opção pela flexão “racial”, que qualifica diversos processos sociais, tais como a discriminação racial, preconceito racial, desigualdade racial, por exemplo.

Quanto ao termo “negra” foi utilizada para alcançar a concepção de população negra, construída pelos movimentos negros e absorvida pelo IBGE, para referir-se, atualmente, a junção entre os autoclassificados pretos/as e pardos/as, de acordo com o sistema de classificação oficial: “esta aproximação só se torna compreensível pelo fato de que os pardos, tal como pretos, são identificados e discriminados no interior da sociedade, sendo, portanto, sujeitos às mesmas barreiras à sua realização socioeconômica” (PAIXÃO et al. 2010, p. 28). A escolha deste termo envolve também a importância do quesito *raça-cor*, que será abordado ao longo deste capítulo.

A busca pelas palavras-chave supracitadas, trouxe à tona outros documentos produzidos pelo CFESS, que passaram a compor a pesquisa documental, a saber: os CFESS

Manifesta, cartilhas e campanhas nacionais da categoria profissional vinculadas ao debate racial.

O CFESS Manifesta:

é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS, 2017, p. 07).

Por sua vez, o Caderno Temático sobre Racismo, que compõe a série Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito se constitui enquanto importante fonte de pesquisa pela inediticidade e pretende:

contribuir para uma intervenção profissional comprometida com a defesa da garantia de direitos e com as lutas coletivas de enfrentamento ao racismo e de suas múltiplas expressões na vida social, apresentaremos alguns conceitos, ainda que em forma de síntese, que podem ser úteis para as nossas intervenções no campo profissional e em estudos relativos à temática étnico-racial (CFESS, 2016, p. 8).

E, as campanhas de gestão que estabelecem os temas mais importantes a serem desenvolvidos pela categoria profissional, considerando a conjuntura e consonância com o projeto ético-político da profissão:

A campanha é entendida como uma estratégia que visa à escolha de um tema que será trabalhada no decurso da gestão do Conjunto CFESS-CRESS. Prevalece o entendimento de que a campanha não esgota a temática e, após o seu desfecho, o tema continuará na pauta política e permanecerá enquanto existir aquele tipo de violação e sua respectiva repercussão no cotidiano profissional. Neste sentido, afirmamos que a campanha é de fato uma estratégia com o objetivo de enfatizar um tema, socializa-lo com os Conselhos Regionais e com a categoria profissional. Desse modo, a ideia é contribuir para a criação e disseminação de iniciativas que favoreçam o combate ao preconceito e às violações de direitos humanos (SANTOS, 2016, p. 90).

Para fins de sistematização, apresentamos os materiais selecionados para compor a pesquisa:

QUADRO 1: MATERIAIS VINCULADOS AO DEBATE RACIAL SELECIONADOS PARA A PESQUISA DOCUMENTAL

Período	Material	Título/Observação
2000-2017	Relatórios dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS	16 relatórios
2000-2015	Relatórios de Gestão do CFESS	14 relatórios
2003	Campanha de gestão	Campanha Nacional de Combate ao Racismo: Assistentes Sociais mudando o rumo da história – reagir contra o Racismo é lutar por direitos
2010	CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra	Diversidade, Igualdade e Equidade: a questão racial na agenda do Serviço Social.
2011	CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra	Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial no Brasil
2012	Matéria	Com racismo não há liberdade
2013	CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra	A violência tem classe e cor!
2014	CFESS Manifesta: Dia da Consciência Negra	O longo caminho da desigualdade
2016	Série Assistente Social no combate ao preconceito	Racismo
2017	CFESS Manifesta: Dia da Consciência Negra	É pra ter orgulho: é coisa de preta e preto: Assistentes sociais no combate ao racismo
2018	Cartaz	Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

2018	Campanha de gestão	Assistentes Sociais no Combate ao Racismo
2018	Cartaz	Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Saneamento Básico
2018	Cartaz	Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Intolerância Religiosa
2018	Cartaz	Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Violência contra as mulheres negras

Fonte: <http://www.cfess.org.br/> (elaboração própria).

A pesquisa documental foi definida como instrumento metodológico à medida que a análise dos materiais é capaz de trazer à tona: o contexto; a natureza do texto; os conceitos-chave e a lógica interna do texto e a análise documental, que tem como finalidade:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos (...) O (A) investigador (a) deve interpretá-los, sintetizar informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (...) Os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que seu conteúdo seja entendido (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10).

Destaca-se a noção de temporalidade utilizada como eixo para as reflexões apresentadas:

‘presente passado’, ‘passado presente’. Porque toda a reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora, e o antes, e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo. É sempre naquela acepção de que o passado não é o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição deste presente e este presente não é cronologia. Ele tem a ver com a cronologia. Mas a cronologia é só um gancho para se conhecer o presente. (IANNI, 2011, p. 400).

2.2. ANÁLISE DA PESQUISA DOCUMENTAL: CONJUNTURA E MOVIMENTOS DO DEBATE RACIAL NA AGENDA DO CFESS

Considerando o material selecionado, a primeira menção à temática racial, aparece no Relatório do XXX Encontro Nacional, realizado entre os dias 02 e 05 de setembro do ano de 2001, no município de Belo Horizonte: “que as comissões de Ética e Direitos Humanos dos

CRESS incorporem as questões relacionadas a gênero, raça e etnia⁵⁰” (CFESS/CRESS, 2001, p. 14).

Em meio ao segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, multiplicavam-se os frutos da contrarreforma de Estado, como sintetiza Netto (2004, p. 7):

O balanço geral da era FHC, sob tal comando, não poderia ser outro senão o que setores da esquerda chamaram de herança maldita, facilmente visualizável: a dilapidação do patrimônio público pela via da privatização, o brutal aumento da dívida líquida do setor público, o agravamento da vulnerabilidade do país em face dos condicionantes externos, taxas de crescimento residuais e o acréscimo em flecha do desemprego e da ‘informalidade’

O recrudescimento das condições de vida da classe trabalhadora, em todas as suas expressões, fez com que os movimentos sociais voltassem seus esforços para o incremento da pauta dos direitos humanos. Na dinâmica de concessão-conquista, construía-se o II Plano Nacional de Direitos Humanos, que logo na abertura do texto, assinado pelo então presidente da República, expõe o racismo como questão a ser enfrentada:

Reconhecemos que o racismo ainda é um problema a ser enfrentado e que, nessa matéria, assim como em tudo que diz respeito à garantia de direitos humanos, é fundamental o engajamento de toda a sociedade brasileira, dos empresários e de todos aqueles que têm a possibilidade de estimular a diversidade nos ambientes de trabalho, de promover políticas de promoção de igualdade e inclusão, procurando assegurar oportunidades mais equitativas aos que, historicamente, são vítimas de discriminação. (BRASIL, 2001, s/p).

A inserção desta pauta na agenda governamental foi fruto de uma reivindicação iniciada no primeiro ano de governo da Era FHC, em que os movimentos negros e de mulheres negras, organizaram a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares: “Contra o racismo, pela cidadania e a vida”, em 20 de novembro de 1995, demarcando o Tricentenário da Morte do líder quilombola. Na oportunidade, foi entregue uma carta de reivindicações, exigindo ações específicas do Estado junto a população negra. Como resposta foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que teve pouco efeito prático, mas inaugurou uma nova etapa na relação entre o Estado e os movimentos sociais negros, como expõe Rios (2012, p. 65-66):

Em que pese os limites do GTI para desenvolver efetivamente políticas públicas, o que nos interessa salientar é que um novo espaço se abria no interior da esfera estatal para a discussão da pauta levantada pelo movimento negro. A relação entre Estado e movimento sofreu mudanças. Em certa medida, os pronunciamentos das autoridades

⁵⁰ Atualmente, o CFESS possui as seguintes comissões: Administrativo-financeira; Ética e Direitos Humanos; Orientação e Fiscalização Profissional; Comunicação; Formação Profissional e Relações Internacionais; Seguridade Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/frentes-de-atuacao-e-comissoes->. Acesso em: 30 dez. 2018.

nacionais já passavam a ser estrategicamente mobilizados pelos ativistas a fim de se constituir um consenso no âmbito do poder público acerca da existência de um problema racial no país e da necessidade de criar condições efetivas para resolvê-lo.

É a partir deste patamar que é compreensível a inserção da temática racial nos Planos Nacionais de Direitos Humanos, desde a sua primeira versão em 1996, e na versão subsequente em 2001, como demonstrado anteriormente.

A categoria profissional, influenciada pelo debate sobre Direitos Humanos, em âmbito nacional, promove uma revisão e amplia o eixo de Ética do CFESS, incorporando os Direitos Humanos, como localiza Santos (2016, p. 83): “A gestão CFESS Brasil, mostra a tua cara (1999-2002), conforme relatório anual, durante o primeiro ano da gestão, reorganizou a Comissão de Ética do CFESS e ampliou seu horizonte de atuação ao inserir os direitos humanos”.

Porém esta vinculação entre a ética e os direitos humanos é feita com ponderações a fim de resguardar consonância com o projeto ético-político profissional:

A primeira foi o empenho em assegurar, no entendimento dos DH, rigor e coerência quanto aos pressupostos teórico-metodológicos que o Serviço Social conquistou em sua maturidade intelectual no decurso das décadas de 1980 e 1990. Assim, sobressai a reflexão crítica dos fundamentos liberais que dão sustentação aos DH de modo prevacente. Trata-se, pois, de alimentar este debate sem ceder as armadilhas postas na realidade para esvaziar o conteúdo societário e de classe, tão naturalizado no ideário do bem comum e da defesa abstrata dos DH. A segunda questão, que se articula com aquela primeira, é que esta aproximação do Serviço Social com os DH, via condução dada pelo CFESS, priorizou a interlocução com as lutas sociais, os sujeitos políticos e suas reivindicações. A sintonia entre estas duas frentes de questões permitiu o conhecimento da realidade de exploração/opressão em suas bases histórico-concretas, na perspectiva de extrair as razões históricas e determinações ontológicas ao entendimento das inúmeras formas de violação de direitos, discriminação e preconceito, presentes na sociedade e que se particularizam no exercício profissional (SANTOS, 2016, p. 83).

A concepção de direitos humanos apresentada, que exige o conhecimento da realidade da exploração/opressão da população brasileira, considerando a discriminação e o preconceito como formas de violações de direitos possibilita fecundo caminho para o debate racial.

A década de 2000 foi significativa para os movimentos negros e de mulheres negras brasileiras no tocante ao diálogo com o Estado Brasileiro e a projeção mundial alcançada. Impulsionadas pelas Conferências Internacionais da ONU⁵¹, notadamente a III Conferência

⁵¹ Carneiro (2002, p. 209) situa que: “Após a queda do muro de Berlim, as Conferências Mundiais convocadas pelas Nações Unidas tornaram-se espaços importantes no processo de reorganização do mundo e vêm se constituindo em fóruns de elaboração de diretrizes para políticas públicas. Ao longo dos anos 1990, as várias Conferências deram visibilidade a temas essenciais, tais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero e pobreza, entre outros”.

Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que ocorreu em 2001, na África do Sul⁵²

A Conferência se desdobrou em planos de ação para os países participantes. No âmbito nacional, significou o tensionamento do Estado Brasileiro na adoção de medidas no combate à discriminação racial, que se materializa nas condições de vida da população negra, em desvantagem no acesso às políticas públicas, como sintetiza Carneiro (2002, p. 213):

Em suma, os documentos aprovados em Durban instam os Estados a adotarem a eliminação da desigualdade racial nas metas a serem alcançadas por suas políticas universalistas. No Brasil, isso equivaleria, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos, que, segundo os dados do IPEA, manteve-se inalterado por quase todo o século XX, apesar da democratização do acesso à educação. Significaria redesenhar as políticas na área de saúde, de forma a permitir a equalização da expectativa de vida de brancos e negros, que é em média de 5 anos menor para os negros; promover o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalho, às diferentes ocupações, à terra, à moradia e ao desenvolvimento cultural e tecnológico.

Mesmo sem citar, a influência de Durban, o conjunto CFESS/CRESS, deliberou no Encontro Nacional de 2002:

Imprimir à luta pela defesa de Direitos Humanos a perspectiva de classe social e suas mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, entendendo que a defesa dos direitos à vida, ao trabalho, à saúde, à educação e outros interessam à luta pela construção de sociedade alternativa ao capitalismo (CFESS/CRESS, 2002, p. 08).

O texto está afinado com as propostas trazidas pela Conferência à medida que defende o acesso aos direitos sociais, denotando a concretude da pauta dos direitos humanos. Entretanto, demonstra uma preocupação analítica e política em estabelecer a centralidade da dimensão de classe e as demais como mediações. Neste sentido, é preciso estar atento como pondera Davis (2016, p. 12):

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

⁵² Ribeiro (2008, p. 995-996) aponta que: “A Conferência de Durban teve como slogan “Unidos para combater o Racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade” e foi conectada à agenda “2001 – Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância”. O início dessa conferência intensificou-se em 2000, o Comitê Preparatório para a Conferência Mundial e os Grupos de Trabalho registraram muitas reuniões preparatórias”.

No plano nacional, o ano de 2003 foi um marco para a história política recente do país já que as eleições presidenciais tiveram como eleito um candidato vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Considerando a trajetória do partido, criou-se de forma geral, uma expectativa de que este governo pudesse ratificar novos compromissos com a classe trabalhadora. Entretanto, para que pudesse alcançar o poder, o partido consolidou um projeto de subordinação ao capital.

Netto (2004, p. 19) ao analisar o governo nos anos iniciais assevera que: “é preciso ter clareza de que este governo, já agora, antes da metade do seu mandato, tornou-se irrecuperável para qualquer perspectiva democrático-popular”.

Porém, para as pautas vinculadas à população negra, o governo Lula, nutrido pelas conferências internacionais, demarca uma nova perspectiva ao criar a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que inseriu de forma contundente a pauta racial na estrutura estatal. A concretização da Secretaria, que teve status de ministério, reconfigurou às políticas dirigidas à população negra nas esferas estaduais e municipais, que constituíram o mesmo desenho institucional para o tratamento da questão racial, dando ênfase à gestão de políticas públicas de promoção de igualdade racial. A primeira ministra da SEPPIR foi a assistente social negra, Matilde Ribeiro, uma das pioneiras, na contemporaneidade, no debate da questão racial no Serviço Social.

É naquela conjuntura que foi lançada a campanha do conjunto CFESS/CRESS no ano de 2003.

FIGURA 1: CAMPANHA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO: O SERVIÇO SOCIAL MUDANDO O RUMO DA HISTÓRIA (2003)



Fonte: http://acervo.fpabramo.org.br/index.php/o-servico-social-mudando-o-rumo-da-historia-rio-de-janeiro-rj-data-desconhecida?sf_culture=pt. Acesso em: 05 jan. 2019.

Como se pode ver, no cartaz, há um globo terrestre, e setas nas cores verde, amarela e vermelha, além de pontos de destaque que enfatizam o Brasil e o continente africano. Aventamos que as cores remeteram às predominantes na bandeira da África do Sul, país que sediou a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias, inclusive o CFESS reconhece a vinculação entre a realização da campanha e a Conferência “ Lançamento e Implementação de Campanha de Combate ao Racismo e a Discriminação: “O Serviço Social mudando o rumo da história”, pela implementação do Programa da Conferência Internacional de Durban”.

Neste sentido, Carneiro evidencia que:

O Plano de Ação, por sua vez, apresenta vários parágrafos que instam os Estados à adoção de políticas públicas nas diversas áreas sociais voltadas para a promoção social dos afrodescendentes. E o seu parágrafo 176, tendo por base as metas internacionais de desenvolvimento acordadas nas Conferências da ONU da década de 1990, estabelece um marco temporal de até 2015 para que aquelas metas sejam alcançadas, com o fim de superar de forma significativa a defasagem existente nas condições de vida com que se defrontam as vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância, em particular no que diz respeito às taxas de analfabetismo, de educação primária universal, à mortalidade infantil, à mortalidade de crianças menores de 5 anos, à saúde, à atenção da saúde reprodutiva para todos e ao acesso a água potável; a aprovação dessas políticas também levará em conta a promoção da igualdade de gênero (CARNEIRO, 2002, p. 213).

A conexão estabelecida entre o continente africano e o Brasil faz sentido à medida que, estima-se que “40% do total de africanos retirados do Continente Negro durante a

existência do tráfico foram desembarcados no Brasil” (MOURA, 1992, p. 10). Este processo impactou na composição da população brasileira, em termos raciais, já que a população negra representa atualmente 54,9% do contingente populacional do país⁵³.

A campanha realizada em conjunto por universidades públicas localizadas no Rio de Janeiro, ambas que congregam cursos tradicionais de Serviço Social e pelo CRESS-RJ, pioneiro em ações vinculadas à temática racial. Também por grupos vinculados aos movimentos negros e de mulheres negras, tanto no âmbito governamental: Assessoria de Gênero e Etnia da Secretaria do Estado de São Paulo; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo⁵⁴; e organização de mulheres negras, Fala Preta⁵⁵, do município de São Paulo. Por fim, a campanha contou com o apoio da Fundação Ford⁵⁶.

Em relação aos dizeres da campanha, pela primeira vez o combate ao racismo está inscrito num material produzido pela categoria profissional de assistentes sociais. Entretanto, acreditamos que o conceito de combate ao racismo, naquele momento, não foi apropriado pela

⁵³ De acordo com o IBGE: A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios -PNAD de 2016 “mostra que, entre 2012 e 2016, a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%.”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>. Acesso em: 30 dez. 2018.

⁵⁴ Nascimento (2010, p. VII) recupera o momento e o significado políticos do Conselho, criado em 1984: “André Franco Montoro era um dos governadores recém-eleitos em 1984 e um democrata por excelência. Atendeu ao apelo do movimento negro organizado e instituiu o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo (...) O título do Conselho transmite o caráter proativo da nova proposta, passando do enfoque da discriminação para o desenvolvimento: à construção de políticas públicas não apenas para combater o racismo, mas para melhorar a qualidade de vida da população afrodescendente”.

⁵⁵ A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras foi fundada como uma organização não-governamental sem fins lucrativos em 15 de abril de 1997, no bairro da Liberdade, na capital paulista, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento humano sustentável, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos (CARLOS, 2009, p. 18). Destaca-se que duas assistentes sociais negras compuseram a Fala Preta! Profa. Dra. Elisabete Aparecida Pinto e a Profa. Ms. Maria Isabel Assis. A primeira foi autora do importante livro sobre a temática racial no Serviço Social na contemporaneidade: “O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros”. A segunda, concluiu em 2005, o mestrado em Ciências Sociais pela PUC-SP, intitulada Mulheres Negras: violência e resistência no distrito da Brasilândia, com bolsa pela Fundação Ford.

⁵⁶ O Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford foi introduzido no Brasil em 2001, sob a coordenação da Fundação Carlos Chagas, em contexto bastante peculiar quando comparado ao cenário dos parceiros internacionais: intenso debate sobre ação afirmativa no ensino superior (graduação); Pós-Graduação brasileira institucionalizada, em expansão e adotando procedimentos de seleção e avaliação formalizados. Inclui a publicação de uma Série de coletâneas de autoria de bolsistas brasileiros/as egressos/as do IFP. Uma primeira particularidade na implementação do Programa IFP no Brasil foi a de se identificar, desde seu lançamento, como um Programa de ação afirmativa, na medida em que seu público-alvo são pessoas sub-representadas na Pós-Graduação. Ou seja, seu objetivo é oferecer um tratamento preferencial a certos segmentos sociais que, em razão da estrutura social do país, teriam as menores possibilidades de acesso, permanência e sucesso na Pós-Graduação em decorrência de atributos adscritos (ROSEMBERG, 2011, p. 16). Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/relacoes_raciais.pdf. Acesso em 30 dez. 2018.

maioria das profissionais ao passo que não corresponde à terminologia que emerge da análise dos Anais dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, ficando o significado restrito às assistentes sociais negras advindas dos movimentos sociais negros e de mulheres negras e aos setores de vanguarda do conjunto profissional.

Em relação a divulgação, a entidade expõe que no ano de 2003 houve a “impressão e distribuição do cartaz alusivo [à campanha]” (CFESS, 2003), entretanto não apresenta a tiragem do material, como para outros apontados no relatório. Por se tratar de uma campanha nacional, este elemento pode ter influenciado na disseminação e alcance da campanha.

A tônica “reagir contra o racismo é lutar por direitos” aponta conformidade com a direção política da profissão e à ênfase trazida pelo plano de ação de Durban.

Contudo, o título principal: “Serviço Social mudando o rumo da história” supervaloriza a ação profissional na alteração dos processos sociais vigentes guardando conexão com o messianismo profissional, que “traduz-se numa visão heroica, ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica de transformação social” (IAMAMOTO, 2013, p. 136).

O CFESS no relatório de gestão de 2004, construído pela gestão “Trabalho, Direitos e Democracia – a gente faz um país”, aponta que: “no que se refere à campanha de combate ao racismo, particularmente, constatou-se que a incorporação dessa luta ainda encontra-se em fase inicial, o que aponta para a necessidade de seu aprofundamento” (CFESS, 2004, p. 14). Há apontamento de que a campanha está em desenvolvimento, mas não expõe nenhuma ação realizada. Em 2005, o CFESS registra no relatório de gestão a necessidade de “criar instrumento de avaliação da Campanha de Combate ao Racismo” (CFESS, 2005) entretanto a ação não se efetivou.

Ainda no ano de 2003, o conjunto CFESS/CRESS, no Encontro Nacional realizado em Salvador, delibera: que:

Estabelecer como política prioritária para o conjunto CFESS/CRESS a defesa dos Direitos Humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, dentre outras, a partir da realização de eventos regionais e da constituição de comissões no âmbito dos CRESS (CFESS/CRESS, 2003).

Vale salientar que o CRESS-RJ (7ª. Região) foi pioneiro neste tipo de ação, como aponta Almeida (2013, p. 144): “A iniciativa pioneira do CRESS 7ª. Região pela criação no

ano de 2000 da Comissão de Gênero e Etnia, hoje denominada Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS)”.

No ano de 2004, influenciada pelas discussões no âmbito governamental, trazidas tanto pela SEPIR quanto pela Secretaria Especial para as Mulheres, dado que o campo das políticas sociais é campo de trabalho profícuo de assistentes sociais, construiu-se a deliberação: “Sensibilizar a categoria de assistentes sociais para a transversalidade das questões de raça, etnia, gênero e orientação sexual em todas as políticas públicas” (CFESS, 2004, p. 8).

A ideia de transversalidade para as políticas de gênero teve origem na proposta da plataforma de Ação, durante a IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995). Tornou-se um fenômeno internacional, tendo sido adotada pela ONU, antes de ser aceita pela União Europeia e por seus Estados-membros. Tem como objetivo garantir a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social – com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em mudanças imediatas relativas à remuneração, ao acesso à segurança social, ao acesso à educação e a saúde, à partilha de responsabilidades profissionais e familiares, além da busca de paridade nos processos de decisão (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2011, v. 5, p. 41).

A partir do ano de 2005, os Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS passam a ter temas centrais que norteiam as discussões realizadas pela categoria profissional. O CFESS por sua vez, registra participação em duas atividades relacionadas ao debate racial:

Participação na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no período de 28 e 29 de junho em Brasília e a Participação no II Seminário de capacitação O Serviço Social e a questão étnico-racial e de gênero, realizado no período de 08 e 09 de dezembro de 2005, em Brasília, promovido pelo CRESS 8ª Região – Brasília (CFESS, 2005).

A categoria de assistentes sociais lutou junto aos movimentos sociais pela concretização da Constituição de 1988 e desde então vem participando de espaços democráticos como os Conselhos e Conferências de Direitos. A participação na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial denota o compromisso da categoria profissional como expresso no princípio fundamental: “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p. 23).

Também fez com que a categoria reconhecesse a necessidade de refletir sobre o significado da igualdade racial, como expressa a deliberação construída no Encontro Nacional ano de 2006: “aprofundar o debate junto a categoria e construir posicionamento do conjunto

CFESS/CRESS acerca da temática da igualdade racial” (CFESS, 2006, p. 19). Paixão evidencia que:

O projeto de igualdade racial, e seu correlato embasamento da perspectiva de diversidade, do multiculturalismo e das reparações às populações descendentes de antigos contingentes escravizados, nutre-se dos melhores valores morais desta nação, que tende a repelir todas as formas de discriminação, em nome da conformação de ambientes plurais e diversos, em que todos os quadrantes da vida social, para todas as pessoas, de ambos os sexos, de todos os tipos físicos, origens, dialetos, sotaques e credos.(ABREU; TIBLE, 2012, p. 38 apud PAIXÃO, 2006, p. 77).

O solo construído em 2006, foi importante para uma postura mais explícita em relação a igualdade racial, como mostra o relatório do encontro de 2007, intitulado “A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social”, que aconteceu na cidade de Natal. Naquele, o CRESS-Bahia (5ª. Região) apresentou uma carta aberta às/aos participantes em defesa das ações afirmativas.

**CARTA ABERTA AOS PARTICIPANTES DO 36º ENCONTRO NACIONAL
CFESS/CRESS – NATAL /RIO GRANDE DO NORTE 02 A 05 DE
SETEMBRO DE 2007.**

O CRESS- 5ª Região-Bahia, vem tornar público a defesa às Políticas de Ações Afirmativas, inclusive o Sistema de Cotas, por entender que estas se afinam com o nosso Projeto Ético-Político e o Código de Ética dos assistentes sociais.

As ações afirmativas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criam meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir nas mesmas condições na sociedade. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico de responsabilidade do Estado, que ao implementar políticas públicas sai do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passa a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade.

O histórico de exclusão se inicia com o trabalho escravo no Brasil colônia (reificação dos negros), seguindo, pós-escravidão, com a inserção precária no mercado de trabalho e ao acesso tardio às políticas de saúde e educação, bem como a outros serviços. Pensar em política de reparação é reconhecer a necessidade de assegurar o desenvolvimento social, cultural, político e econômico da população negra.

O Projeto de Lei nº 73/1999 (referente ao Sistema de Cotas) é resultado da trajetória histórica de luta do Movimento Negro e tem provocado intenso debate na sociedade em relação às desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Assim, este Conselho entende que as políticas de Ações Afirmativas surgem na perspectiva de reparar anos de negação de direitos e/ou diversas formas de exclusão social que distorcem ou anulam a participação plena dos afro-descendentes.

Neste contexto, defender as ações afirmativas encontra total respaldo nos princípios do Código de Ética referentes ao respeito à diversidade, eliminação de todas as formas de preconceitos e construção de uma nova ordem societária sem dominação de classe, gênero e etnia.

Desta forma, conclamamos o conjunto CFESS-CRESS para o envolvimento necessário e urgente nesta luta legítima da população brasileira com a publicação de Carta Aberta da(o) Assistentes Sociais em Defesa das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil.

Natal, 05 de setembro de 2007.

Como desenvolvido no capítulo anterior, a territorialidade foi preponderante para a constituição de ações vinculadas ao debate racial no Serviço Social, com destaque para Salvador, que é um dos polos de resistência dos movimentos negros e de mulheres negras e que congrega uma das mais expressivas populações negras do país. O grupo defendeu as políticas de ações afirmativas:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional e ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não meramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, aptas a inculcar nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (BARBOSA, 2007, p. 51).

A perspectiva hegemônica na profissão ratifica que a sociabilidade capitalista, é estruturalmente produtora de desigualdades, alcança que o Estado em sua dinâmica classista, não é capaz de promover a igualdade entre os grupos, mas as resistências e estratégias de segmentos da classe trabalhadora no transcurso dos processos sociais imprimem novos patamares de conquistas coletivas à exemplo das ações afirmativas que tem nas políticas de educação e trabalho seus principais focos.

O grupo de assistentes sociais de Salvador recupera os determinantes histórico-sociais constitutivos da desigualdade brasileira para justificar a adoção de tais políticas, notadamente a forma pela qual se deu a inserção de povos africanos no Brasil a partir do trabalho compulsório e a subsequente estratégia da burguesia nacional para a manutenção do *status quo*. Esta linha de análise é sintetizada por Eurico (2017, p. 423)

É o racismo, ao invés da ausência dele, que molda as relações sociais e o processo de trabalho no país e a análise desta ideologia requer o uso de referenciais teóricos capazes de desvelar a base da desigualdade social e as formas de controle da classe dominante sobre a classe trabalhadora. A escravidão marca profundamente o passado recente e conforma um legado de inserção precária da população negra na sociedade urbano-industrial e o acesso desigual às políticas sociais.

A carta do Encontro Nacional de 2007, apoia o projeto de lei Projeto de Lei nº 73/1999⁵⁷, que guarda semelhança ao texto vigente em relação à reserva de vagas nas instituições públicas federais para estudantes oriundos da rede pública de ensino e estudantes negros e negras. Por fim, salienta que o debate é urgente e necessário para a categoria profissional, já naquela quadra temporal.

A programação daquele Encontro Nacional contou com uma mesa intitulada “A questão Étnico-racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção e consolidação de direitos”. (CFESS/CRESS, 2007, p. 40)⁵⁸.

A atmosfera de debates e posicionamentos culminou na deliberação:

aprofundar o debate junto à categoria e construir posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre as políticas de ações afirmativas na perspectiva da garantia da igualdade racial, com vistas ao estabelecimento de estratégias políticas-profissionais de enfrentamento da questão. (CFESS/CRESS, 2007, p. 36).

No próximo Encontro, ocorrido em 2008, o tema das ações afirmativas continuava em pauta e exigia uma tomada de posição.

construir posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre as políticas de ações afirmativas, nas suas diversas dimensões, através de eventos regionais, com a perspectiva de tomada de posição indicativa do Conjunto CFESS/CRESS no próximo Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2009”. (CFESS/CRESS, 2008).

Como em qualquer disputa por direitos na sociedade brasileira, que é marcada por uma tradição política autoritária, as classes burguesas utilizam do recurso ideológico programático a fim de invalidar e questionar as conquistas da classe trabalhadora. Na especificidade do tema foi retomada a falácia da democracia racial até o limite de que a adoção de políticas

⁵⁷ A legislação “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, com destaques para: Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual à proporção de negros, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F34A7421D005EF4587E4AEE1484DE856.proposicoesWebExterno2?codteor=617199&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+73/1999. Acesso em: 02.01.2019.

⁵⁸ Como expositoras/es foram convidados/as: Prof.^a Dr.^a Maria Palmira da Silva – então, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Prof.^o Dr.^o Mario Lisboa Theodoro – Consultor Legislativo do Senado Federal; Prof.^a Joaquina Barata, Professora aposentada de Serviço Social; mestre em Planejamento do Desenvolvimento; especialista em Administração Universitária; vice-presidente do CFESS (2002-2005) - Coordenadora do Programa Raízes – Programa da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará e Representante do CFESS à época. (CFESS/CRESS, 2007, p.40).

afirmativas abalaria a (frágil) democracia brasileira por colocar em questão o princípio da igualdade, que não se materializa na vivência da classe trabalhadora haja vista a condição estrutural desta sociabilidade. Entretanto, o impasse colocado na categoria profissional, revela que a tradição profissional conservadora, apesar dos avanços conquistados precisa ser debatida cotidianamente, também nos elementos que compõe o debate racial.

Naquela oportunidade, a categoria profissional também indicou a necessidade de “fortalecer e apoiar a aprovação do PLC 122/06 que criminaliza a homofobia. O texto altera a Lei 7716/89, que define crimes resultantes de preconceito de raça e cor, incluindo aqueles motivados por questões de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. (CFESS/CRESS, 2008).

É importante retomar a referida legislação, que marca a construção das políticas repressivas⁵⁹ de combate a discriminação racial no país. Sua trajetória está vinculada às lutas dos movimentos negros e de mulheres negras no país. Foi instituída para combater a discriminação direta, que denota comportamentos individuais concretizados no impedimento a espaços sociais ou insultos⁶⁰, ou seja, “aquela derivada de atos concretos de discriminação, em que o discriminado é excluído em razão de sua cor” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 35). A maior crítica apresentada para a Lei Caó⁶¹ é a sua inaplicabilidade, sendo que o crime de racismo, na maioria das vezes, é convertido em injúria qualificada, deixando de lado a imprescritibilidade atribuída ao crime de racismo.

O impacto desta medida, reforça no imaginário coletivo, uma falácia em relação ao racismo: a de que são situações isoladas e não necessitam de intervenção específica. Entretanto, a dinâmica da discriminação racial no Brasil ratifica estereótipos conferidos à população negra:

⁵⁹ As políticas repressivas são baseadas na legislação criminal existente (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 67) decorrentes do art. 5º, inciso XLII: a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

⁶⁰ Guimarães (2000) desenvolveu pesquisa relevante sobre o tema, a partir de boletins de ocorrência registrados na DECRADI – Delegacia de Crimes de Discriminação Raciais e Delitos de Intolerância de São Paulo, no período de maio de 1997 a maio de 1998 e classifica os insultos raciais que se distribuem em nomeação genética (nega, negra, negrinha, preta); hierarquia social (analfabeta, desclassificada, favelada, maloqueira, metida, senzala); raça (urubu, macaco); religião (despacho, macumba, macumbeira); delinquência e defeitos morais (aproveitadora, folgada, incompetente, ladrão, maconheiro, pilantra, safado, sem vergonha); higiene (fedida, fedorenta, nojenta, podre, porqueira, suja); dentre outros.

⁶¹ Alterações foram realizadas na década de 1990: “Alguns aperfeiçoamentos legislativos foram sendo verificados desde então, através das Leis 8.081/90, 8.882/94 e 9.459/97, esta última a mais relevante das três, principalmente por incluir a norma penal incriminadora até hoje prevista no artigo 20, “caput”, qual seja, “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena – reclusão, de um a três anos e multa” (SANTOS, 2012, p. 74).

Outra herança da escravização é o conjunto de atributos destinado ao negro, que permanece vivo e atuante no inconsciente coletivo. A sua exclusão do processo produtivo, após a abolição, promoveu uma situação social, na qual foram reforçados estigmas e estereótipos tais como: “incompetentes, preguiçosos e indolentes, malandros, sujos e marginais”. Estas representações, mediadoras das relações interétnicorraciais, mantem e reproduzem o racismo. (AMMA, 2008, p.09)

A responsabilização das violências que permeiam os diversos grupos vulneráveis e subordinados nesta sociedade é um passo importante para a construção de novas práticas de convivência e preservação de direitos, entretanto a incorporação conjunta das diversas opressões obstaculiza o alcance dos determinantes que conformam cada uma delas e pode incorrer em generalização do ponto de vista jurídico, como expõe Piovesan (2006, p. 30)

Torna-se, contudo, ineficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Sob esta ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada (...) Ao lado do direito à igualdade, surge, como direito fundamental, o direito à diferença.

Por fim, também foi trazida a transversalidade racial numa moção de apoio a descriminalização do aborto, expressando que: “as mulheres pobres, negras e jovens, do campo e da periferia das cidades, são as que mais sofrem com a criminalização” (CFESS/CRESS, 2008)⁶².

Em relação ao CFESS cabe destacar que a assistente social Magali da Silva Almeida representou a entidade, enquanto membro titular, na Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra – CISPEN, sendo sua principal tarefa debater e aprimorar a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra.

Avaliou-se que: “a CISPEN é um terreno de disputas políticas e a representação do CFESS tem somado com os segmentos progressistas em defesa da efetivação dos princípios do SUS e da equidade de raça e gênero na saúde” (CFESS, 2008, p. 85). Os debates e aprendizados advindos da participação na comissão estão registrados no CFESS Manifesta de novembro de 2010, cujo conteúdo será esmiuçado posteriormente.

⁶² Em São Paulo, a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, que tinha um dos eixos de trabalho a saúde reprodutiva das mulheres negras foi precursora no debate sobre o aborto numa perspectiva racial. Realizou “uma pesquisa com grupos focais de caráter qualitativo, nas zonas Leste e Sul de São Paulo, com mulheres e homens, negros e brancos, acerca do aborto, dos preconceitos e da pressão de origem religiosa, cultural e social impostos às mulheres” (CARLOS, 2006, p. 117). Posteriormente, a pesquisa foi publicada pela assistente social negra Elisabete Aparecida Pinto, em 2002, no livro Ventres Livres: o aborto numa perspectiva étnica e de gênero.

Com a análise ano a ano dos documentos, a pesquisa documental revelou que o ano de 2010 pode ser considerado o ponto de virada de debate racial no CFESS. Os motivos, significados e desdobramentos serão debatidos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3. A VIRADA DO DEBATE RACIAL NA AGENDA DO CFESS

O ano de 2010 foi o ponto de virada do debate racial no CFESS. A entidade trouxe a temática racial para o centro dos debates realizados no Encontro Nacional daquele ano e passou a publicar o CFESS Manifesta no dia da Consciência Negra.

A publicação do manifesto, nesta data, demarcou de forma definitiva a interlocução da categoria profissional com os movimentos negros e de mulheres negras, que se confirmou com a confluência entre as pautas dos movimentos negros e de mulheres negras com os temas e debates eleitos para compor a agenda política do CFESS, como também cimentou o desenvolvimento das outras publicações e posicionamentos da entidade.

O Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, do ano de 2010, teve como tema: “Estratégias de resistência frente à precarização da formação e do exercício profissional: atualidade do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão”, demarcando dezoito anos do Código de Ética de Assistentes Sociais.

Houve a mesa "Limites da igualdade e do respeito à diversidade humana no capitalismo: as políticas de ações afirmativas e o Projeto Ético Político Profissional"⁶³ em que:

O racismo foi analisado no contexto da formação sócio-histórica brasileira e as palestrantes desconstruíram com sólidos argumentos teórico-políticos o mito quanto à existência da democracia racial no Brasil. Com informações e dados precisos mostraram a força do racismo como ideologia e prática social consolidada na realidade brasileira. As políticas de ações afirmativas foram analisadas e defendidas como estratégia necessária, porém parcial de luta no tempo presente, posto que afirmaram que somente um projeto societário anticapitalista pode assegurar igualdade real e valorização da diversidade humana. (CFESS-CRESS, 2010, p. 07)

A interpretação marxista das relações raciais no Brasil, desenvolve os nexos existentes entre a formação sócio-histórica do país, o racismo e a democracia racial, que em conjunto foram o sustento para a justificar a divisão racial do trabalho construída na sociedade

⁶³ Contou com a participação da assistente social Roseli Fonseca, do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz-RJ e com a conselheira Marylucia Mesquita (CFESS). (CFESS/CRESS, 2010, p. 07).

brasileira, em que a população negra foi alijada para a franja marginal⁶⁴, como explica Moura (1983, p. 129):

O conceito de democracia racial torna possível criar-se a imagem de que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros. É verdade que ao se colocar o problema de forma extrema como o colocamos, há, sempre, como resposta uma verbalização democrática, liberal, que repete o velho slogan de que o que há são simples excessos que podem ser corrigidos, mas, no fundamental, já plantamos a maior democracia racial do mundo. Todos os descompassos entre a realidade e a verbalização, entre o comportamento e a sua explicação simbólica surgem do nosso passado escravista e se revitalizam na base das contradições da sociedade competitiva.

Também, foi aprovada a Campanha de gestão para o triênio 2011-2014 com o tema: "Combater a violência no enfrentamento da desigualdade social: toda violação de direitos é uma forma de violência". Nas peças iniciais da campanha não há menção direta ao racismo enquanto violação de direitos, contudo o tema geral da campanha possibilita o diálogo com o debate racial. No decorrer da campanha, a vinculação entre racismo e violação de direitos é explicitada em cartaz publicizado no ano de 2012.

E, foi deliberado: "Considerar nas peças de comunicação do Conjunto CFESS/CRESS as questões de raça/etnia e orientação sexual" (CFESS, 2009)". A incorporação destes elementos nas peças de comunicação evidencia a preocupação com a materialidade do projeto ético-político em todas as dimensões que envolvam a profissão. Na peculiaridade do debate racial, há um papel importante a ser desenvolvido haja vista que historicamente, a burguesia utilizou-se de estratégias de comunicação para subalternizar ou até mesmo anular a contribuição da população negra na formação e manutenção do país. Para tanto, reforçou os estereótipos que permeiam todos os âmbitos da vida social, consolidando o lugar de negro, como cunhou Lélia Gonzalez.

Em contrário, a estratégia de comunicação do Conjunto CFESS-CRESS desenvolve uma vertente das políticas valorativas ou persuasivas em relação ao combate à discriminação e ao preconceito racial.

⁶⁴ O autor explica que: "Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar a permanência dos baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada, na sua maioria esmagadora, pelos negros" (MOURA, 1983, p. 37).

políticas públicas que visem a ações que têm como objetivo afirmar os princípios da igualdade e da cidadania, reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto o seu papel histórico como a sua contribuição contemporânea à construção nacional. Incluem-se aqui, entre outras, políticas no campo da educação, da comunicação, da cultura e da justiça. Seu propósito é atingir não somente a população racialmente discriminada, mas toda a população, permitindo-lhe identificar-se em sua diversidade étnica e cultural. (JACCLOUD; BEGHIN, 2002, p. 43).

Alicerçado nesta perspectiva, e reconhecendo o crescimento do debate racial nos espaços da categoria profissional, o CFESS indica a “Elaboração de CFESS MANIFESTA por ocasião do dia 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra” (CFESS, 2010).

A escolha da data para a divulgação de um posicionamento do CFESS expressa o alinhamento às reivindicações dos movimentos negros e de mulheres negras, que desde a década de 1980 passaram a demarcar o 20 de novembro como expressão de resistência e luta da população negra, evidenciando suas lideranças, que construíram modos de vida alternativos no interior do período escravagista. Em contraposição ao 13 de maio, que quer impregnar no imaginário nacional a ideia da Abolição da Escravatura enquanto benesse e em consequência a população negra enquanto passiva neste processo. Em suma: o 13 de maio é um dos alicerces para a reprodução do mito da democracia racial.

O 13 de maio se contrapõe ao 20 de novembro. A escravidão não impediu que seu agente de trabalho e a sua vítima construísse sua própria história, independente dos mitos consagrados pela ‘história oficial’. A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefinam a história, para situá-la em seus marcos concretos e entrosá-la com seus anseios mais profundos de autoemancipação coletiva e igualdade racial (FERNANDES, 2017, p. 53-54).

FIGURA 2: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E IGUALDADE: A QUESTÃO RACIAL NA AGENDA DO SERVIÇO SOCIAL (2010)



Fonte: http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.11.20_CFESSManifesta_ConscienciaNegra.pdf. Acesso em 05 jan. 2019.

O documento inicia com o trecho de uma música⁶⁵ que faz conexão entre a violência a que foi submetida a população negra no regime escravista e a violência urbana a qual é submetida na contemporaneidade. Historicamente, a classe trabalhadora brasileira foi criminalizada, entretanto para a população negra foram criados instrumentos jurídicos específicos que parametrizaram o controle social realizado sob este grupo, como sintetiza Flauzina: “para os negros a interdição estava estampada nos corpos, no potencial desarticulador gravado na existência deste segmento”. (FLAUZINA, 2008, p. 84). Esta configuração repressiva está expressa na seletividade racial existente no sistema de segurança público brasileiro.

E se anuncia a entrevista com a assistente social Magali da Silva Almeida, que recapitula sua participação como representante do CFESS no CINSPPN: o debate realizado no Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2010 e a sua participação na Audiência Pública do Supremo Tribunal Federal a respeito das ações afirmativas.

⁶⁵ A música é “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, (O Rappa, 1994). O trecho citado na abertura do documento é: “É mole de ver/Que em qualquer dura/O tempo passa mais lento pro negão/Quem segurava com força a chibata/ Agora sua farda/Engatilha a macaca/Escolhe sempre o primeiro/Negro pra passar na revista/Pra passar na revista”; e no segundo parágrafo, é citado o trecho: “É mole de ver/Que para o negro/Mesmo a aids possui hierarquia/Na África a doença corre solta/ E a imprensa mundial/Dispensa poucas linhas”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/o-rappa/77644/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Ao apresentar dados sobre a taxa de desemprego entre os diferentes grupos raciais, com desvantagens para a população negra, a entrevistada afirma que o Estado Brasileiro, mesmo sendo signatário de tratados internacionais de preservação dos direitos humanos e combate ao racismo não avança em ações concretas neste campo:

E apesar de tudo isso, o racismo é escancarado, nada tem de velado e adquire ainda mais força quando se trata do racismo institucional, que obstaculiza o reconhecimento e a efetivação dos direitos da população negra no âmbito de diferentes instituições que materializam políticas sociais (CFESS, 2010).

Posteriormente, apresentou o conceito de ações afirmativas que foi desenvolvido no Encontro Nacional CFESS-CRESS daquele ano pela assistente social Roseli Rocha:

as políticas de ações afirmativas se situam no campo da afirmação de direitos quando se constituem em: mecanismos que buscam a equidade social como resultado de um processo histórico de luta por justiça social; medidas que desnaturalizam as relações de discriminação existentes e contribuem para a crítica do mito da democracia racial, dando luz aos indicadores socioeconômicos de desigualdades sociais históricas; e em estratégias para a construção de práticas que valorizam a riqueza da diversidade humana (CFESS, 2010).

Em seguida explica a função da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra:

A Comissão foi instituída por meio da Resolução nº395, de 22 de fevereiro de 2008, do CNS, e atua oferecendo subsídios efetivos ao Conselho Nacional de Saúde no que concerne à temática da população negra, à implementação da Política Nacional Integral de Saúde da População Negra (PNISPN), por meio da portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, e contribui com os demais colegiados do controle social no monitoramento das ações e recursos destinados a essa população (CFESS, 2010).

Realiza uma breve digressão histórica para explicitar o significado do processo de escravização para a população negra:

O comércio de seres humanos na forma do tráfico negreiro foi responsável pelo violento e compulsório deslocamento de homens, mulheres, crianças e jovens do imenso continente africano, transformando o ser negro/a e sua totalidade (representada pela diversidade étnica, cultural, tecnológica, filosófica, suas múltiplas formas de organização familiar, sua arte, sua economia e o seu legado religioso, entre outros) em mercadoria. Mercadoria esta representada no corpo negro, ‘corpo-máquina de trabalho e de sexo’ durante a escravidão. E mesmo após a sua abolição, promoveu a acumulação da riqueza para a emergência e consolidação do capitalismo em nível global (CFESS, 2010)

Sublinha o papel das desigualdades raciais na sociedade brasileira: “Nesse sentido, penso que a discriminação racial não é um fato a mais das desigualdades sociais, mas está na base da desigualdade de oportunidades, uma vez que atravessa todos os aspectos da vida em sociedade de negros/as”. (CFESS, 2010).

O raciocínio apresentado foi desenvolvido para explicar a importância da Saúde da População Negra que: “é fundamental porque esse tema diz respeito ao direito de viver de mais de 50% da população brasileira. Por outro lado, defendemos um Sistema Único de Saúde universal e equânime e sem racismo. Nessa ótica, o sistema deve garantir o acesso a um maior número de pessoas de uma dada sociedade e não o contrário” (CFESS, 2010).

O sentido de equidade recuperado pela entrevistada é balizar para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra⁶⁶, como traça Lopes:

Embora [a universalidade] seja um avanço inegável como direito do cidadão, não o é quando trata do dever do Estado, pois não tem assegurado a todos a mesma qualidade de atenção ou perfil de saúde, seja do ponto de vista regional e/ou étnico-racial. Mulheres e homens; populações indígenas, negros e brancos ocupam lugares desiguais nas redes sociais e trazem consigo experiências também desiguais de nascer, viver, adoecer e morrer. (LOPES, 2005, p. 1599).

Depois, evidencia a importância do debate para a categoria profissional: “entender a função do racismo na reprodução da exploração e opressão da população negra e, assim, desnaturalizar as hierarquias sociais na sociedade do capital” (CFESS, 2010).

Demarca a campanha de combate ao racismo de 2003 como um marco para a construção desta pauta na agenda política da categoria profissional, destacando a posição do Conjunto CFESS-CRESS perante as ações afirmativas: “manifestar posição favorável às políticas de ações afirmativas e dar ampla divulgação, intensificando os debates nos estados em articulação com movimentos sociais e outras profissões, em consonância com o projeto ético-político do serviço social” (CFESS, 2010).

Partilha a experiência de participação na Audiência Pública do STF em que verificou:

A adesão de historiadores, docentes e juristas renomados que, durante a audiência, apresentaram argumentos favoráveis às ações afirmativas, em particular às cotas raciais como critério de acesso ao ensino superior. E parte destes defensores das políticas que discursaram no STF, não eram negros. A experiência revelou, na época, um deslocamento da narrativa de que o racismo é de responsabilidade de toda sociedade brasileira, não é só do movimento negro (CFESS, 2010).

⁶⁶ Instituída pela portaria n. 992, de 13 de maio de 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra objetiva: “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e as discriminações nas instituições e serviços do SUS”; e tem como estratégia de gestão “desenvolvimento de ações específicas para a redução de disparidades étnico-raciais nas condições de saúde e nos agravos, considerando as necessidades locais, sobretudo na morbimortalidade materna e infantil e naquelas provocadas por: causas violentas; doença falciforme; DST/HIV/aids; tuberculose; hanseníase; câncer de colo uterino e de mama; transtornos mentais”. (BRASIL, 2017, p.34).

Por fim, sintetiza as perdas decorrentes da aprovação do texto final do Estatuto da Igualdade Racial, que teve seu significado político corrompido e esvaziado:

O estatuto aprovado foi fruto de um acordo entre o governo e o Partido Democratas (DEM), cujo pacto representou um dos maiores ataques da história às lutas do movimento negro e das mulheres negras. Da forma como foi aprovado o texto final, ficou óbvio que algumas das principais demandas do movimento negro foram engavetadas. Afirmando que a retirada de concepções que embasam a resistência histórica de homens e mulheres negros/as, tais como a construção sociológica do conceito de raça; a escravidão como crime contra a humanidade, ratificado pelo Estado Brasileiro na Declaração e Programa de Ação de Durban; o racismo como instrumento de poder que determina as condições desiguais para a população negra são, em última instância, o impedimento do reconhecimento do dever do Estado e da Sociedade Brasileira em implementar políticas públicas de combate à discriminação racial e de promoção da igualdade racial (CFESS, 2010).

Em relação ao crescimento do debate racial no interior da categoria profissional anuncia que “a ABEPSS lançará no próximo ENPESS (2010) um grupo de trabalho no qual a questão racial e étnica será o tema principal”. (CFESS, 2010). Tem-se aqui um indicativo da articulação da temática racial na agenda política das entidades da categoria.

É importante retomar a importância da articulação entre as entidades representativas da categoria profissional para o fortalecimento do projeto ético-político: “tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana” (RAMOS, 2011, p. 114).

No ano seguinte, no Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2011 é deliberado: “Propor para o Grupo Temático de Pesquisa - GTP da ABEPSS classe social, gênero, raça, etnia, geração, diversidade sexual e serviço social a necessidade de fortalecimento da temática no âmbito da formação profissional, conforme já apontado nas Diretrizes Curriculares de 1996”. (CFESS-CRESS, 2011).

Vale ressaltar que a partir dos anos 1980, a categoria profissional no intuito de concretizar a direção política apontada deu ênfase a formação profissional, que seria o caminho para incorporar a leitura das relações sociais vigentes numa perspectiva contra hegemônica. Para tanto, foi realizado intenso debate para alcançar o significado social da profissão, seus fundamentos, tendo como eixo fundante a categoria trabalho:

A eleição da categoria trabalho não é aleatória, trata-se de um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal e, portanto, que dispõe de uma centralidade

na vida dos homens (...) Qualquer processo de trabalho implica uma matéria prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado (IAMAMOTO, 2015, p. 61).

Diante desta categoria fundante, foram construídas as diretrizes curriculares de 1996, como discorre Abramides:

[As diretrizes curriculares] são expressão de um debate articulado pela ABEPSS com as unidades acadêmicas para superar as lacunas do currículo de 1982. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em 1996, acabou com currículos e os substituiu por diretrizes, como parte da ‘flexibilização’ prevista na contrarreforma da educação. Porém foram mantidos nos projetos curriculares os conteúdos definidos nos fóruns da ABEPSS em que se reafirmou a profissão fundada no movimento da realidade, considerados o legado marxiano e a tradição marxista; a totalidade da teoria social de Marx; o trabalho como categoria fundante do ser social; a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho; o assistente social como trabalhador coletivo em sua condição de assalariamento; a função social da profissão; a articulação e a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; unidade teoria e prática como práxis profissional e a articulação de seus núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional no projeto de formação. (ABRAMIDES, 2016, p. 471-472).

O projeto de formação apresentado em 1996, tem sofrido diversos embates pela mercantilização do ensino, pelo fortalecimento de perspectivas conservadoras endógenas e exógenas à profissão e a pressão do mercado pelo aligeiramento dos processos formativos, marcas da sociabilidade neoliberal, que permeiam a formação profissional. Entretanto, as entidades representativas da categoria profissional têm resistido na preservação do projeto ético-político e na formação profissional nesta perspectiva e para responder aos ditames supracitados tem construído estratégias, dentre elas os Grupos Temáticos de Pesquisa.

Raça/etnia compõe o escopo temático de um dos Grupos Temáticos de Pesquisa que foi:

Criado em dezembro de 2010 durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS realizado no Rio de Janeiro, como uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social, bem como forma de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos(as) pesquisadores(as), mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área (ABEPSS, 2015, s/p).

Com a finalidade de nivelar as discussões realizadas em território nacional cada GTP propõe uma ementa⁶⁷ para estimular a criação de disciplinas no âmbito da graduação e pós-graduação.

Ainda no ano de 2011, o CFESS, mantendo a mesma linha de atuação, publica outra edição do CFESS Manifesta no Dia da Consciência Negra.

FIGURA 3: CFESS MANIFESTA: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: ZUMBIS E DANDARAS CONTRA A DESIGUALDADE RACIAL (2011)



Fonte: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_consciencia_negra_SITE.pdf. Acesso em 08 jan. 2019.

O título da publicação apresenta personagens da resistência negra no Brasil, do período colonial, incorporando a perspectiva de gênero haja vista que ambos, Zumbi e Dandara, são colocados igualmente enquanto ícones. Esta opção foi explicada pela entidade:

⁶⁷ Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico- raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sócio- demográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico- raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial (ABEPSS, 2015, s/p).

“Lembremos de Aqualtune, avó de Zumbi, Dandara e Zumbi, líderes da maior república multirracial e pluricultural que a história brasileira teve notícia; Palmares, que sobreviveu e resistiu ao governo colonial português, por mais de 100 anos, em Alagoas” (CFESS, 2011).

Porém o título foi colocado no plural propondo a existência de outras e outros personagens negros e negras que construíram e constroem as resistências negras em outros períodos históricos não só no Brasil, mas mundo a fora.

Estes elementos corroboram com a perspectiva da diáspora africana, o que significa dizer que o processo de escravização da população negra foi determinante para a construção do continente americano em toda a sua extensão, guardadas as peculiaridades da formação sócio-histórica de cada nação, o que exigiu da população negra processos de lutas nos diferentes países, que englobam desde a ação política, a produção teórica e artística.

Lembremos da importância de Nanny⁶⁸ para a luta política na Jamaica e Toussaint L'Ouverture⁶⁹ para a revolução no Haiti. Lembramos também de mulheres que romperam o instituído como Bell Hooks⁷⁰, Alice Walker⁷¹, Chimamanda Adichie⁷² e Audre Lorde⁷³, que desafiaram o colonialismo, o sexismo e o heterossexismo. Dentre muitos antepassados, lembramos Lélia Gonzalez⁷⁴, Beatriz Nascimento⁷⁵, Milton Santos⁷⁶ e de todos os Zumbis e Dandaras contemporâneos que têm buscado, para a construção de suas lutas, as referências nesses sujeitos políticos que a história

⁶⁸ “Segundo se presume, a Rainha Nanny nasceu por volta da década de 1680 na Costa do Ouro, África Ocidental, hoje conhecida como Gana. Pertenceria ou ao grupo Ashanti ou ao grupo Akan e chegou à Jamaica na condição de mulher livre. Foi a líder espiritual, cultural e militar dos Maroons de Windward e sua importância se prende ao fato de que ela guiou os Maroons ao longo do intenso período de resistência contra os britânicos, entre 1725 e 1740. Tornou-se em 1976, Heroína Nacional da Jamaica, que reconhecendo sua contribuição e de seu grupo em assegurar a liberdade da escravidão imposta pelos britânicos”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nanny-queen/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁶⁹ Liderou a partir de 1791, transcorridos doze anos de resistência, a Revolução de São Domingos, Haiti, em que os então escravizados derrotaram os brancos locais e os soldados da monarquia francesa.

⁷⁰ bell hooks, pseudônimo de Glória Walkins, feminista e intelectual negra norte-americana. Tem os livros: Ensinando a transgredir, Feminismo para Todas e Cabelo de Rainha traduzidos para língua portuguesa.

⁷¹ Escritora e ativista norte-americana. Em 2003 foi presa por protestar contra a ação estadunidense na Faixa de Gaza. Seu livro mais famoso é A Cor Púrpura. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alice-walker-vai-muito-alem-de-cor-purpura/>. Acesso em: 09 jan. 2019.

⁷² Chimamanda Ngozi Adichie, nasceu em Enugu, na Nigéria em 1977. Feminista negra, ganhou notoriedade mundial com a publicação do romance Americanah e com os ensaios: Sejam todos feministas e Para Educar Crianças Feministas.

⁷³ Foi uma escritora americana de descendência caribenha, feminista lésbica e ativista na luta pelos direitos humanos. Escreveu romances que abordam temáticas como feminismo e opressão. Sua obra poética foi publicada a partir da década de 60. Faleceu em 1992 devido a um câncer de mama. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde/>. Acesso em: 09 jan. 2019.

⁷⁴ Historiadora e Filósofa. Feminista Negra. Fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU). Autora de artigos e livros sobre as condições de exploração e opressão do negro e da mulher. Faleceu em julho de 1994.

⁷⁵ Mulher, negra, nordestina, quilombola urbana contemporânea, historiadora, poeta, ativista, pensadora. Em sua obra articula gênero, raça e classe em múltiplos posicionamentos. Foi assassinada, aos 52 anos, em janeiro de 1995 pelo companheiro de uma amiga, tentando-a defender numa situação de violência doméstica.

⁷⁶ Bacharel em Direito, Doutor em Geografia. Intelectual Negro. Professor Emérito da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Publicou diversos livros refletindo sobre os processos de globalização e organização do espaço na sociedade capitalista, numa perspectiva contra-hegemônica. Faleceu em 2001. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-explosiva-com-milton-santos/>. Acesso em: 09 jan. 2019.

oficial insiste em manter no ostracismo e na invisibilidade social e institucional (CFESS, 2011)

A citação destas personagens é importante para reconstruir o lugar da população negra em âmbito nacional, e considerando a direção sociopolítica da profissão, os diálogos possíveis em escala mundial. Entretanto, o documento não detalha quem são, o que pode dificultar a apreensão de parte da categoria profissional que se encontra afastada dos movimentos negros e de mulheres negras.

Em formato mais sintético quando comparado à edição anterior, o documento inicia rememorando o estabelecimento do Ano Internacional dos Afrodescendentes e as contribuições da Conferência de Durban destacando o papel das mulheres negras na construção das pautas dirigidas à melhoria de condições de vida e acesso às políticas sociais para a população negra, como já explicado no decorrer do capítulo.

Ratifica os limites e a insuficiência das ações governamentais denunciando a permanência da desigualdade racial em suas diversas expressões na vida social. Nutrida da recém divulgação do Censo de 2010, que confirmou que a maioria da população no país é negra, fruto das lutas dos movimentos negros e de mulheres negras que vem construindo ações objetivando a consciência racial da população, em confronto à ideologia do branqueamento.

O Brasil apresenta a maior população negra depois da Nigéria. O resultado do censo do IBGE, de 2010, informa que a população negra (somatório de pretos e pardos) é maioria no Brasil, o que revela o avanço da consciência racial e do orgulho de parcelas da população brasileira em assumir uma identidade cultural e política marcada pelas africanidades. No entanto, por força do racismo, negros/as experimentam as piores condições de vida ou morrem precocemente (CFESS, 2011).

Posteriormente, para dimensionar o quadro de desigualdades raciais existentes no país apresenta uma série de dados estatísticos sobre: desemprego no mercado de trabalho urbano; encarceramento e acesso à justiça; mortalidade materna; práticas de abortamento inseguro e a taxa de homicídio entre os jovens negros. Os três últimos temas tratados estão alinhados aos temas fundamentais da PNISPN, aprendizados sistematizados e incorporados pela participação do CFESS no CISP.

Apresenta para a categoria profissional os desafios postos pela realidade social e a importância do debate racial, reforçando o conceito de equidade, desenvolvido também no CFESS Manifesta anterior.

A realidade experimentada pela população negra informa que as políticas públicas no Brasil ainda estão muito longe de garantir a equidade entre os diferentes grupos

raciais e de gênero. Este quadro se apresenta como desafio para o CFESS e demais entidades da categoria, reforçando a importância de ações de combate ao racismo, sexismo e homofobia nessas arenas de luta, fundamentadas pelos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 2011).

Depois, corrobora o argumento de que o quadro de desigualdade racial é responsabilidade de toda a sociedade brasileira, com ênfase para as pautas dos movimentos negros e de mulheres negras postos na conjuntura no período:

É igualmente um momento da resistência histórica e cotidiana da população negra, ao afirmar a luta por atendimento digno na rede pública de saúde e educação; pelo reconhecimento imediato das terras quilombolas; de acesso ao trabalho e do combate ao racismo institucional em todos os níveis; pela valorização e expressão da cultura e religiosidade de matriz africana no Brasil nos currículos escolares (CFESS, 2011).

O documento termina com uma saudação que remete ao título: “Valeu, Zumbi! Valeu, Dandara!” (CFESS, 2011).

O Encontro de 2012 aconteceu no estado do Tocantins e teve como tema “No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”, seguindo a campanha daquele triênio. Quanto ao debate racial foi deliberado: “Reforçar nos eventos e nas publicações a importância da utilização do quesito raça/cor nos instrumentos operativos dos/as assistentes sociais” (CFESS, 2012).

Para que qualquer instrumento operativo faça sentido e ganhe significado no trabalho profissional, é necessário identificar os determinantes históricos que são constitutivos de sua formulação e de que forma se articulam às dimensões do trabalho profissional⁷⁷. O quesito raça-cor está vinculado à ação do Estado perante a construção da identidade nacional.

De acordo com o IBGE⁷⁸, a investigação étnico-racial nos censos nacionais foi inserida no ano 1872, almejando alimentar a burguesia de dados para a construção do projeto de Abolição da Escravatura, que teria fim no ano de 1888. Naquele momento, a população foi

⁷⁷ Guerra (2005, p. 60) reflete que: “Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tornar o Serviço Social como totalidade constituída de dimensões técnico-instrumental, teórico intelectual, ético-política e formativa. A instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é síntese das mesmas. Implica permitir a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, em face de sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais”.

⁷⁸ A trajetória da investigação racial nos censos demográficos está detalhada em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

dividida em dois grandes grupos: “livres” e “escravos”, sendo que os últimos poderiam ser classificados racialmente, em pretos/as ou pardos/as, de acordo com a designação de seus proprietários.

Posteriormente, não por coincidência, no Censo de 1890, dois anos após a assinatura da Lei Áurea, a população teve a sua escolha as categorias “branca”; “preta”, “mestiça” e “cabocla”. A coleta do quesito raça-cor era estratégica à medida que poderia explicitar os efeitos da imigração europeia no almejado branqueamento da população – tanto é que 44% da população designou-se branca - assim como promover estratégias de controle para a população negra, recém-saída da escravatura, o que resultou, por exemplo na promulgação do Código Penal de 1890 que dentre outros dispositivos, punia o crime de vadiagem (art. 399). (JUNIOR, 2016, p. 352), ou seja, tinha como foco os homens negros que estavam subempregados ou desempregados.

Em 1940, o Censo passou a ser conduzido pelo IBGE. Naquele momento, se estava arraigando a ideologia da democracia racial por isso era importante identificar e minar qualquer grupo racial que impedisse o dito progresso nacional. As categorias eram “branca”, “preta”; “amarela” – incorporando os primeiros fluxos de imigração japonesa – e outras respostas. Com a criação de um organismo estatal que passou a ser responsável por centralizar e legitimar, cientificamente, os propósitos branqueamento da nação, não é de se admirar que 63,5% declarou-se branca.

No ano de 1970, na vigência da ditadura militar, para conter os germes dos movimentos sociais negros não foi coletado o quesito raça-cor. Na década seguinte, em decorrência das pressões do MNU, que denunciava as estratégias de branqueamento da nação e a falácia da democracia racial, o quesito raça-cor volta a ser incorporado no Censo de 1980, com as categorias “branca”; “preta”; “parda”, “amarela”. As ações promovidas por estes grupos, mesmo em estágio inicial, impactaram o censo com crescimento da população “parda”, que atingiu o percentual de 38,8%.

Também construiu-se o entendimento de que a população denominada “parda” e a população denominada “preta” fazem parte da mesma população, sendo a primeira fruto da mestiçagem, não deixando de portar características fenotípicas comuns a população preta, como formato de rosto, corpo e nariz, textura de cabelo, mas a diferença de tonalidade entre as peles foi uma ação deliberada para o alcance do ideal de brancura. E, do ponto de vista

sociológico, ambas estavam em situações desfavoráveis em relação a população branca, considerando o acesso às políticas sociais.

A partir dos anos 1990, com os esforços para o reconhecimento do racismo e da desigualdade racial por parte do Estado e a construção de políticas públicas decorrentes, a inserção do quesito raça-cor não só no Censo demográfico, como também nos diversos instrumentos oficiais passou a compor a pauta de reivindicações dos movimentos negros e de mulheres negras, que para o Censo de 1991, desenvolveu junto a organismos estatais a campanha: “Não deixe sua cor passar em branco!: responda com bom Censo”. Destaca-se que naquele ano foi inserida a categoria “indígena”.

Nos Censos seguintes, 2001 e 2010 foram mantidas as categorias “branca”; “preta”; “parda”, “amarela” e “indígena” e verificou-se o crescimento progressivo da população negra, que hoje compõe a maioria da população do país

Os primeiros formulários oficiais a incorporar o quesito raça-cor foram os dos serviços de saúde⁷⁹, área de atuação tradicional da categoria profissional. Naquele momento, as/os trabalhadores/as da saúde de forma geral já expressam queixas em relação a coleta do quesito raça-cor, e passaram a não preencher esta informação. Neste sentido, Rocha (2009, p. 548) aponta que:

A ausência ou o não preenchimento do quesito raça-cor nos instrumentos de registro e geração de informação de saúde, ou de qualquer outro serviço público, nos aponta uma das muitas outras formas de expressão do racismo no Brasil, que é o silêncio das informações relativas à cor/raça como um forte mecanismo de invisibilidade racial.

A declarada dificuldade, não está restrita apenas às questões individuais das/os agentes, mas está vinculada à dinâmica das relações raciais no país, permeada pelos processos ideológicos de mestiçagem, branqueamento e democracia racial.

Fry (1995) identifica que estão entrelaçados três modos de classificar racialmente a população no Brasil: a múltipla, em que um espectro de tipos raciais é construído pela população combinando traços fenotípicos e culturais; a binar, advinda dos movimentos

⁷⁹ “A inclusão do quesito cor/raça nos formulários oficiais de nascimento e óbito foi uma das aquisições no ano de 1996. Afora essa conquista, os autores elencam o programa de combate à anemia falciforme como uma das reivindicações atendidas ainda na vigência do governo FHC” (Monteiro e Maio, 2008, p. 127 apud Rios, 2012, p. 66).

negros, que estabelece as “preto” ou “branco” e a censitária, construída pelo IBGE que sofre alterações em face da conjuntura política e governamental, como demonstrado anteriormente.

Apesar da diferença de origem e conceito de cada proposição, deparam-se com a branquitude, que faz com que o pertencimento racial branco seja almejado, haja vista que numa sociedade racista como a brasileira, ser branco traz vantagens sociais em todos os aspectos da vida. E, na impossibilidade de ser branco, deve-se aproximar o máximo possível, seja por estratégias estéticas, comportamentais ou políticas.

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (...) Na sociedade brasileira, os indivíduos, querendo ou não, são classificados racialmente logo ao nascerem. Nos classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como beleza, inteligência, educação, progresso etc. (SCHUMAN, 2012, p. 23)

Pinto (2003) identificou que somada à posição de poder ocupada pelas assistentes sociais nas instituições, a representação e o significado do trabalho profissional e o pertencimento racial das assistentes sociais⁸⁰ influencia no trato da temática racial e no manejo do quesito raça/cor. Rocha (2009) e Eurico (2013) apresentam a influência determinante do racismo institucional.

Amaro (2005, p. 70) propõe:

A inclusão do indicador etnia/cor nos cadastros institucionais, com vistas a favorecer a visibilidade afrodescendente na política assistencial; a sensibilização e a capacitação dos profissionais para o emprego e manejo desse indicador em seus prontuários, entrevistas, diagnoses e análises (AMARO, 2005, p. 70).

⁸⁰ A categoria profissional ainda não possui um censo que inclua o pertencimento racial das profissionais, abrangendo todo território nacional, porém o CFESS iniciou em dezembro de 2016 a **Campanha Nacional de Recadastramento Obrigatório – Viva sua Identidade** “que inclui os serviços de Recadastramento Nacional Obrigatório de Assistentes Sociais, da Pesquisa do Perfil Profissional e da emissão do Documento de Identidade Profissional (DIP)”. (CFESS, 2018). Disponível em: <http://www.vivasuaidentidade.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019. Como está em curso, os resultados do perfil profissional ainda não foram socializados. A única pesquisa organizada pelo CFESS até o momento, que inclui o quesito raça-cor foi realizada no ano de 2004, e publicada, em versão impressa, em 2005. Intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o perfil profissional”, a partir de um convênio entre a entidade e a Universidade Federal do Alagoas. Apontamos alguns limites em relação à pesquisa, no plano geral, quanto à amostragem já que “a coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário respondido por assistentes sociais, participantes dos eventos comemorativos ao dia da(o) assistente social, no mês de maio de 2004, inscritos no CRESS e com registro ativo. O questionário incluiu questões fechadas – com opções definidas – e questões abertas, nas quais a informante poderia acrescentar mais alternativas, além das previamente oferecidas” (CFESS, 2005); e no plano específico da temática racial, por não utilizar o quesito raça/cor nos padrões estabelecidos pelo IBGE. É preciso ponderar que a pesquisa foi expressão do acúmulo teórico e político daquela quadratura histórica. Por exemplo, foi utilizada a terminologia “opção sexual”, que já foi revista e substituída por “orientação sexual”, revelando o esforço das entidades representativas profissionais, em especial o CFESS em estar sintonizado com as demandas dos movimentos sociais, dando materialidade a direção social da profissão e aos princípios éticos decorrentes.

Apesar das divergências em relação a nomenclatura oficial para denominar as populações, o quesito raça/cor continua a ser um parâmetro importante para expressar tanto a composição racial da população brasileira quanto para evidenciar a posição que os grupos raciais ocupam nos diversos espaços da vida social, seja pela sua presença massiva ou inexpressiva, explicitando a desigualdade racial existente na sociedade brasileira⁸¹.

Também em 2012 foi deliberado “Fortalecer o movimento negro e de mulheres negras e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero. (CFESS/CRESS, 2012). Neste sentido, o CFESS menciona no relatório de gestão que “será produzido artigo para compor o próximo número da Revista Inscrita” (CFESS, 2012).

Diferente dos dois anos anteriores, não houve a publicação do CFESS Manifesta referente ao Dia da Consciência Negra, porém a entidade publicou uma matéria “Com racismo não há liberdade”.

FIGURA 4: COM RACISMO NÃO HÁ LIBERDADE - 20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA (2012)



Fonte: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/876>. Acesso em 11 jan. 2019.

⁸¹ O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) aponta que: “dois em cada três presos são negros. Ao passo que a porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67%, na população brasileira, em geral, a proporção é significativamente menor 51%. Esta tendência é observada tanto na população prisional masculina quanto na feminina” (DEPEN, 2014, p. 50). Em contrapartida, dados do Censo Judiciário, realizado no ano de 2013, expõe que 84,2% dos juízes/as brasileiros são brancos (englobando os autodeclarados brancos e amarelos) 15,6% negros e 0,1% indígena (BRASIL, 2014, p. 42).

A entidade explica que “a frase é uma alusão ao slogan ‘Sem movimento não há liberdade’, da campanha de gestão ‘No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência’”. (CFESS, 2012). Posteriormente, menciona os dados do Mapa da Violência daquele ano, em que a taxa de homicídios para a população branca caiu e para a população negra só vem aumentando.

Novamente, o CFESS reforça a ideia da inexistência da democracia racial: “‘Vivemos em um país em que não existe democracia racial. Temos algumas conquistas no âmbito jurídico formal, mas insuficientes para experiência cotidiana de racismo social e institucional que vivemos como população negra’ (CFESS, 2012). Para exemplificar o cotidiano racista cita a peça “Namíbia, não!”⁸²

Em 2013, O Encontro CFESS/CRESS aconteceu em Recife, com o tema: “Tempos de dizer que não são tempos de calar” (CFESS/CRESS, 2013)⁸³. Dentre as deliberações, destacamos: “Acompanhar criticamente os debates acerca das políticas para juventude, em especial da juventude negra, afirmando posicionamento contrário ao extermínio/genocídio dessa população e à redução da maioridade penal” (CFESS/CRESS, 2013).

Para dimensionar a situação da juventude negra e das crianças e adolescentes negros/as é preciso remontar alguns elementos históricos que foram constitutivas da situação apresentada.

Na maioria das vezes, subestima-se o fato de que nas sociedades escravocratas, homens, mulheres e crianças negras estavam sujeitas ao poder senhorial de forma igualitária, e os elementos de gênero e geração eram utilizados de maneira a potencializar a exploração do trabalho, como sintetiza Davis (2016, p. 20): “afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente ‘provedores’ para a classe proprietária de mão de obra escrava”. Também que a própria vida da criança negra desde a sua concepção carrega consigo o traço da violência, uma vez que, muitas delas, eram provenientes de estupros dos senhores diante das mulheres

⁸² Peça escrita por Aldri Anunciação e direção de Lázaro Ramos. A história é construída na contemporaneidade em que: “Saiu uma Medida Provisória do Governo! [...] Cidadãos com traços e características que lembrem, mesmo que de longe, uma ascendência africana, a partir de hoje, 13 de maio de 2015, deverão ser capturados e deportados para os países africanos, como medida de correção do erro cometido pela então Colônia Portuguesa, e continuado pelo Império e pela República Brasileira. Erro esse que gerou quatro séculos de trabalhos gratuitos realizados por uma população injustamente transferida de suas terras de origem, para as terras brasileiras. Com o intuito de reparar esse gravíssimo erro cometido pela União, essa Medida prevê a volta desses cidadãos, e de seus descendentes, para terras africanas em caráter de urgência” (Anunciação, 2010, p. 25).

⁸³ O título do Encontro é uma referência a poesia Dissidência ou a arte de dissidir do Prof. Mauro Luiz Iasi (CFESS/CRESS, 2013).

negras escravizadas. Assim como a separação da mãe e da criança haja vista que desde o ventre a criança negra foi considerada enquanto mercadoria. Desde a Colônia, o Estado Brasileiro trata suas crianças de forma violenta, especialmente as crianças negras. A Roda dos Expostos⁸⁴, é um exemplo desta forma de tratamento:

A partir de 1775, um alvará reconheceu como livres as crianças negras colocadas na roda. No entanto, isso parece não ter modificado em nada a situação desses “expostos”, já que eram devolvidos aos seus donos quando solicitados. A casa da roda, ou roda dos expostos, teria sido utilizada também pela mãe escrava como forma de livrar os filhos do cativeiro (...) Em geral, a maioria das crianças deixadas na roda eram negras (MOURA, 2004, p. 91).

Outro marco importante, na delimitação da infância negra brasileira, que deixou marcas profundas para a sociedade em geral, foi a Lei do Ventre Livre. Promulgada em 28 de setembro de 1871⁸⁵.

Os dispositivos, em nota, expressam que as crianças negras a partir dos oito anos de idade poderiam ter seu trabalho explorado até a chegada da vida adulta. Isso significa dizer que a partir desta idade as crianças negras já estavam expostas a formas de tratamento semelhantes à de um adulto/a escravizado/a. Não se pode perder de vista que a promulgação da Lei do Ventre Livre está associada a um conjunto de estratégias da elite brasileira para garantir os menores prejuízos possíveis decorrentes da proposta de Abolição da Escravatura, que estava sendo gestada e aconteceria no ano de 1888. Moura demonstra que foi mais uma falácia haja vista que a venda de crianças negras continuava:

Um exemplo deste desrespeito vem do Diário Oficial da Bahia, de 4 de junho de 1887, onde se descreve o seguinte leilão de uma propriedade escrava na Fazenda da Concórdia: ‘Alberto, 10 anos, por um conto de réis; Vicente, 13 anos, por seiscentos mil-réis; Félix, 14 anos, por oitocentos mil-réis; Flauzina, 13 anos por seiscentos mil-réis; Simplício, 14 anos, por um conto de réis. Assim, após dezesseis anos da promulgação da Lei do Ventre Livre, ainda eram leiloados escravos, o que bem

⁸⁴ Entidade criada em, 1738, no Rio de Janeiro, por Romão Mattos Duarte, com o objetivo de recolher crianças abandonadas. O nome “roda” pelo qual se tornou conhecida pela população, decorria do dispositivo onde eram colocadas as crianças recolhidas. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças enjeitadas, ou ‘expostas’, o que permitia que as pessoas que as colocassem não fossem vistas nem reconhecidas. (MOURA, 2004, p. 91).

⁸⁵ A lei estabelecia que: Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar a idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (BRASIL, 1871).

demostra como este crime era praticado impunemente e de forma acintosa (MOURA, 2004, p. 240).

Como explicitado anteriormente, as estratégias de controle penal foram fundamentais para conter a massa negra recém-saída da escravização, a estratégia não poupou as crianças já que o Código Penal de 1890 dentre outras, fixava a responsabilidade penal a partir dos 9 anos de idade (art. 227 SS 1º.); punia o crime de mendicância (art. 391), por exemplo. (SILVA JUNIOR, 2016, p. 352). Por este motivo, a inserção precoce nas atividades laborais foi a alternativa para a adequação das crianças e adolescentes negros/as.

Posteriormente, o Código de Menores, promulgado em 1927 ratifica a existência de infâncias diferentes, a depender do pertencimento de classe e raça das crianças, já que estabelece que um grupo é caracterizado “menores” e sujeitos a medidas de vigilância, o que impactaria sobremaneira a infância e juventude negra.

Com a legislação apresentada, queremos explicitar que o conjunto de crianças brasileiras sempre esteve submetido às diversas formas de violência em face das características de nossa formação social, marcada por relações estruturalmente desiguais, entretanto cabe salientar como o pertencimento racial foi determinante para a conformação de um grupo ainda mais vulnerável dentre todas as crianças.

As premissas lançadas em 1927 foram reatualizadas no período da Ditadura Militar, com a promulgação do Novo Código de Menores, em 1979. Assim, a Doutrina de Situação Irregular foi sacramentada. Apesar da mudança de paradigma para a Doutrina da Proteção Integral, estabelecida pelo Estatuto da Criança e Adolescente em 1990, a luta pela sua efetivação é constante e disputa espaço cotidiano com as premissas conservadoras.

O que nos interessa refletir é que esta dicotomia, pela infância que tem maiores chances em ser reconhecida enquanto sujeita de direitos e aquela que é criminalizada, tem uma expressão de classe e raça: “além da criança existe o ‘menor’. E esta diferença é ainda mais evidente quando analisamos as condições de vida de crianças e adolescentes de acordo com o seu pertencimento étnico-racial. Constatamos a existência de uma infância branca e de uma menoridade negra” (TEIXEIRA, 2016, p.67).

As discussões trazidas evidenciam que a redução da maioridade penal, o encarceramento e o extermínio da juventude negra não são acidentais, pelo contrário, estão

imbricadas e constituintes de um projeto de genocídio da população negra, que entendido de forma ampla, vai além do extermínio físico, impactando a população negra desde o nascer, levando em conta condições de gênero, geração, moldando as condições de vida.

A respeito da origem do conceito, Almeida (2014) explica que:

No que se refere à noção de genocídio, a concepção moderna do termo é atribuída ao jurista polonês Raphael Lemkin, que migrou da colônia para os Estados Unidos em 1939, em decorrência do holocausto judeu. Sua contribuição apareceu em 1944 no *Axis rule in occupied Europe*, compreendendo uma perspectiva multifacetada. Não se restringia às ações de assassinatos simplesmente, mas às ações que infringiam a liberdade, a dignidade e a segurança de um grupo (ALMEIDA, 2014, p. 147).

Posteriormente, esta noção é ampliada e tem suas ações localizadas na Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela ONU em 1948 e efetivada em 1951 (VARGAS, 2010, p. 48)

Os atos, cometidos com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo (VARGAS, 2010, p. 38)⁸⁶.

O extermínio físico da população negra, dentre as expressões do genocídio, é que tem ganho maior atenção dos institutos de pesquisa, com destaque para o Mapa da Violência⁸⁷, que publicou a última versão em 2016 e constata que:

se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 homicídios por arma de fogo na população branca, em 2014 esse número desce para 9.766, o que representa uma queda de 26,1%. Em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, aumento de 46,9%. A vitimização negra no país que, em 2003, era de 71,7% (morrem, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos), pula para 158,9%, em 2014 (WASELFSZ, 2016, p. 60).

⁸⁶ No âmbito teórico e político destaca-se a contribuição de Abdias Nascimento, que salientou o papel das práticas culturais no projeto genocida brasileiro, o que denominou de branqueamento cultural: “além dos órgãos de poder, as classes dominantes brancas tem à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio e a televisão – a produção literária. Todos estes instrumentos estão à serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. O processo de assimilação ou de aculturação não se relaciona apenas à concessão aos negros individualmente, de prestígio social. Mais grave, restringe-se sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até a intimidade mesma do ser negro e do modo de auto avaliar-se, de sua autoestima” (NASCIMENTO, 2017, p. 112).

⁸⁷ Estudos conduzido pelo Prof. Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. A primeira publicação aconteceu em 2005, tendo como cerne os homicídios praticados contra juventude, inserindo as ênfases raciais e regionais. Em 2012, foi inserido no projeto relatório referente ao homicídio de mulheres; causas de mortalidades externas para crianças e adolescentes. Em todos os estudos há desvantagens para a população negra. Os relatórios estão disponíveis em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/cadernos.php>. Acesso em: 11 jan. 2019.

As estatísticas são impactantes⁸⁸, entretanto é preciso refletir de que forma elas rebatem na realidade das famílias negras como aponta Davis, discorrendo sobre as famílias negras norte-americanas, que também são impactadas por processos genocidas:

Por não refletir a norma, a família afro-americana, tem sido repetidamente definida como patológica em suas características e injustamente culpada pelos problemas complexos que existem no interior da comunidade negra – problemas em geral diretamente imputáveis à promoção social, econômica e política do racismo. Não se trata, obviamente, de refutar que as famílias negras estejam em sérias dificuldades. Mas focar de forma equivocada nos problemas familiares como a base da opressão da comunidade afro-americana – como se colocar ordem na família erradicasse automaticamente a pobreza é aderir ao discurso falacioso de que ‘a culpa é da vítima’ (DAVIS; DAVIS, 2017, p. 71)

Evidenciando o tema das mortes dos jovens negros é que foi produzido o CFESS Manifesta, publicado em 20 de novembro de 2013.

⁸⁸ A partir da produção das estatísticas, a mortalidade de jovens negros, também por pressão dos movimentos negros e de mulheres negras passou a ser considerada uma questão de saúde pública. Com isso, houve a inserção na Política Integral de Saúde da População Negra e a construção de programas específicos como o Juventude Viva – Plano de Prevenção à violência contra a juventude negra que foi criado pelo governo federal para combater as causas deste fenômeno e criar condições para sua superação. São direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos, do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade que vivem nas periferias dos centros urbanos e se divide em quatro eixos de ação: 1. Desconstrução da cultura de violência; 2. Inclusão, oportunidade e garantia de direitos; 3. Transformação de territórios; 4. Aperfeiçoamento institucional. Disponível em: https://issuu.com/participatorio/docs/guia_plano_juvviva_final. Acesso em: 12 jan. 2019.

FIGURA 5: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: A VIOLÊNCIA TEM CLASSE E COR (2013)



Fonte: http://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_consciencianegra.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019

O documento inicia retomando a importância da data e questiona o fato de não ser reconhecida como feriado nacional em face de sua importância para a sociedade brasileira: “Entretanto, ainda não é um feriado nacional. A adesão ao feriado ou a instituição de ponto facultativo é uma decisão de cada estado ou município. Atualmente, mais de 1000 municípios já decretaram feriado no Dia Nacional da Consciência Negra” (CFESS, 2013),

Recupera a influência da escravidão na configuração da situação vivenciada pela população negra, asseverando a dinâmica racial na sociedade brasileira, em que estão imbricadas a discriminação racial direta, materializada na seletividade policial e a discriminação racial indireta, ou racismo institucional, concretizado em condições desfavoráveis no acesso às políticas sociais para a população negra.

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, as manifestações de racismo estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes; ora é silencioso, como as vidas silenciadas pelo extermínio policial que põe constantemente os negros e as negras sob suspeita, além de serem discriminados/ as em outras esferas da vida social, como no acesso à justiça, ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, dentre outras. Criando-se a justiça de

brancos/as e de negros/as, as escolas de brancos/as e de negros/as em um ‘apartheid’ constante e velado (CFESS, 2013).

A noção de “apartheid” é utilizada para dar a dimensão do abismo que separa a população negra e a população branca no país, na maioria, se não em todos os índices socioeconômicos, como ratificado Atlas da Violência, publicado em 2018, pelo IPEA em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública: “É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos” (CERQUEIRA et. al., 2018, p. 40).

Frisa como uma das expressões da desigualdade racial, o tratamento dispensado à população negra pelo sistema sociojurídico, que engloba o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança e os sistemas de proteção e acolhimento (Fávero, 2011): “os negros e as negras são tratados/as com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se fossem responsáveis pela criminalidade e a ‘perturbação da ordem social’” (CFESS, 2013).

A aliança entre o positivismo jurídico e o racismo foi responsável por criar um discurso científico para legitimar o estereótipo da população negra enquanto perigosa, e disseminar a ideia de que principalmente os homens negros carregam consigo características que os tornariam propensos à criminalidade. Entretanto, trata-se de mais uma manobra ideológica:

Articulam-se num processo impiedoso de patologização do negro a medicina, a saúde pública, a imprensa, a política e principalmente a criminologia, buscando legitimar a violência sistemática dirigida a esses grupos, e principalmente justificar sua exclusão através de sua pretensa deterioração inata (MALAGUTI, 2003 apud FAUSTINO, 2010, p.24).

Também é exposto o papel da mídia no reforço destes estereótipos: “a mídia burguesa tem invadido as casas da população brasileira com uma onda de violência, imputando as pessoas negras violência, tráfico de drogas, o que vem a reforçar a criminalização da pobreza no país” (CFESS, 2013). Faustino (2010) corrobora com o papel da mídia na disseminação destes estereótipos, mas aponta um elemento interessante em relação à “criminalização da pobreza”:

O outro ponto que nos cabe refletir remete à nomenclatura em questão: ‘Criminalização da Pobreza’. A nosso ver, o termo pode sugerir um efeito contrário ao que os seus formuladores propõem, na medida em que traz a ideia de que é a pobreza o elemento a ser criminalizado, como se interessasse às classes dominantes combater (efetivamente) a pobreza como se esta lhes fosse um problema. Na verdade, sabemos que, para os formuladores e adeptos deste conceito, a preocupação

anterior à denúncia da violência contra os pobres está no ato de tratá-los como criminosos natos. Neste caso, seria mais coerente falar em criminalização dos pobres, e não da pobreza, já que para as classes dominantes não interessa ataque aos elementos que as fazem dominantes, como a pobreza, e sim àqueles (os pobres) que por algum motivo ameaçam esse domínio, neste caso os pobres (FAUSTINO, 2010, p. 18).

Posteriormente, o CFESS Manifesta de 2013, posiciona-se contra a redução da maioria penal: “os debates estão sendo feitos quase sempre em cima dos efeitos da violência e não de suas causas, desviando o foco das reais origens do problema. A redução da maioria penal vai atingir em especial, a juventude negra”. (CFESS, 2013). A militância junto aos movimentos de defesa de direitos da infância e juventude, assim como as lutas para a construção e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente é marcante para a categoria profissional, que tem se posicionado em diversos momentos a respeito da retirada de direitos e da preservação da premissa da proteção integral.

O documento endossa a noção de genocídio atrelada a violência estrutural: “a violência não se resume aos homicídios e a outras formas de agressões físicas, mas se expande a questões estruturais da sociedade” (CFESS, 2013). E apresenta o lugar da profissão junto às lutas dos movimentos negros e de mulheres negras:

Nossa responsabilidade histórica é responder aos desafios que estão sendo colocados, através de organizações políticas que representem os anseios do povo negro desse país. Este é um desafio político fundamental para todos os movimentos sociais que lutam pela emancipação humana. O Serviço Social está nesta luta! (CFESS, 2013).

Este último trecho do CFESS Manifesta está alinhado à uma deliberação construída no Encontro Nacional CFESS/CRESS do mesmo ano em que se coloca a necessidade de:

Reforçar as lutas no âmbito da sociedade civil contra o racismo, ampliando a realização de debates com a categoria acerca do tema, participando em conjunto com o movimento negro, indígena, de mulheres negras e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero e pela política de igualdade racial (CFESS, 2013).

Em apoio a esta proposta, como previsto no ano anterior, o CFESS realiza a “publicação de artigo ‘Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil’ na Revista Inscrita nº 14” (CFESS, 2013). A publicação está inserida na efetivação da agenda política da entidade já que:

A Revista Inscrita nasceu com o propósito de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao serviço social e de incluir cada vez mais o/a assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira. A revista traz artigos

que promovem a atualização do conhecimento e, ao mesmo tempo, se caracterizam como um valioso registro histórico das discussões da categoria (CFESS)⁸⁹.

O artigo compõe “o Dossiê Temático, intitulado Serviço Social contra a violação de direitos, [em que] colocamos em pauta alguns dos temas polêmicos da agenda política do Conjunto CFESS-CRESS, relacionados à defesa dos direitos humanos e articulados ao Serviço Social” (CFESS, 2013, p. 2) Assim, seguindo o agrupamento do GTP da ABEPSS, apresenta artigos que discorrem sobre questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, e agrega expressões da questão social como a internação compulsória, e pergunta:

O que o Serviço Social tem feito na perspectiva da defesa dos direitos humanos? Como falar de racismo no Brasil sem buscar seus nexos com a ‘questão social’ brasileira e suas múltiplas expressões? De que maneira nossa categoria profissional tem lidado com as pessoas transgêneros no seu cotidiano? Por que a descriminalização e legalização do aborto no Brasil fazem parte de nossa agenda política? Temos condições de avaliar se as pessoas em privação de liberdade estão aptas (ou não) a receberem progressão de regime, dadas as condições do nosso sistema prisional? Quais as alternativas do serviço social para a internação compulsória e porque esta medida autoritária não resolverá o problema histórico das drogas no Brasil? (CFESS, 2013, p. 02-03)

O artigo que trata do racismo foi escrito por Tereza Cristina Santos Martins⁹⁰, que é docente no estado do Sergipe, o que demonstra que ações desenvolvidas no âmbito político-organizativo e acadêmico tem ganho amplitude para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Salvador, identificado no primeiro capítulo desta dissertação enquanto lócus preponderante do debate racial.

Norteadas pelo horizonte de buscar os nexos entre racismo e ‘questão social’ se debruça inicialmente em demonstrar a particularidade do racismo brasileiro, cujo mote é: “despolitizar diante da sociedade brasileira qualquer iniciativa de reivindicar direitos através do argumento étnico-racial – aí reside sua particularidade” (MARTINS, 2013, p. 12).

Defende o uso do termo raça em sua dimensão sociológica, como foi discorrido anteriormente. Diante disso, apresenta um questionamento a respeito do argumento de que o sistema capitalista impacta indistintamente os/as trabalhadores/as, considerando as particularidades de nossa formação sócio-histórica:

Como se explica que no âmbito de uma sociedade capitalista – e eu estou me referindo à sociedade brasileira – onde a propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho pelo capital afetam indistintamente a classe trabalhadora,

⁸⁹ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/revista-inscrita>. Acesso em: 12 jan. 2019.

⁹⁰ Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Sergipe (UFS), doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em dezembro de 2018 foi eleita coordenadora regional de Pós-Graduação da Regional Nordeste da ABEPSS.

os/as mais pobres sejam exatamente aqueles/as de descendência africana? Como explicar que quase 70% dos que tem renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais – e, por isso vinculam-se ao Programa Bolsa Família são pretos e pardos? Que associação é essa entre cor/raça e pobreza?⁹¹ (MARTINS, 2013, p. 12).

Em continuidade, Santos frisa que “evidentemente, a pobreza não tem como determinação o racismo” (MARTINS, 2013, p. 13), entretanto expressa que o racismo é determinante na alocação da população negra nos estratos mais pobres na sociedade brasileira:

Primeiro, a história que concretizou o capitalismo brasileiro foi profundamente marcada pela escravidão dos/as negros/as e pela repressão. Segundo a transição do trabalho escravo ao trabalho livre foi marcada pela ideia de uma incompatibilidade e desqualificação do negro para assumir o trabalho assalariado (MARTINS, 2013, p. 13).

Na mesma linha, Moura (1983) delimita os meandros que consolidaram a divisão racial do trabalho e o papel que a substituição dos trabalhadores negros por imigrantes brancos, na nascente do capitalismo brasileiro, desenvolveu em relação ao branqueamento, visando alterar o padrão racial do país:

É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado precário e cujo centro de produção já foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado de fora do sistema. Neste processo, o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto vai se buscar em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes escolheram como símbolo de superioridade: o branco (MOURA, 1983, p. 37-38).

Martins (2013) tem como cerne de sua análise a divisão racial do trabalho e as consequências para a construção da cidadania, como reflete:

Estando à margem da cidadania estratificada a partir das posições ocupadas no mercado de trabalho, as implicações político-sociais para esses/as trabalhadores/as foram profundas, uma vez que passaram a se organizar fora do espaço sindical e, conseqüentemente, as suas demandas foram tratadas no âmbito do ‘exclusivo paternalismo’ e/ou do ‘exclusivo caso de polícia (...) Se a pobreza e o desemprego se constituem em expressões da ‘questão social’ eles não deixam de ser reiterados e reforçados pelo racismo (MARTINS, 2013, p. 14).

⁹¹ Amaro (2005) ao estudar a inserção da população negra na política de Assistência Social faz questionamento semelhante: “Embora constitua um curioso paradoxo, a invisibilidade da questão racial na agenda do enfrentamento da pobreza acompanha uma involução histórica: apesar de implacável desigualdade social imposta aos negros, por muito tempo o pensamento sociológico padrão reduziu a pobreza, o desemprego e a baixa renda do negro a uma questão de classe social, ignorando-a enquanto questão racial”(AMARO, 2005, p.62).

Frisa-se que a ausência de ocupação ou a ocupação subalternizada⁹², em funções que traçam uma linha de continuidade com o período escravista, a exemplo das mulheres negras e a correspondente concentração no trabalho doméstico⁹³ não é mero acidente, e sim configura a organização societária capitalista haja vista que o exército industrial de reserva ou a franja marginal alimentam e realimentam as estruturas apresentadas⁹⁴.

No último item do artigo, a autora recupera os princípios do Código de Ética e conjectura a respeito da necessidade de incorporar a temática racial na formação profissional, preservando a direção social da profissão:

caberia, no âmbito da formação profissional, investimentos na reflexão teórica acerca do entrelaçamento/cruzamento entre questão étnico-racial e ‘questão racial’. Esse parece ser um ponto de partida para construir uma compreensão acerca do porquê, na realidade brasileira, de os/as negros/as assumirem posição de destaque nas várias expressões da ‘questão social’ (MARTINS, 2013, p. 15).

Após a publicação do artigo, o CFESS completou a agenda sobre o debate racial do ano de 2013, em coerência ao estímulo da utilização do quesito raça/cor, incorporando-o aos formulários institucionais da entidade: “Inserção do quesito raça/cor nas fichas de inscrição dos seminários realizados pelo CFESS, bem como na Campanha Nacional de Combate à Inadimplência” (CFESS, 2013).

O Encontro Nacional CFESS-CRESS do ano de 2014 aconteceu em Brasília e teve como tema: “Projeto Ético-Político do Serviço Social: memória e resistência”, que de acordo com o relatório: “foi um encontro marcante, em que decorridos 50 anos do golpe da ditadura militar no Brasil, trouxemos à memória a luta de assistentes sociais contra a ditadura,

⁹² De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no terceiro trimestre de 2017, dos 13 milhões de brasileiros desocupados, 8,3 milhões eram pretos ou pardos (63,7%). Com isso, a taxa de desocupação dessa parcela da população ficou em 14,6%, valor superior à apresentada entre os trabalhadores brancos (9,9%). A taxa de subutilização - indicador que agrega a taxa de desocupação, de subocupação por insuficiência de horas (menos de 40 horas semanais) e a força de trabalho potencial - teve comportamento semelhante. Para o total de trabalhadores brasileiros, ela foi de 23,9%, enquanto que para pretos ou pardos ficou em 28,3%, e para brancos em 18,5%. Das 26,8 milhões de pessoas subutilizadas no Brasil, 17,6 milhões (65,8%) eram pretas ou pardas. (IBGE, 2017).

⁹³ A mesma pesquisa indica que “Os pretos e pardos representavam 66% dos trabalhadores domésticos no país” (IBGE, 2017). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁹⁴ Bottomore (2012, p. 234-235) explica que: “A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital. A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz essa demanda. A demanda líquida por trabalho depende, portanto, da força relativa de cada um desses dois efeitos, e são precisamente essas forças relativas que variam de modo a manter o exército industrial de reserva. Dessa forma, a acumulação de capital reabastece automaticamente o exército industrial de reserva”.

profissionais que sofreram tortura e morreram em defesa da liberdade, da justiça social e da revolução! Não nos esqueceremos é a mensagem que fica deste Encontro” (CFESS/CRESS, 2014).

Alinhado ao tema do encontro, estava sendo lançado o segundo volume da “Incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, que interfere na efetivação do projeto ético-político à medida que um dos pilares para a construção da direção social da profissão é a formação profissional. Referente ao tema, consultando outras fontes, uma questão preocupante, apontada no Relatório Síntese do ENADE do ano de 2016 é que a maioria das estudantes concluintes do curso de graduação na modalidade à distância é negra, 61,2 % demonstrando como a precarização do ensino tem impactado às mulheres negras.

O destaque foi para a:

histórica e emocionante mesa Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura possibilitou o depoimento de cinco assistentes sociais, representando cada região do país, sobre suas histórias de luta e resistências contra o regime militar, precedido pelo documentário lançado pelo CFESS com trechos de depoimentos de assistentes sociais que sofreram violação de direitos durante a ditadura. Os relatos de Jorge Krug, Vicente Faleiros, Cândida Magalhães, Joaquina Barata e Rosalina Santa Cruz instigaram emoções e reafirmaram a relevância da luta e militância em defesa da liberdade, de uma sociabilidade anticapitalista (CFESS/CRESS, 2014)

Nesta atmosfera, em ebulição também pelas eleições de 2014, a categoria realizou diversas moções, com destaque para aquela em que se posicionou contra um ato racista vivenciado por uma assistente social do estado da Bahia, baseando-se no Código de Ética Profissional:

Ocorre que a candidata usava um turbante como parte de suas vestes e, conforme suas próprias palavras: ‘usa como indumentária de resistência africana’; foi convidada a retirar a peça ou se evadir da sala, sob a alegação de estar infringindo as normas do certame (...) fazendo uma analogia entre o turbante e um adereço esportivo, desconsiderando o símbolo étnico e religioso de matriz africana que a peça representa (CFESS/CRESS, 2014).

Em relação às deliberações deu continuidade aos posicionamentos construídos anteriormente como apoio aos movimentos sociais e contrariedade ao genocídio/extermínio da população negra, que será tema do CFESS Manifesta do ano de 2014.

FIGURA 6: CFESS MANIFESTA - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O LONGO CAMINHO DA DESIGUALDADE (2014)



Fonte: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2014cfessmanifesta-consciencianegra.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

No manifesto são mostrados três rostos: um homem negro, uma mulher negra e um jovem negro, respectivamente: Amarildo Dias de Souza:⁹⁵ Cláudia Ferreira⁹⁶ e Douglas Rafael da Silva Ferreira⁹⁷, que infelizmente tem em comum o fato de terem sido assassinados,

⁹⁵ “Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, sumiu em julho após ser levado por policiais militares para a sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, Rio de Janeiro, durante a operação “Paz Armada”. Foi considerado “suspeito” e recolhido para averiguação. A sessão de tortura a que foi submetido acabou de vez com o sonho de sua pobre família. Amarildo nunca mais voltou. Jamais teria um enterro digno. Seu corpo, inerte e sem vida, jamais foi achado”. (CFESS, 2014)

⁹⁶ “Cláudia Silva Ferreira levantou ainda antes de amanhecer para mais um dia de trabalho, como auxiliar de serviços gerais. Como fazia todos os dias no Morro da Congonha em Madureira, Rio de Janeiro, saiu para comprar pão e não voltou mais. Foi baleada por um fuzil da Polícia Militar, que a confundiu com bandida. Mais que isso, ao ser ‘socorrida’ pelas mesmas mãos que tirariam sua vida, Cláudia foi implacavelmente arrastada ao ‘cair’ do porta-malas da viatura policial. No meio do caminho, havia um porta-malas. Havia um porta-malas no meio do caminho, que, ironicamente, se abriu e selou um final que não poderia ser mais dramático: ao ser arrastada pela viatura no asfalto, por cerca de 350 metros, Cláudia teve parte de seu corpo dilacerado” (CFESS, 2014).

⁹⁷ “Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG, dançarino de um programa de TV, foi encontrado morto com um tiro na manhã do dia 22 de abril, na comunidade do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, Rio de Janeiro. Em investigação, foi comprovado que a posição de seu corpo foi alterada na perícia. Jovem da periferia, sonhava romper o ciclo de miséria a que a maioria de seus/suas colegas acabavam incorrendo”. (CFESS, 2014).

em situações que envolviam a polícia. Entretanto, foram apresentados para o conjunto da sociedade como “bandidos” ou “suspeitos”, buscando legitimar a ação criminosa da polícia:

O problema se amplia quando se busca entender o perfil desses tidos ‘bandidos’ que a polícia não mede esforços para abater. As posturas comuns dos policiais não deixam dúvidas que recai a pretos e pobres o ‘tipo ideal’ do criminoso brasileiro, reverberando os estudos sobre a violência policial, em que a seleção do suspeito tem cor, endereço e razão social (...) Ao se observar o perfil geral dos assassinatos cometidos por policiais no Brasil, percebe-se que os policiais do caso supracitado não agiram de forma deslocada; pelo contrário, cumpriram de forma eficiente e eficaz seu trabalho, na medida em que essa postura é a esperada pela polícia, pela burguesia que teme a sublevação popular e por parte considerável de cidadãos e cidadãos que assistiram a tamanha atrocidade de forma silenciosa (...) A postura policial perante a população (estando ou não vinculada ao crime) varia de acordo com a posição de classe, raça e gênero em que estão distribuídos os indivíduos no tecido social brasileiro. (FAUSTINO, 2010, p. 15)

Estes assassinatos emblemáticos por terem alcançado atenção midiática, não são exceção e confirmam a postura do Estado diante da população negra, corroborando as estatísticas de mortes violentas já apresentadas. Neste sentido, o CFESS posiciona-se: “o extermínio da juventude pobre e negra da periferia das cidades tem revelado uma das faces mais cruéis dessa sociabilidade capitalista, centrada especialmente na forte atuação do aparelho repressivo do Estado, na guerra, cada vez mais explícita, à população negra e pobre” (CFESS, 2014).

E, apresenta outra forma de violência que tem ganho cada vez mais força na contemporaneidade: “essa violência contra a população negra se materializa também na intolerância existente contra as expressões religiosas de matriz africana” (CFESS, 2014).

A intolerância religiosa em relação às expressões religiosas de matrizes africanas tem raízes no passado colonial e no esforço das elites nacionais em dizimar os negros/as e suas contribuições em todas as dimensões da vida, em busca da construção de símbolos nacionais e justificar a posição ocupada socialmente por este grupo, como explica Moura:

Da mesma forma como se justificava a escravidão do negro pela sua condição de ‘bárbaro’, justificava-se, concomitantemente, a perseguição às suas religiões [designadas] fetichistas, animalistas (...) As religiões afro-brasileiras, em razão disto, deveriam ser consideradas inferiores, de um lado, e/ou exterminadas ou neutralizadas (assimiladas) de outro. Daí se procurar vê-las como remanescentes de uma fase já transposta da nossa história que precisa ser esquecida (MOURA, 1988, p. 53-54).

A entidade argumenta, com base na Constituição Federal “ser inviolável a liberdade de consciência e de crença assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias” (CFESS, 2014), e assevera que,

mesmo com esta premissa, os números de denúncias de intolerância religiosa tem crescido de forma vertiginosa, principalmente em estados que concentram população negra, como Bahia e Rio de Janeiro.

É um importante debate a ser realizado pela categoria porque é expressão do conservadorismo, diante da ascensão de líderes neopentecostais aos postos de poder institucionais:

A ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os (neo)conservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas. Atualmente, representantes de grupos evangélicos têm manifestado abertamente esse moralismo (BARROCO, 2015, p. 631).

Justamente, em reconhecimento ao fortalecimento e propagação das práticas neoconservadoras na sociedade e conseqüentemente, no interior da profissão, que se organiza em 2015, o Encontro CFESS/CRESS nomeado: “Ofensiva conservadora e Serviço Social no cenário atual” (CFESS, 2015). Realizado na cidade do Rio de Janeiro, foi inovador:

por inaugurar a metodologia de monitoramento, que teve por objeto as deliberações aprovadas para execução no triênio 2014-2017. Nesse sentido, seu temário não poderia ser mais oportuno, uma vez que as análises efetuadas na mesa-título do evento deram centralidade aos desafios conjunturais que se avolumam na contramão do nosso projeto profissional e dificultam a implementação de nossa agenda política (CFESS, 2015, p. 10).

Por conta do cenário regressivo, que amplia as frentes de luta, e com a intenção de preservar a direção política da profissão, a categoria estabeleceu novas estratégias para o enfrentamento deste cenário, que foram materializadas em “dois documentos produzidos, objetivando dar visibilidade a este acúmulo histórico de deliberações do conjunto: Bandeiras de Luta e Ações Estratégicas Continuadas” (CFESS/CRESS, 2015, p. 11). Em relação as bandeiras de luta foram divididas em três eixos: defesa da profissão, dos direitos humanos e da seguridade social.

As deliberações que abrangeram o debate racial continuaram a expressar a contrariedade ao racismo e o apoio a equidade racial, a política de igualdade racial e a inserção do quesito raça/cor nos instrumentais (CFESS/CRESS, 2015). Merece destaque as moções de apoio e repúdio que sintonizadas com os movimentos sociais e a realidade dimensionam os desafios postos pela conjuntura.

Recebeu apoio à Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro, convocada pelo “Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta⁹⁸” desencadeada por uma chacina na periferia de Salvador, que teve apoio do governador do estado à época: “Ainda em fevereiro de 2015, policiais militares, reconhecidamente membros de uma das polícias mais violentas do país, são apontados como suspeitos do assassinato de 13 jovens no bairro do Cabula, em Salvador (BA)” (CFESS/CRESS, 2015, p. 61)⁹⁹.

Também foram apoiadas a luta do Movimento de Estudantes da Unifesp¹⁰⁰ e a Marcha Nacional das Mulheres Negras: Contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver.¹⁰¹, que seria realizada em 18 de novembro daquele ano, em Brasília. O apoio justifica-se pois:

As pautas da marcha se articulam à defesa de um projeto de sociedade sem exploração de classe, gênero, raça e etnia, dando visibilidade aos múltiplos determinantes da questão social. Nesse contexto, considerando que as mulheres negras representam 25% da população brasileira e compreendendo a importância do combate à dupla opressão racista e sexista, declaramos que o Serviço Social brasileiro também se coloca em marcha na denúncia contra a violência simbólica e física contra as mulheres negras (CFESS/CRESS, 2015, p.67).

⁹⁸ Criado em 2005, pelo advogado e militante negro Hamilton Wale, alicerçado numa perspectiva pan-africanista – que vislumbra a união dos povos africanos como um só povo - trata-se de uma articulação de movimentos e comunidades da capital e do interior da Bahia lutando contra a violência policial e a favor tanto da causa antiprisional como da reparação aos familiares de vítimas do Estado e de grupos de extermínio. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vv4ne8/o-movimento-baiano-reaja-ou-sera-morto-esta-na-linha-de-frente-na-luta-contra-o-racismo. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁹⁹ Da mesma forma, no encontro houve: “repúdio às chacinas ocorridas na região metropolitana de São Paulo (SP), nos municípios de Osasco, Barueri e Itapevi, e a toda forma de criminalização da pobreza e da vida cotidiana. Por isso, manifestam-se contra a militarização da vida, da polícia e da política. A exemplo dos dados denunciados, temos a situação das chacinas ocorridas na região metropolitana de São Paulo, que nos remete à memória da chacina da Candelária, Eldorados dos Carajás e à Ditadura Militar (CFESS/CRESS, 2015, p. 74).

¹⁰⁰ No Encontro Nacional CFESS/CRESS do ano de 2015 também houve a manifestação de “apoio e solidariedade à luta travada pelo Movimento de Estudantes de Serviço Social contra o processo de perseguição política e ações racistas perpetradas dentro da Unifesp – Campus Baixada Santista” (CFESS/CRESS, 2015, p.68). A moção de apoio refere-se à situação em que “duas alunas negras que estavam utilizando o laboratório tiveram que mostrar seus RGs [à diretora], quando isso não foi pedido para nenhuma das outras pessoas que estavam no mesmo local”, explicou. Após isso, segundo Ajamu, os alunos começaram a colar cartazes contra o racismo na Unifesp, os quais foram retirados pela direção por duas vezes, e isso culminou com a pichação no campus”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estudantes-acusam-ex-diretora-da-unifesp-de-racismo/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

¹⁰¹ Promovida pela articulação de mulheres negras brasileiras “foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras que, durante três anos e em lugares diferentes do país e do mundo, acreditaram na construção de um momento político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras”. As organizadoras explicam “o bem viver como nova utopia construída a partir da sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do bem viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os)”. Na oportunidade, apresentaram uma carta com propostas nas seguintes áreas: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial, direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; direito à terra, território e moradia/direito à cidade; justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; direito à seguridade social; direito à educação. direito à justiça; direito à cultura, informação e à comunicação; segurança pública. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

No encontro foi repudiado o rebaixamento do status da SEPPIR, que “afetará a condução da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a articulação, planejamento e execução de políticas públicas aos povos e comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana e povos ciganos)” (CFESS, 2015, p. 89). Toda perda de direitos é um retrocesso, porém na especificidade das políticas de igualdade racial um dos fatores que contribuíram para este cenário está vinculada às estratégias hegemônicas dos movimentos negros na Era Lula:

Ao longo dos últimos anos, trocamos a mobilização política e a educação da população por espaços nos conselhos, cargos e influência nas estruturas do Estado, alcançamos avanços institucionais impressionantes frutos da ativa negociação política da nossa sociedade civil, em especial as políticas de ação afirmativa. Como alguém lembrou, a luta de classes não teve tréguas, mas alguns acreditam na possibilidade da conciliação de classes. Quando as classes altas e médias se cansaram da democracia, estávamos despreparados para enfrenta-los (CARDOSO, 2017, p. 09).

O ano de 2015 não contou com a publicação do CFESS Manifesta. No relatório de atividades do CFESS, concretizando a bandeira de luta contra o genocídio da população negra consta a “Participação na Audiência sobre Extermínio da Juventude Negra – Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Congresso Nacional” (CFESS, 2015, p. 49).

Para o ano seguinte, 2016, a entidade reflete em relação a conjuntura que:

a luta de classes se acirrou no Brasil, desafiando quase que diariamente nossas entidades a posicionarem-se diante de ‘temeridades’, desmandos e violações de direitos que se reproduziram em escala crescente do Oiapoque ao Chuí, estimulados pelo governo ilegítimo e seus aliados no Legislativo e Judiciário (CFESS/CRESS, 2016, p. 10)

Diante deste cenário, a mesa de abertura desse Encontro Nacional realizado em Cuiabá, reconstrói as estratégias da categoria profissional:

Em debate, a análise da correlação de forças e afirmação da necessária construção de uma frente que unifique os setores da esquerda brasileira com base em uma programática que não se restrinja à disputa do Estado democrático-burguês. Às/Aos assistentes sociais e sua organização política, as/os palestrantes deixaram clara a convocação para contribuir nessas trincheiras mais amplas, mas também com o retorno ao chamado ‘trabalho de base’ junto aos/às usuários/as que atendemos e são cotidianamente desinformados/as pela mídia, que tem um papel central na consolidação dessa ideia de um falso ‘consenso’ em torno do ajuste fiscal e de todas as consequências nefastas que ele acarretará para a economia e sociedade brasileira em curtíssimo prazo (CFESS/CRESS, 2016, p. 11).

Em continuidade à linha de atuação de avaliação das deliberações, deu-se ênfase a organização interna e a construção de documentos:

Mas o Encontro de Cuiabá não realizou somente a tarefa de avaliar as deliberações. Também aprovou três documentos importantes para demandas históricas do Conjunto: ‘Diretrizes para Interiorização de Ações Políticas dos CRESS’; a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no Conjunto CFESS-CRESS e os novos Instrumentais da Política Nacional de Fiscalização (PNF) (CFESS/CRESS, 2016, p. 12).

No mais, houve uma moção de repúdio ao genocídio da população negra.

Quanto às ações do CFESS, a entidade deu um passo importante com a publicação do volume Racismo, da série Assistentes Sociais no combate ao preconceito¹⁰², de autoria de Roseli Rocha¹⁰³. A coletânea, de forma geral, objetiva:

orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos. No formato, em função da linguagem direta, os cadernos da série propõem-se a dialogar com os/as profissionais, problematizando o preconceito, suas origens e fundamentos históricos. A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político (CFESS, 2016, v.3, p. 05).

¹⁰² A série publicada em 2016, em versão física e digital é composta por cinco volumes, respectivamente: O que é preconceito? O estigma do uso de drogas?; Racismo; Transfobia; Xenofobia. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em: 14 jan. 2019.

¹⁰³ O texto foi elaborado por Roseli Rocha, já citada neste trabalho, sendo que a organização e edição de conteúdo foi realizada pela Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS, coordenada por Tânia Maria Ramos Godói Diniz.

FIGURA 7: RACISMO - SÉRIE ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO PRECONCEITO (2016)



Fonte: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Logo de início, é preciso atentar que situar o debate do racismo apenas à dimensão do preconceito pode gerar uma ambiguidade, a partir da anulação do que se busca combater já que:

a sociedade brasileira, nascida da escravidão e do colonialismo, faz do racismo não uma variante do preconceito, de natureza cultural e individual, mas um fenômeno estruturante que permitiu a superação da escravidão enquanto forma de organização do trabalho e dominação política, sem romper com as hierarquias sociais dela oriundas. O racismo, ao distribuir de forma desigual status, prestígio e poder, possibilitou a perpetuação da população não branca na condição de dependentes, dos quais são explorados trabalho, obediência e sexo (CARDOSO, 2017, p. 08).

Incorporar na análise do racismo às dimensões estrutural e institucional é fundamental, como faz o caderno.

Após a apresentação, a primeira sessão do volume é “Vamos falar sobre racismo!”¹⁰⁴. O título intenciona desconstruir uma marca do racismo à brasileira, o silêncio: Dialogando com o tema, Almeida (2014, p. 132) explica que:

¹⁰⁴ São as seguintes sessões que compõe o material: Apresentação; Vamos falar sobre racismo!; Raça: por que e quando usar?; Etnia não é a mesma coisa que raça? Cor: para que e por que é utilizada no censo e nos sistemas

O pano de fundo que se movimenta e se transmuta historicamente são as ideologias raciais que estruturam as relações sociais no Brasil, sobre as quais se reafirmam os preconceitos e as práticas discriminatórias que dão materialidade ao racismo ‘à brasileira’. Este racismo, cuja existência material é reconhecida pela população, dialeticamente nega a existência dos agentes, pois, no Brasil, ‘ninguém é racista’. Desconhecidos esses agentes, nutre-se a impunidade, a invisibilidade, o silêncio e, conseqüentemente, maiores são as dificuldades para seu enfrentamento através de políticas públicas.

Posteriormente, o material delimita sua finalidade:

contribuir para uma intervenção profissional comprometida com a defesa da garantia de direitos e com as lutas coletivas de enfrentamento ao racismo e de suas múltiplas expressões na vida social, apresentaremos alguns conceitos, ainda que em forma de síntese, que podem ser úteis para as nossas intervenções no campo profissional e em estudos relativos à temática étnico-racial. (CFESS, 2016, p. 08).

A ênfase na intervenção profissional é relevante ao passo que, de forma maciça, as pesquisas que se dedicaram a temática racial identificam, em diferentes contextos que a intervenção profissional é campo fértil para atitudes discriminatórias em relação à população negra (PINTO, 2003; AMARO, 2005; EURICO, 2013; ROCHA, 2014). As autoras identificam que as assistentes sociais, de forma geral, naturalizam os lugares sociais ocupados pela população negra¹⁰⁵; não consideram que o racismo seja um fator constituinte da desigualdade social.¹⁰⁶; e tem dificuldades em vincular as premissas éticas da profissão à temática racial¹⁰⁷. Por isso, o destaque ao cotidiano profissional, dado pelo Caderno é de suma importância.

Posteriormente, no Caderno, há uma breve exposição sobre a construção do conceito de raça, na perspectiva sociológica; a diferença entre esta e o conceito de etnia, como já exposto anteriormente nesta pesquisa. E expressa: “utilizamos a expressão ‘relações étnico-

de informação?; Racismo; Preconceito racial; Discriminação racial; Intolerância religiosa; Você sabe o que são as políticas de ação afirmativa?; O que assistentes sociais têm a ver com isso?; Sugestões de vídeos e filmes; Algumas sugestões bibliográficas.

¹⁰⁵ Pinto (2003) aponta que: “Ao responderem à primeira questão – O que você pensa sobre o negro? -, subliminarmente encontra-se na fala das profissionais ‘o preconceito contra o preconceito’ e a influência da ‘tradição moral cristã’, expressa também no mito da democracia racial, Assim [a maioria] das respostas trazem definições que tentam naturalizar e/ou camuflar a existência do problema étnico-racial”. (PINTO, 2003, p. 119)

¹⁰⁶ Amaro (2005) analisa que: “o reduzido conhecimento sobre o racismo e suas tramas ideológicas encarceram a consciência e a visão do[a] profissional e o [a] fazem crer que as diferenças étnicas não são assim tão influentes na geração das diferenças sociais” (AMARO, 2005, p. 79).

¹⁰⁷ Em sua pesquisa, Eurico (2013, p. 307) “revelou que o debate sobre a questão racial precisa ser ampliado e sistematicamente discutido pelo conjunto da categoria profissional, mas revelou também a dificuldade dos [das] profissionais em dar concretude ao Código de Ética profissional, pois os seus princípios são citados abstratamente, sem a necessária conexão com a realidade vivenciada pela população negra (...) A investigação das manifestações do racismo institucional na presente pesquisa possibilitou o desvelamento de práticas conservadoras, autoritárias e carregadas de estereótipos no cotidiano profissional (...) [que] via de regra, desqualificam a população negra”.

raciais’ quando nos referimos a relações sociais baseadas em raça ou etnia, compreendendo, desta forma, ambas as categorias” (CFESS, 2016, p. 09).

Na sequência retoma-se a trajetória de implementação do quesito “cor”, a necessidade de basear-se na categorização do IBGE, e na autodeclaração das/os usuáries/as¹⁰⁸. Neste sentido, salienta que:

é fundamental que conste nos formulários e documentos de registro de informação dos serviços públicos e de atendimento à população o quesito ‘cor’ e que seja corretamente preenchido (autodeclaração) [...] ainda hoje, há, parte dos/as profissionais e também da população usuária, certo constrangimento e/ou resistência em perguntar ou responder sob o quesito ‘cor’”. CFESS, 2016, p. 10).

A identificação destas dimensões, uma que envolve a instituição de fluxos e procedimentos, e a outra que envolve a atuação dos profissionais tem correlação direta com as dimensões do racismo institucional, como destrincha Eurico (2013, p. 299-300)

O racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a político-programática, e a das relações interpessoais. Quanto à dimensão político-programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias.

O caderno do CFESS explica também o conceito de racismo:

é a crença na existência de raças e a sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundada na ideologia de dominação. As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para atribuição de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra (CFESS, 2016, p. 10-11).

Em face do preconceito racial coloca que:

é um julgamento antecipado, que fazemos contra uma pessoa, grupos de indivíduos ou povos, em decorrência de sua origem, cultura, religião, fenótipos ou simplesmente por não conhecermos ou termos algum contato e convivência. Aparece em opiniões formadas, muitas vezes, a partir de estereótipos e sem fundamentação concreta (CFESS, 2016, p. 12).

¹⁰⁸ Costa (2017) em pesquisa qualitativa realizada com as equipes de referência de seis unidades de CRAS de determinado município de Minas Gerais, em 2015, em relação ao quesito raça-cor elenca: 1) a resistência dos(as) assistentes sociais e psicólogos(as) em realizar tal pergunta aos usuáries(as), identificando-a majoritariamente como uma espécie de ‘ofensa’ ou efetiva ‘discriminação’ racial; 2) o preenchimento deste quesito pelo (a) próprio(a) profissional sem perguntá-lo ao usuário (a), ou nas palavras de um(a) entrevistado(a) ‘a gente não pergunta, a gente analisa’ (Profissional do CRAS); 3) quando se consulta o(a) usuário(a) sobre o quesito raça/cor, alguns profissionais identificam a dificuldade deste público em se autoidentificar, respondendo com sorrisos, relativo constrangimento ou mesmo ‘tirando’ dúvidas com os(as) profissionais (COSTA, 2017, p. 236).

Em outra publicação, Almeida (2018, p. 25) explicita a materialidade do preconceito racial na atribuição de valores para cada grupo racial “Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais ‘naturalmente’ preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos”

Depois, é apresentado o conceito de discriminação racial, a partir da definição contida no Estatuto da Igualdade Racial:

toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (CFESS, 2016, p. 12 apud BRASIL, 2010).

Com isso, chama atenção para o elo entre discriminação e privilégio, já evidenciados quando discutimos o conceito de branquitude.

Recupera a intolerância religiosa, explicitada no CFESS Manifesta do ano de 2014, a partir da perspectiva da laicidade do Estado e explica:

É um Estado não confessional, que não se fundamenta em princípios, dogmas ou ‘leis’ religiosas. Não se baseia em livros, símbolos ou qualquer ato de cunho religioso. Não tem as suas deliberações e intervenções norteadas por orientações e determinações da igreja, nem por qualquer outro segmento religioso. Ao contrário de Estados teocráticos, que governam a partir de princípios e dogmas religiosos, o Estado laico tem como princípio fundante, seguir o que preconiza a Constituição Federal. Em um Estado laico, não existe religião oficial e é assegurado a todas as religiões o direito à livre manifestação e expressão religiosa (CFESS, 2016, p. 13-14).

Expõe as diversas atitudes que evidenciam a intolerância religiosa:

A intolerância religiosa é o desrespeito à fé e à prática religiosa de outra pessoa. É quando a livre expressão de crença do/a outro/a é impedida de se manifestar, por ser diferente daquilo em que acreditamos. A intolerância pode ocorrer de diferentes formas: quando desprezamos ou desqualificamos os princípios religiosos distintos dos nossos; quando reforçamos estereótipos negativos em relação aos símbolos e mitologias sagradas de alguma religião; quando impedimos a realização de cultos e rituais sagrados, mesmo quando estes ocorrem em espaços reservados para esse fim; quando, a partir de um segmento religioso hegemônico, agimos de modo a invisibilizar a diversidade de crença e expressões religiosas; quando desistoricizamos a humanidade impondo valores de cunho religioso como ‘verdade única’ e imutável. Quando, em nome de uma fé, se autorizam, por ação ou omissão, violações, que podem se expressar desde o isolamento social do/a outro/a (‘guetização’) à morte, seja ela simbólica ou física (CFESS, 2016, p. 14)

Ulteriormente, resgata a historicidade das políticas de ações afirmativas:

As políticas de ação afirmativa para os países pioneiros em sua implementação (Índia, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), visavam oferecer, aos grupos historicamente discriminados,

um tratamento diferenciado para compensar/reparar as desvantagens perante as práticas de racismo e de outras formas de discriminação (CFESS, 2016, p. 15).

Contudo, numa perspectiva crítica, sem perder o horizonte político da profissão, expõe os limites da adoção destas políticas na sociabilidade burguesa.

Por outro lado, há uma outra concepção, que credita às ações afirmativas o poder de superar o racismo e a discriminação racial. Aqui, o que vemos, é um superdimensionamento do sentido e alcance dessas políticas. Elas não têm esse objetivo nem condições concretas para eliminação de algo que não está na superfície das relações sociais, mas que, ao contrário, está na estrutura delas. É necessário, portanto, compreender que as políticas de ação afirmativa, que buscam reduzir as desigualdades étnico-raciais, possuem suas limitações, no que tange à sua abrangência e impacto, assim como qualquer política nos marcos da sociabilidade burguesa (CFESS, 2016, p. 15).

Caminhando para o fim, o Caderno correlaciona os conceitos e análises apresentadas com a profissão, indagando: O que assistentes sociais têm a ver com isso? (CFESS, 2016, p. 16):

É no âmbito da defesa de direitos que a/o profissional de Serviço Social é convocada/o a intervir. E nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, [que] o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

O material termina com sugestões de vídeos e filmes, que denomina material de apoio político pedagógico; e algumas sugestões bibliográficas. Estas sugestões remetem à discussão da função pedagógica da profissão e decorrentes práticas educativas desenvolvidas por assistentes sociais (ABREU; CARDOSO, 2009), que pode, a depender da direção profissional construída, fortalecer processos hegemônicos ou facilitar a emergência de ações contra hegemônicas por parte dos segmentos subalternizados atendidos nos diferentes espaços sociocupacionais, como explica a autora:

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos [as] assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990 (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 01).

Apesar dos avanços obtidos ao longo das três últimas décadas na construção de um projeto profissional compromissado com a classe trabalhadora, que precisa ser materializado no trabalho profissional, quando se trata da temática racial e do combate ao racismo, ainda é preciso trilhar um longo caminho. A título de ilustração dos inúmeros desafios na abordagem da temática racial no âmbito do exercício profissional e das práticas educativas executadas por assistentes sociais, as reflexões de Costa (2017) indicam que:

os(as) profissionais não tomaram os comentários e intervenções dos(as) usuários(as) [por exemplo, nesse Brasil, preto não tem valor!] para problematizar as questões situadas e que possuíam íntima relação com as dimensões étnico-raciais, de gênero e de classe. As sugestões das equipes sempre se voltavam para o retorno ao tema central da atividade. Mesmo possíveis de serem concatenados aos temas centrais das atividades em grupo propostos na ocasião, seguiam vistos como deslocados para o momento ou ignorados. Diante de oportunidades como estas há possibilidade de: 1) negligenciar as colocações dos(as) próprios usuários(as) ou ainda respondê-las tomando por base o senso comum e reproduzir concepções acríticas e mesmo preconceituosas (COSTA, 2017, p. 234-235).

A postura descrita suscita pelo menos dois pontos para o debate: o primeiro diz respeito ao reconhecimento do impacto do trabalho profissional na vida da população atendida já que “tal função [pedagógica] caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar, sentir e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 03); a segunda é considerar a temática racial como específica e restrita às datas comemorativas, desconsiderando o movimento do real e o papel preponderante que o racismo desempenha como estruturante das expressões da questão social na sociedade brasileira, como defende a entidade.

Dando prosseguimento a pesquisa, o ano de 2017 inicia com uma nova gestão para entidade “É de batalhas que se vive a vida”, que seguirá na direção do CFESS até 2020. Com o cenário político e econômico cada vez mais esgarçado, considerando os interesses da classe trabalhadora, conjuntura sintetizada na Carta de Brasília:

Nessa direção, destacam-se de imediato as seguintes medidas à classe trabalhadora, expressas nas contrarreformas e intensificação do neoliberalismo: - Ampliação, para 30%, da Desvinculação das Receitas da União (DRU); - Destruição da seguridade social pública, ilustrada na contrarreforma da previdência social, nas iniciativas de desmantelamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na privatização da saúde e precarização do Sistema Único de Saúde (SUS); - Desmantelamento dos direitos do trabalho, expressas na reforma trabalhista e terceirização irrestrita; - Desestruturação do serviço público como condição para que os estados negociem dívidas com a União (PLP 257); - Congelamento dos gastos federais pelos próximos 20 anos (Antiga PEC 241 e atual Emenda Constitucional 95/2016); - Privatização do

patrimônio público e natural, comprometendo a soberania nacional; - Definhamento da educação pública por meio de desfinanciamento da pesquisa, ciência e tecnologia, e ataque ao ensino laico e crítico expresso no projeto Escola sem Partido; - Cristalização da hegemonia das oligarquias históricas, na proposta da Reforma Política (CFESS/CRESS, 2017, p. 39)

O Encontro Nacional do ano chama a categoria para refazer as estratégias de luta diante das fragmentações evidentes na esquerda brasileira. Com o título “Levante e lute! Senão a gente acaba perdendo o que já conquistou”¹⁰⁹ (CFESS, 2017) anuncia “o chamado atento para a análise de conjuntura e à reiteração da postura política a ser assumida pela direção dos conselhos regionais e federal perpassou todo o encontro e fundamentou o planejamento das ações dessas entidades nos próximos três anos” (CFESS/CRESS, 2017, p. 08).

De acordo com o relatório contou com dois momentos marcantes, a saber: o lançamento da publicação “Serviço Social: Memórias e Resistências contra a Ditadura Militar”¹¹⁰ e a conferência “Conjuntura nacional e o papel do Conjunto CFESS-CRESS”¹¹¹ na qual:

As conferencistas abordaram elementos que sintetizam as características da atual configuração do capitalismo brasileiro, em especial os aspectos que repercutem no retrocesso dos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora e apontam os desafios para a organização dos/as assistentes sociais, como parte desta classe, assim como os elementos que devem balizar a construção das estratégias das entidades que compõem o Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS/CRESS, 2017, p. 09).

O ponto alto do Encontro Nacional foi a definição da campanha de gestão:

No eixo ética e direitos humanos, decidiu-se por desenvolver ações junto à categoria no combate à LGBTfobia (lesbofobia, transfobia, homofobia e bifobia), em articulação com as demandas do exercício profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho; e combater as expressões do racismo institucional e religioso, considerando as violências e violações de direitos que acometem a juventude negra, mulheres negras, populações quilombolas, indígenas, ciganas e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais. E, não por

¹⁰⁹ Em referência ao poema: “E tens o direito de ser livre / Ninguém nesse mundo pode impedir/Porém não espere por esse direito Acorde, levante e lute!”, de Edson Gomes. (CFESS/CRESS, 2017, p. 40).

¹¹⁰ “Apresentado pela atual conselheira do CFESS e coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos na gestão 2014/2017, Tania Maria de Godoi Diniz e pelo presidente do CFESS na gestão 2014/ 2017, Maurilio Castro de Matos. Fruto do “Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura Militar” e materialização da deliberação do 41º Encontro Nacional, o lançamento do livro contou com a projeção de um vídeo e a fala da mesa, resgatando a trajetória do projeto desde a sua concepção, passando pela coleta dos depoimentos e sua apresentação sob a forma de uma instalação, exposta no 15º CBAS (Olinda/PE- 2016) e no 15º ENPESS (Ribeirão Preto/2016). O momento também foi prestigiado pelo professor Vicente de Paula Faleiros, que, na condição de depoente do projeto, compareceu ao lançamento como convidado e proferiu algumas palavras em alusão àqueles/as que tiveram suas histórias de vida marcadas pelas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura brasileira” (CFESS/CRESS, 2017, p. 08).

¹¹¹ “Proferida por Eblin Joseph Farage, assistente social, docente e presidente do Andes-SN e Josiane Soares Santos, conselheira presidente do CFESS.” (CFESS/CRESS, 2017, p. 09).

menos, a Campanha de Gestão 2017-2020 terá a temática Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (CFESS/CRESS, 2017, p. 09-10).

No momento em que está se posicionando contra as medidas de austeridade fiscal e perda de direitos, a categoria profissional decide democraticamente desenvolver uma campanha de gestão que tem como cerne o combate ao racismo. Almeida (2017) indica caminhos para pensar os nexos entre crise e o racismo:

A crise é um elemento estrutural, inscrito na lógica da sociabilidade capitalista (...) As crises revelam-se portanto, como a incapacidade do sistema capitalista em determinados momentos da história de promover a integração social por meio das regras sociais vigentes (...) Como não serão mais integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (por exemplo, corte dos direitos sociais) pelo Estado. Enfim, no contexto de crise, o racismo é um elemento da racionalidade, de 'normalidade' e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2017, p. 198).

Neste sentido, a ideologia é um recurso estratégico para imobilizar as lutas e alcançar o consenso diante da reestruturação do Estado. Oliveira (2017) identifica três vertentes ideológicas do pensamento neoconservador, presentes na rearticulação das frações políticas da direita e de que maneira, cada uma delas, impacta a população negra: a meritocracia; securitização e a salvacionista-messiânica que em conjunto moldam a direção política e estatal no país, como discorre o autor:

O que é importante notar no campo das relações raciais é que todas essas narrativas atingem diretamente a população negra. A meritocracia atinge as políticas de ação afirmativa; a narrativa da securitização legitima os processos de extermínio dos jovens negros e a ideologia mítico-salvacionista não apenas dá sustentação à violência policial (que protege os chamados 'cidadãos de bem') como tem como principais vítimas as instituições religiosas de matriz africana, costumeiramente atacadas por grupos neopentecostais (OLIVEIRA, 2017, p. 34)

Quanto às deliberações, em conformidade à campanha foi indicado realizar "2º Seminário Nacional de Direitos Humanos, com foco na questão étnico racial, precedido de Seminários Estaduais, em Salvador (BA)" (CFESS, 2017, p. 37). O evento marca duas tendências do debate racial: a territorialidade e a vinculação aos direitos humanos.

Com o intuito de publicizar a campanha para o conjunto da categoria profissional, sua finalidade e desdobramentos para o triênio é que foi elaborado o CFESS Manifesta referente ao Dia da Consciência Negra de 2017.

FIGURA 8: CFESS MANIFESTA - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA: É PRA TER ORGULHO, É COISA DE PRETA E PRETO! ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO (2017)



Fonte: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ConscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Na abertura¹¹², o manifesto incorpora palavras de ordem que demarcam a luta negra na contemporaneidade, que mesclam termos já conhecidos dos movimentos negros, como “lutar”; “ocupar”; “quebrar correntes”; “desafiar”; “resistir”. E novos termos, incorporados a partir do movimento de mulheres negras e do feminismo negro, tais quais “viver”; “amar”; “sentir”. O viver, como citado anteriormente tem sintonia com a pauta das mulheres negras a partir da concepção de “bem-viver” explicitado na Marcha das Mulheres Negras. O “amar” e o “sentir” incorporam a resignificação dos estereótipos que recaem sob as mulheres negras, que conjuga domesticidade e hipersexualização, como explica Sueli Carneiro:

No decorrer do século XX, persiste essa visão que limita a mulher negra a ser destinada ao sexo, ao prazer, às relações extraconjugais. Para as mulheres negras consideradas como destituídas de atrativos reserva-se a condição de ‘burro de carga’, como se entrevê no dito popular: ‘Preta para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar’. Essa é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição

¹¹² Também há o trecho da poesia: Canta América, do poeta negro Solano Trindade: “Não o canto de mentira e falsidade que a ilusão ariana cantou para o mundo na conquista do ouro nem o canto da supremacia dos derramadores de sangue das utópicas novas ordens de napoleônicas conquistas mas o canto da liberdade dos povos e do direito do trabalhador”. Francisco Solano Trindade, nasceu em Recife/PE em 24 de julho de 1908. Foi operário, comerciante, funcionário público, jornalista, ator, pintor e teatrólogo. Por conta do poema, ‘Tem gente com fome’, em 1944, Solano foi preso e teve o livro ‘Poemas de uma vida simples’ apreendido. Impulsionou a criação de vários grupos artísticos, dentre eles o Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro. Faleceu em 19 de fevereiro de 1974, aos 66 anos, no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/personalidade-negras-solano-trindade/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

cultural, patriarcal e colonial para as mulheres brasileiras, além de estigmatizar as mulheres em geral, ao hierarquiza-las do ponto de vista do ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino (CARNEIRO, 2002, p. 172).

Em relação ao amar e sentir refere-se a uma reflexão trazida por bell hooks sobre a forma como a escravidão e as condições de vida subsequentes impactaram na constituição da subjetividade da população negra, no relacionamento consigo e entre os pares:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (...) A escravidão criou no povo negro uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade (hooks, s/d, p. 02)

Nesta perspectiva, a autora continua:

A prática de se reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência continuou a ser um aspecto da vida dos negros, mesmo depois da escravidão. Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravatura, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte. Mostrar os sentimentos era uma bobagem (books, s/d, p. 02-03).

A frase central do documento “É pra ter orgulho, é coisa de preta e preto” remete a um vocábulo racista, construído na vigência da escravização para caracterizar atividades realizadas pela população negra vinculada ao erro, desleixo, falta de qualidade ou para caracterizar comportamento que reforçam estereótipos negativos. Na atualidade, foi dita por um jornalista, em tom jocoso.¹¹³ No sentido de desconstruir o contexto, a frase é utilizada de forma positiva, tendo como horizonte a resistência e a contribuição da população negra para o país.

Recupera os processos históricos que relegaram a população à situação de vulnerabilidade em todos os aspectos da vida, critica as ações contrarreformistas

¹¹³ Willian Waack foi afastado [em 08 de novembro] do ‘Jornal da Globo’, “depois de o ex-operador de TV Diego Rocha Pereira divulgar um vídeo no qual mostra o jornalista fazendo comentários racistas. O apresentador, teria se irritado com a buzina de um carro e afirmando que o barulho era ‘coisa de preto’”. Foi demitido da emissora em 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/globo-demite-william-waack-apos-caso-de-racismo/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

empreendidas pelo governo Temer e identifica as mulheres negras como grupo mais penalizado neste processo:

No Brasil, a crise econômica se aprofunda, com aumento do desemprego, queda no setor produtivo, nos serviços e com aumento generalizado da pobreza. Já o sistema financeiro manteve lucros exorbitantes, mediante especulação financeira e aumento constante das taxas de juros. A fatura desta crise recai sobre a classe trabalhadora, que, na sua maioria, é de negros e negras, e atinge muito mais as mulheres negras, sendo marcadas pela dupla discriminação, de raça e gênero (CFESS, 2017).

A partir da crítica à inserção precarizada da população negra no mercado de trabalho, desmonta o mito da democracia racial, evidenciando a conjugação entre a raça e classe existente na sua manutenção:

A burguesia brasileira, em seu processo de consolidação enquanto classe social dominante e dependente do imperialismo, utilizou-se do mecanismo do ‘Mito da Democracia Racial’ para melhor impor o racismo de forma institucional e ampliar a dominação, combinando dois fatores: raça e classe. Assim, é necessário entender que o racismo no Brasil serviu para violar os direitos da classe trabalhadora, e que o combate a essas violações requer o fim da propriedade privada, ou seja, uma luta que articule necessariamente as dimensões de raça e classe contra o capital (CFESS, 2017).

Defendendo a escravidão como um crime contra a humanidade e consequente violação de direitos humanos, que exige reparação, apresenta as bandeiras de luta estabelecidas pela categoria:

Combate a todas as expressões (práticas e ideológicas) que alimentem as teorias do embranquecimento e o mito da democracia racial; Garantia de que o racismo seja tratado como crime inafiançável; Solidariedade internacional contra a discriminação de imigrantes e povos não brancos de todo o mundo; Salário igual para trabalho igual (para homens e mulheres, negros/as e brancos/as); Investimentos sociais para a comunidade negra (inclusive a quilombola); Cotas para os concursos e serviços públicos, proporcionais à presença da população negra; Fim de todas as formas de terceirização e precarização, que atingem particularmente os setores oprimidos, a começar por mulheres negras; Combate à violência racista e ao genocídio da juventude negra; Fim da perseguição e criminalizações dos movimentos e ativistas; Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros/as, como anemia falciforme, diabetes, miomas e hipertensão, dentre outras; Defesa da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4887/03), para que os quilombolas tenham reconhecida a titulação de suas terras; Cotas e outras formas de ações afirmativas para educação, proporcionais à população negra de cada estado, desvinculadas das cotas sociais; Garantir políticas de permanência e bolsas para os/as estudantes cotistas; Combate à discriminação religiosa, que também se materializa em preconceito e violência contra o povo negro e sua cultura (CFESS, 2017).

E anuncia que:

O Conjunto CFESS-CRESS aprovou, no seu último Encontro Nacional, realizado em setembro de 2017, a Campanha de Gestão cujo tema será “Assistentes sociais no combate ao racismo”. Por meio dela, afirmamos que combater o racismo também é uma tarefa colocada aos/às assistentes sociais no seu cotidiano, em que tantas

expressões dessa ideologia se naturalizam por meio do ambiente institucional (CFESS, 2017).

No contexto da campanha, reafirma o reconhecimento da situação das mulheres negras com publicação de uma nota em homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha¹¹⁴ (CFESS, 2018) em que salienta a relação entre racismo e capitalismo “No Brasil de hoje, o racismo é atualizado como resposta à crise e necessidade de acúmulo do capitalismo. Combater o racismo, o machismo e todas as formas de opressão é, portanto, uma obrigação diária” (CFESS, 2018)

E brada: “Por Marielle¹¹⁵ e por todas as mulheres vítimas da dupla opressão racismo-machismo, que se expressa das mais variadas formas, neste 25 de julho, o CFESS se une ao grito de denúncia e resistência dessas guerreiras e convoca a categoria de assistentes sociais para as trincheiras do combate ao racismo”

¹¹⁴ Pela situação semelhante vivenciada pelas mulheres negras em termos socioeconômicos e de exposição à violência, “Há 25 anos, um grupo decidiu que uma solução só poderia surgir da própria união entre mulheres negras. Em 1992, elas organizaram o primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, em Santo Domingos, na República Dominicana, em que discutiram sobre machismo, racismo e formas de combatê-los. Daí surgiu uma rede de mulheres que permanece unida até hoje. Do encontro, nasceu também o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha, lembrado todo 25 de julho, data que foi reconhecida pela ONU ainda em 1992”. Na especialidade brasileira: “desde 2014, comemora-se em 25 de julho o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra – em homenagem à líder quilombola que viveu no século 18 e que foi morta em uma emboscada”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-origens-do-dia-da-mulher-negra-latina-e-caribenha/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

¹¹⁵ Marielle Franco, mulher negra, carioca, nascida e criada na favela da Maré no Rio de Janeiro, tinha 38 anos de idade, atuava há mais de dez anos defendendo os direitos humanos de mulheres e jovens negros, de moradores de favelas do Rio de Janeiro, de pessoas LGBTI. Ela também denunciava as execuções extrajudiciais e outras violações de direitos cometidas por policiais e agentes do Estado. Ela foi a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016, iniciando seu primeiro mandato em janeiro de 2017. Marielle também era relatora da Comissão de Vereadores, criada para monitorar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro decretada em 16 de fevereiro de 2018. Na noite do dia 14 de março de 2018, a defensora dos direitos humanos Marielle Franco foi morta a tiros no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Outras duas pessoas estavam no veículo no momento do crime: o motorista Anderson Gomes, que também morreu na hora, e uma assessora de Marielle, que sobreviveu. Até o momento o crime não foi solucionado. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/o-labirinto-caso-marielle/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FIGURA 9: DIA DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA (2018)



Fonte: www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1489. Acesso em: 18 jan. 2019.

Consideramos que ao apoiar a data, o CFESS reconhece o feminismo negro como movimento político. Para apreender os principais elementos do feminismo negro, neste momento, passamos a dialogar com autoras que se debruçam sobre a constituição do feminismo negro brasileiro. De acordo com Moreira (2016), as mulheres negras constituem-se de forma autônoma ao movimento feminista a partir de 1985:

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras como expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. (MOREIRA, 2006, p. 59)

Por sua vez, Ribeiro (1995) recupera a marca do feminismo negro, que congrega a intersecção entre as experiências dos movimentos feministas, que ainda não incorporava a questão racial e a dos movimentos negros, que resistiam em reconhecer a particularidade das mulheres negras, culminando na realização do primeiro encontro nacional autônomo:

Contou com a energia e as definições tiradas na participação no IX Encontro Nacional Feminista e acima de tudo das mobilizações em função do Centenário da Abolição da Escravatura. Um grande marco para tal iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) ocorrido em 1988 em Valença (RJ) com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país de diferentes setores e experiências organizativas. Este evento foi precedido por encontros e seminários em vários estados o que proporcionou não apenas a mobilização das mulheres negras, mas acima de tudo o aprofundamento do debate político (RIBEIRO, 2000, p. 450).

O cerne das reivindicações é buscar as especificidades das mulheres negras, que constroem um olhar para a realidade conjugando raça, gênero e classe que resulta numa consciência da subordinação em relação aos outros grupos: perante aos homens negros, mesmo partilhando experiências raciais comuns; ante as mulheres brancas, mesmo conjugando experiências feministas comuns, e em relação aos homens brancos, ocupando as camadas basais nesta hierarquia.

Carneiro (2003) sintetiza:

pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes (CARNEIRO, 2003, p. 129).

O tema da campanha adentrava a atmosfera da categoria profissional, antes mesmo do lançamento oficial que aconteceu em primeiro de agosto de 2018, durante o II Seminário Nacional “O trabalho do/a assistente social na política de Assistência Social, em Fortaleza”¹¹⁶.

Na oportunidade, a atual presidente do CFESS, Josiane Soares afirma: “é muito mais do que uma campanha. É uma convocação à nossa categoria, que já passa de 180 mil profissionais inscritos/as” (CFESS, 2018). Vincula a importância da pauta em meio à conjuntura de efervescência neoconservadora: “em meio a vários aspectos emblemáticos desse nosso tempo de des-valores, sem dúvida, o racismo é central” (CFESS, 2018).

E demarca a contribuição da militância negra na inserção do combate ao racismo na sociedade brasileira:

Nunca se falou tanto de combate ao racismo no Brasil, essa constatação reflete o trabalho daqueles/as que, há décadas, lutam para dar visibilidade a essa pauta. O protagonismo desses/as militantes construiu mecanismos de enfrentamento organizativos e legais que, hoje, possibilitam ampliar a resistência do povo negro brasileiro e iniciar, ainda que timidamente, algumas das reparações que nos são devidas (CFESS, 2018)

Por fim, expressa a linha de atuação para a categoria:

Nosso chamado é para que cada assistente social partilhe, nas atividades da campanha, como tem realizado, nesse ambiente institucional, ações concretas de enfrentamento das manifestações de racismo que perpassam os atendimentos. Nós, assistentes sociais, somos sim necessários/as nas trincheiras do combate ao racismo.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491>. Acesso em: 19 jan. 2019.

Temos muito a dizer sobre isso e, principalmente, temos muito a fazer por meio do nosso trabalho e militância (CFESS, 2018).

Para a disseminação da campanha foram construídas estratégias múltiplas:

A identidade visual da campanha traz um selo, que identificará todas as peças elaboradas para a ação, além de um hotsite exclusivo (www.servicosocialcontraracismo.com.br), vídeos virais, spots de rádio, bottons, banners. Além disso, outras ações relacionadas à campanha serão realizadas: a Agenda Assistente Social 2019¹¹⁷ terá o tema da campanha; haverá a organização do 2º Seminário de Direitos Humanos (Salvador, 2019); a organização de exposição no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2019) com instalações/painéis a partir do material reunido no hotsite, dentre outras. Ainda, uma série de atividades está planejada em vários locais do Brasil em 20 de novembro de 2018 (Dia Nacional da Consciência Negra) (CFESS, 2018).

O site¹¹⁸ é dividido em sessões, nesta sequência: “Nossa Campanha”; “Expressões do Racismo”; “Material”; “Combate no Cotidiano”; Ações CFESS-CRESS”.

Na primeira sessão, apresenta os objetivos:

Dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo; Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem; Denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo; Valorizar a população e a cultura negra.

A segunda sessão recupera um título já utilizado no caderno sobre racismo “Vamos falar sobre racismo!” e afirma: “O Estado brasileiro é racista. Como? Deixando de financiar

¹¹⁷ “A agenda Assistente Social 2019 é uma das peças dessa campanha e constitui-se como resultado de uma série de contribuições, que confluem para um projeto editorial coletivo, materializando ao longo de suas páginas, a ideia central de mobilizar o Serviço Social brasileiro para o combate ao racismo. O projeto da Agenda Assistentes Sociais 2019 foi coordenado pelas conselheiras Josiane Santos e Mauricleia Santos, responsáveis pela revisão geral dos textos produzidos e pela pesquisa e seleção da maior parte das pílulas presentes nas páginas diárias, que contém citações literárias, musicais, poéticas, dicas de filmes, livros, entre outras informações que podem ser úteis, educativas ou simplesmente reflexivas e belas, lembrando que o combate ao racismo também se faz pela afirmação da contribuição do povo negro para a cultura brasileira. Os textos que ‘abrem’ cada um dos meses foram elaborados com exclusividade para esta agenda por assistentes sociais negras/os, que vêm contribuindo para o debate da questão racial na profissão” (CFESS, 2019). Sobre os temas e as/os autoras/es elencamos: Janeiro (**Racismo e exercício profissional de assistentes sociais**, de Josiane Soares Santos – professora da UFS e Mauricleia Santos, professora da FMU, respectivamente presidente e conselheira do CFESS – gestão 2017-2020); Fevereiro (**Racismo Institucional**, de Márcia Campos Eurico, professora da FAPSS); Março (**A objetificação do corpo da mulher negra**, de Dácia Cristina Teles Costa, atua na Petrobrás; presidente do CRESS-RJ – gestão 2017-2020); Abril (**A saúde da população negra e a equidade na política de saúde**, de Roseli da Fonseca Rocha, atua na Fiocruz); Maio (**Reparações à população quilombola no estado brasileiro**, de Tereza Cristina Santos Martins, professora da UFS); Junho (**Migração e racismo**, de Maria Antônia Cardoso Nascimento, professora da UFPA); Julho (**Racismo e Segregação Socioterritorial**, de Maria Helena Elpídio, professora da Ufes e presidente da ABEPSS - 2017-2018); Agosto (**O racismo na educação e a política de cotas**, de Magali Almeida, professora da UFBA); Setembro (**Mulheres Negras e o Mercado de Trabalho**, de Dilma Franklin de Jesus, professora na Unijorge, presidente do CFESS-BA – gestão 2017-2020); Outubro (**Genocídio da Juventude Negra**, de Júlio Cezar de Andrade, conselheiro do CRESS-SP – gestão 2017-2020); Novembro (**Violência contra mulheres negras**, de Greice Cavalheiro de Souza, atua no Centro de Referência em Direitos Humanos de Porto Alegre; conselheira do CRESS-RS – gestão 2017-2020); Dezembro (**Intolerância e Racismo contra religiões de matrizes africanas**, de Marlise Vinagre, professora da UFRJ).

¹¹⁸ Disponível em: servicosocialcontraracismo.com.br/. Foi lançado em novembro de 2018. Acesso em: 17 jan. 2019.

serviços essenciais à maioria da população, atingindo sistematicamente o direito à vida de negros e negras brasileiros/as”. (CFESS, 2018). E justifica: “por isso, os cartazes são as peças-chaves da campanha”, que estão disponíveis na próxima sessão “Material”, nesta também há selos, camisetas e botons.

O logotipo principal da campanha, que acompanha todos os outros cartazes é:

FIGURA 10: LOGOTIPO: ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO (2018)



Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/material-da-campanha/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

A imagem central, um punho negro fechado alude ao “gesto símbolo dos Panteras Negras na luta contra o racismo norte-americano e que ficou mundialmente conhecido graças aos atletas Tommie Smith e John Carlos, ouro e bronze nos 200 metros rasos nas Olimpíadas de 1968, que reproduziram o gesto no pódio em protesto contra a segregação dos negros nos EUA”¹¹⁹ combinado ao mapa do continente africano centralizado.

¹¹⁹ Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/11/27/tirem-maos-simbolos-luta/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

Ao redor, há a imagem de uma mulher negra com turbante circundada por um jovem negro e outra mulher negra ao fundo. Este posicionamento das personagens, com a mulher negra à frente do grupo, diz respeito ao papel que as mulheres negras tiveram e tem na preservação e agregação das comunidades negras, como explica Moreira (2016):

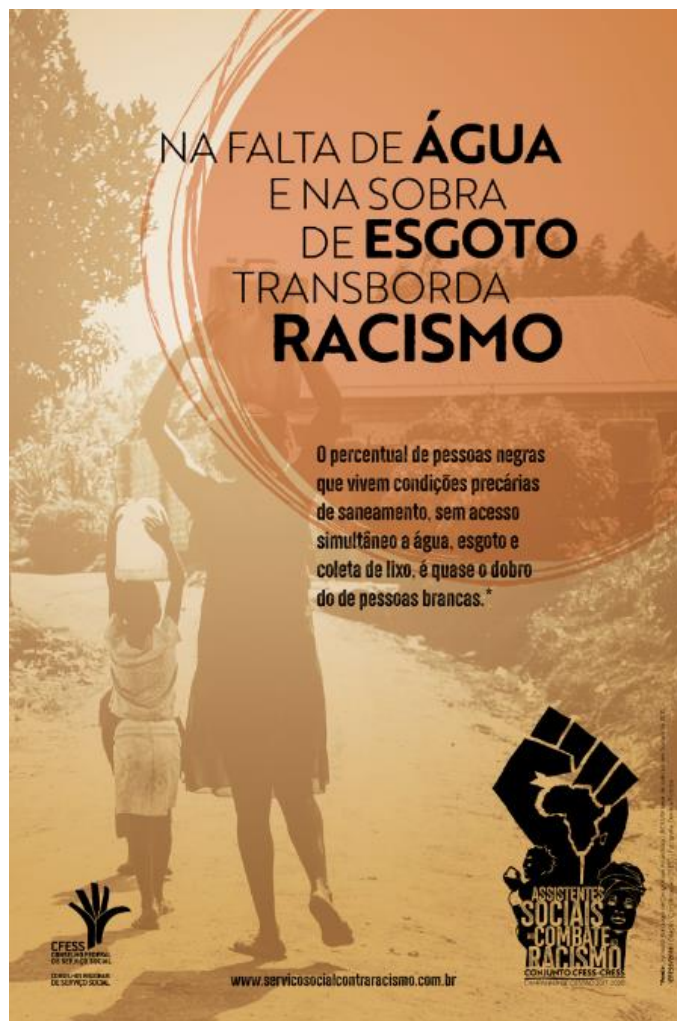
A habilidade que nós mulheres negras vamos desenvolvendo ao longo de nossa história social de agregar em torno de nós, nossas comunidades, nossos filhos, nossos pares (...) é uma habilidade [que ainda é realizada] porque os homens negros estão morrendo cedo, sem a possibilidade de constituir família.

Também destaca-se o fato de a mulher negra estar de turbante remete a incorporação de outra pauta do feminismo negro contemporâneo: “Na ordem do dia, as jovens negras que se auto intitulam feministas negras vem pautando o empoderamento político estético que tem como crítica a representação de uma estética padronizada que não comporta os corpos das mulheres negras” (MOREIRA, 2016).

Esta menção à estética não é menos importante à medida que:

a expressão estética negra é inseparável do plano político, do econômico, da urbanização da cidade, dos processos de afirmação étnica e da percepção de diversidade (...) A formulação de uma proposta de intervenção estética que postula o direito à beleza para o povo negro, a construção de um discurso afirmativo e de valorização dos padrões estéticos negros (GOMES, 2008, p. 28).

FIGURA 11: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - SANEAMENTO BÁSICO (2018)



Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/material-da-campanha/>. Acesso em 23 fev. 2019.

A temática da ausência de saneamento básico remete a organização do espaço urbano já que a ausência de serviços desta natureza é expressão da segregação espacial a que está submetida a população negra. Neste sentido, vale recuperar que desde o ano de 2005, o CFESS compõe o Fórum Nacional de Reforma Urbana.

A questão racial é constitutiva das hierarquias socioespaciais. Na história brasileira, um demarcador fundamental foi a Lei de Terras de 1850, que impediu que os ex-escravizados pudessem ter acesso a propriedade. No pós-abolição, pelas posições em que foi inserida no mercado de trabalho a população negra consolidou-se no espaço urbano, majoritariamente nas periferias e favelas, sem a devida assistência do Estado, o que justifica os números apresentados, como explica Campos (2012, p. 86):

A rejeição aos afrodescendentes, muito mais pelo seu corte ideológico, lega ao futuro uma massa de ‘indivíduos’ sem função social no novo modelo urbano-

industrial que se desenhava no Brasil e em quase toda América Latina nas primeiras décadas do século XX. Esses comportamentos têm reflexo na espacialização dos diversos segmentos nas cidades brasileira e produz arranjo do espaço urbano onde o Estado chama a si a responsabilidade de organizá-lo, de acordo com a necessidade das classes dominantes e médias, onde se faz presente às políticas de planejamento físico-territorial das cidades tendo em vista adequação do espaço urbano a demanda capitalista (...) A pobreza dos afrodescendentes no Brasil, em larga medida, é materializada pelos elementos que compõem segregação, que, tem na habitação precarizada, a sua maior expressão.

O próximo cartaz se propõe a demonstrar a intolerância religiosa como expressão do racismo, tema já discutido na cartilha da entidade em 2016. Sobre a questão, o CRESS RJ, como desdobramento regional da campanha em questão, publica edição de seu jornal eletrônico discutindo a intolerância religiosa e conceituando-a como racismo religioso:

essas práticas de demonização podem começar com atitudes de desqualificação, invisibilização e ou desafricanização. Até chegar a agressões físicas e verbais, assassinatos, depredação ou incêndio de templos. Mas sempre estão associadas a uma conduta antiética de preconceito e discriminação racial, explicitando o não reconhecimento e respeito à riqueza da diversidade humana (...) não se trata de intolerância religiosa estritamente, mas de um racismo cultural religioso, onde se rejeita o patrimônio cultural desses grupos (CRESS RJ, 2018, p. 11).

FIGURA 12: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - INTOLERÂNCIA RELIGIOSA (2018)



Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/material-da-campanha/>. Acesso em 23 fev. 2019.

O último cartaz da campanha, divulgado até o momento¹²⁰, é sobre a violência contra as mulheres negras em suas diversas expressões: doméstica e mortes em decorrência de agressão, mortalidade materna, obstétrica, estas últimas que se referem a violação de direitos sexuais e reprodutivos.

Evidencia o movimento de mulheres negras, a construção de suas pautas e reivindicações perante a sociedade brasileira, como resultado e expressão do projeto genocida brasileiro.

FIGURA 13: CARTAZ ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO - VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NEGRAS (2018)



Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/material-da-campanha/>. Acesso em 23 fev. 2019.

¹²⁰ O CFESS expõe que: “Ao todo, serão lançados ao menos oito cartazes com temáticas diferentes até o final da campanha. Sempre trazem um mote criativo (slogan) sobre a expressão do racismo em debate, uma fotografia que simboliza ora a violência do racismo, ora a resistência contra o racismo, e reúne os dados que comprovam que a população negra é alvo de racismo cotidianamente.”. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/sobre-o-racismo/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

Depois de disponibilizar o material da campanha, o site compartilha experiências de combate ao racismo que foram realizadas por assistentes sociais de todo o país na sessão denominada “Combate no Cotidiano”.

E a última sessão “Ações CFESS CRESS” a entidade “dá visibilidade às ações promovidas pelo Conjunto CFESS-CRESS durante a campanha (CFESS, 2018).

Neste capítulo, mediante a análise e diálogo com os relatórios dos Encontros Nacionais, relatórios de gestão do CFESS e as ações decorrentes materializadas em deliberações, campanhas, cartilhas, cartazes e posicionamentos foi possível ter a dimensão do caminho percorrido pela categoria profissional em torno e em busca do debate racial.

No próximo capítulo, realizaremos uma síntese a fim de refletir sobre os significados do debate racial na construção da agenda política da categoria profissional.

CAPÍTULO 4. ENEGRECENDO A AGENDA POLÍTICA DO CFESS

Seguramente, os debates protagonizados pelas(os) profissionais engajadas(os) na luta antirracista e que desenvolvem seu trabalho profissional como assistentes sociais representam um marco (Eurico, 2018, p. 519).

O presente capítulo foi construído a partir de um movimento de síntese¹²¹ tendo como alicerce as análises apresentadas nos capítulos anteriores desta dissertação: “Serviço Social, organização política e mulheres negras”; “O debate racial na construção da agenda política do CFESS”; e a “A virada do debate racial na agenda política do CFESS”.

Neste sentido, recuperamos que a campanha de 2003 “Campanha Nacional de Combate ao Racismo: Assistentes Sociais mudando o rumo da história – reagir contra o Racismo é lutar por direitos” mostrou-se sintonizada com as tendências internacionais a partir das propostas advindas da Conferência de Durban e impulsionada pelos resultados de inserção da pauta nas esferas governamentais. A campanha deu expressão a efervescência dos movimentos negros e de mulheres negras à época. Entretanto, do ponto de vista da categoria profissional, nem todo o conjunto profissional estava convencido, naquele momento, de que o debate racial era preponderante para a profissão. As ações foram espaçadas e os relatórios de gestão do CFESS indicaram a necessidade de avaliação da campanha, todavia não a efetivou.

Ribeiro (2004); Amaro (2005), expoentes da produção sobre questão racial naquele período centraram suas análises no campo das políticas públicas, notadamente as políticas de ações afirmativas, e indicadores de desigualdade racial, ainda pouco difundidos no seio profissional. As autoras não utilizaram o referencial teórico-metodológico da tradição marxista¹²², o que pode ter distanciado o debate de grupos hegemônicos na categoria

¹²¹ Netto (2011) traz a concepção de síntese que utilizamos: “O objetivo do(a) pesquisador(a), indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica-por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o (a) pesquisador(a) a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o (a) pesquisador (a) reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

¹²² A interpretação de Matilde Ribeiro, foi debatida no primeiro capítulo desta dissertação. Amaro (2005) por sua vez alicerça-se em Foucault no debate da temática racial: “Falar de cidadania e de igualdade de oportunidades no direito à assistência social não coaduna com essa evasiva ou esse retardo na promoção de ações afirmativas na assistência. Essa tomada de posição, evidentemente, requer uma vontade e atitude políticas combinadas, capazes de ultrapassar a visão romântica e apolítica das relações de força e de biopoder, existentes entre brancos e negros, inclusive na mesma classe social (AMARO, 2005, p. 76).

profissional. Ao passo que na esquerda nacional, havia divergências quanto à adoção das ações afirmativas:

As cotas, por uma via perversa, não abolem – apenas renovam e, assim reforçam – as várias modalidades de racismo contemporâneo, o que se caracteriza por ter um tradicional fundamento de classe articulado a uma inédita justificativa ideológica pós-moderna. Apesar de muito sérias, estas não são as consequências mais graves do apoio às cotas por parte da esquerda. A pior consequência é o desarme ideológico das forças revolucionárias (...) Os revolucionários devem, a nosso ver, denunciar as ‘políticas afirmativas’, entre elas as cotas, pela função social que exercem: reproduzem e renovam os preceitos e racismos de todos os tipos ao invés de combatê-los; fortalecem o particularismo e o espírito corporativo, desarmam e enfraquecem a crítica revolucionária da sociedade e por fim, dividem os trabalhadores entre as diferentes raças dificultando a luta contra o capitalismo (LESSA, 2007, p. 105).

Apesar de ter expresso no Código de Ética Profissional conceitos como a não-discriminação e combate as diversas opressões, a categoria ainda não reunia forças políticas para expressar posicionamento favorável às ações afirmativas.

Avalia-se que a Campanha de 2003 teve dois impactos principais: demarcar a necessidade do debate racial nas entidades representativas e concretizar a vinculação do debate racial aos direitos humanos¹²³

Em relação ao debate dos direitos humanos, que vai perpassar toda a agenda política da categoria, ultrapassa-se a concepção liberal, questionando os meandros da sociedade capitalista:

sua existência só tem sentido em face de condições sociais nas quais os direitos não são assegurados por outros meios. Em outras palavras, as lutas por Direitos Humanos evidenciam a sua ausência e a esfera do direito como parte constitutiva do modo de produção capitalista, [que] confere estabilidade e controle a estas lutas (BARROCO, 2012, p.63).

Ao explicitar a defesa intransigente dos direitos humanos, do ponto de vista histórico, não se deixou de considerar que a própria concepção e construção dos direitos humanos carregam as marcas estruturais desta sociabilidade, sendo que em suas formulações iniciais, apesar da demarcação de universalidade, não incorporaram as violações decorrentes de raça e gênero¹²⁴, como demonstra Trindade:

¹²³ Barroco (2012, p. 50) localiza que: “Na segunda metade dos anos 1990, o debate dos Direitos Humanos colocou-se em evidência, tendo em vista o avanço do neoliberalismo, a regressão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e a resistência das forças progressistas à crescente destruição das condições de humanização da vida social e da natureza”.

¹²⁴ Em relação a luta dos direitos humanos das mulheres, Cisne (2015) aponta que: “A declaração dos direitos humanos da mulher e da cidadã é um marco histórico na luta por direitos humanos femininos, escrita por

A concepção inicial dos direitos humanos, conforme ficou consolidada na matriz liberal oitocentista, confinava-os aos direitos civis e políticos e, assim mesmo, limitados por restrições censitárias-econômicas ao exercício do sufrágio universal, além da interdição completa do direito de voto das mulheres e do impedimento a elas de parte dos direitos civis. Os regimes liberais-oligárquicos nascidos daquelas revoluções burguesas preservariam esses limites conceituais e essas restrições durante mais de um século, para não falar da escravidão, cuja lenta abolição nas Américas se estenderia até quase final do século XIX. Malgrado a postulação filosófica de universalidade a eles inerentes, tais direitos teriam de percorrer um longo caminho antes de (quase) se universalizarem. (TRINDADE, 2013, p. 16).

Apesar dos questionamentos quanto à noção abstrata de ser humano, a revisão e reconstrução da concepção de direitos humanos foi efetivada com a perplexidade diante das atrocidades da II Guerra Mundial. O texto, de 1948, apresenta a não-distinção de raça para a promoção dos direitos humanos, porém a categoria ‘raça’ ganharia abrangência na luta dos direitos humanos e na leitura de suas violações com a efervescência dos movimentos de luta pela igualdade racial a partir da década de 1960, em âmbito mundial. Os movimentos feministas, negros, de mulheres negras, pela igualdade sexual, dentre outros, levaram os direitos humanos à sua especificação:

Nas últimas décadas do século XX, desenvolveu-se um consenso jurídico-sociológico no sentido de que, além dos direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais, havia se estabelecido uma terceira ‘onda’ de direitos, os chamados direitos da fraternidade ou da solidariedade, direitos à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, à preservação de identidades culturais etc., ao quais corresponderam novas convenções internacionais. E, perpassando todas as dimensões dos direitos humanos, a tendência mais recente caminha no sentido de sua especificação, isto é, no sentido da celebração de instrumentos internacionais que contemplem necessidades de grupos específicos avaliados como mais vulneráveis: mulheres, minorias étnicas ou culturais, idosos, crianças, livre expressão sexual, até direitos das gerações futuras. (TRINDADE, 2013, p. 21-22)

Na especificidade da população negra, é importante frisar que os processos de diáspora e escravização da população negra foram construídos e justificados a partir do não-reconhecimento da humanidade destas populações, colocando-as como inferiores quando comparados a outros grupos humanos e estabelecendo os dominantes como “humanos”, e os outros grupos como não-humanos a partir destes parâmetros, como diz Almeida: “a ‘raça’ dominadora não aparece como ‘raça’, mas como ‘seres humanos’ ou apenas como ‘normais’” (ALMEIDA, 2015, p. 755).

Olympe de Gouges, em 1791, dois anos após a Revolução Francesa. Esse chamado de Gouges não foi por acaso. Havia, e em grande medida, podemos dizer que, ainda, há relações materiais concretas sem que direitos e privilégios dos homens sejam assegurados em detrimentos das mulheres (...) Apesar de reivindicados formalmente por Olympe de Gouges desde 1791, foi apenas por meio da Declaração e do Programa de Viena, em 1993, que os direitos das mulheres, no campo internacional, passaram a ser considerados direitos humanos universais. Essa morosidade não é algo espontâneo, tampouco natural, mas revelador da necessidade burguesa de manter o patriarcado, já que esse é funcionalmente útil para a produção e reprodução” (CISNE, 2015, p. 139-140)

Neste sentido, o mesmo autor reflete que: “Assim que a superioridade econômica e racial foi estabelecida pela desumanização, o momento posterior da dinâmica do racismo é o enquadramento do grupo discriminado em uma versão de humanidade que possa ser controlada” (ALMEIDA, 2018, p. 56)¹²⁵.

Entretanto, diante da realidade, há a possibilidade de realizar escolhas e construir alternativas:

Os humanos são capazes de se comportar eticamente porque desenvolveram a capacidade de agir de forma consciente e racional, de criar valores e alternativas de escolha, elaborando possibilidades de transformação das circunstâncias que impedem a livre manifestação de suas capacidades e autonomia (BARROCO, 2012, p. 54)

A autora refere-se à capacidade do ser social. Entretanto, diante do racismo, para a população negra, a possibilidade de construir alternativas e alcançar a condição de humanidade perpassa a consciência racial: “o negro faz-se humano com a negritude e a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições que são impostas pelo racismo” (ALMEIDA, 2018, p. 60).

A incorporação de diversas pautas nos direitos humanos está imbricada com o avanço do capitalismo, com a penetração do capital em todas as esferas da vida social, que exige rearticulação constante a fim de construir e preservar parâmetros haja vista o caráter avassalador e destrutivo desta sociabilidade. Mesmo assim “o reconhecimento dos seus limites não deve levar à sua negação absoluta: entendidos enquanto conquistas dos trabalhadores e grupos sociais discriminados, os direitos humanos podem ser tratados como estratégia de resistência” (BARROCO, 2012, p. 66).

Nutrida pelo debate dos direitos humanos, a categoria se debruçou nos conceitos e terminologias que permeiam o debate racial. Um passo nesta direção, foi a realização de uma

¹²⁵ Deivison Faustino (2013) traz a contribuição de Fanon para a construção da noção de humano: “a noção ‘ser humano’ elaborada pelo humanismo europeu - embora buscasse, pelo menos inicialmente estender-se a humanidade como um todo, concebendo a diversidade entre os povos - tomaram o europeu como referencial civilizatório (...) Um problema que chama a atenção de Frantz Fanon é que o processo de universalização do ocidente via expansão das relações capitalistas de produção para o ‘resto’ do mundo constrói a ideia do europeu como expressão universal do ser humano e associada a ela, uma (des)universalização dos povos não-ocidentais, classificados sempre como ‘o(s) outro(s)’. É assim que nasce o Negro, na medida em que o europeu não o reconhece como igual (FAUSTINO, 2013, s/p).

mesa no Encontro Nacional de 2007¹²⁶, com ênfase na tônica institucional, já que as conferencistas ocupavam cargos políticos-administrativos nas esferas de governo.

No ano de 2008 foi explicitada a indispensabilidade de tomar posição a respeito das ações afirmativas em face da ebulição ideológica no conjunto da sociedade. Porém, foi avaliado que ainda se precisaria de argumentação teórica-política para alicerçar a posição de acordo com as premissas do projeto ético-político.

A direção foi construída e apresentada em 2010, momento em que duas assistentes sociais negras refletiram sobre os "Limites da igualdade e do respeito à diversidade humana no capitalismo: as políticas de ações afirmativas e o Projeto Ético Político Profissional", na qual expuseram os determinantes da formação social brasileira e demarcaram o mito da democracia racial como elemento ideológico fundante da dinâmica racial no país.

Esta abordagem foi decisiva para a posição favorável quanto a adoção de ações afirmativas e incorporou, permanentemente, a desconstrução do mito da democracia racial nas elaborações construídas pela categoria profissional, coadunando com a abordagem marxista das relações raciais. Também abriu caminho para a publicação do CFESS Manifesta, no dia da Consciência Negra.

A respeito da noção de diversidade humana, Santos (2017) ensina que:

Sob a perspectiva de totalidade, o indivíduo é entendido simultaneamente como singular e genérico. Assim, a diversidade humana não é atributo oriundo das lutas sociais. Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa e se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano. (SANTOS, 2017, p. 16).

A partir das sementes teóricas-políticas plantadas, o CFESS fortaleceu o debate com outras entidades representativas, com ênfase para a ABEPSS que naquele ano, formou o GTP

¹²⁶ “A questão Étnico-racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção e consolidação de direitos”. (CFESS/CRESS, 2007, p. 40)

que englobava a temática racial, nutrindo-se dos avanços teóricos e colaborando com a construção de diretrizes para fomentar a formação profissional¹²⁷.

Foi então possível olhar para a cotidiano profissional e propor ações que pudessem incorporar a temática racial ao trabalho profissional, com a sugestão de inserir o quesito raça-cor nos instrumentos operativos dos/as assistentes sociais, em 2012, ampliando a abrangência do debate racial no interior da categoria profissional.

Vale retomar que o quesito raça-cor está vinculado à ação do Estado perante a construção da identidade nacional. A partir dos anos 1990, com os esforços para o reconhecimento do racismo e da desigualdade racial por parte do Estado e a construção de políticas públicas decorrentes, a inserção do quesito raça-cor não só no Censo demográfico, como também nos diversos instrumentos oficiais passou a compor a pauta de reivindicações dos movimentos negros e de mulheres negras. Frisa-se que os primeiros formulários oficiais a incorporar o quesito raça-cor foram os dos serviços de saúde, área de atuação tradicional da categoria profissional.

Com isso, a adoção do quesito raça-cor situa-se enquanto resposta profissional em sintonia com a conjuntura e as premissas do projeto profissional:

Cabe destaque ao fato da realização objetiva dos valores defendidos pela ética profissional do Assistente Social não depender exclusivamente de uma adesão consciente dos agentes profissionais a tais valores. Embora a consciência crítica sobre o significado social de tais valores seja fundamental, essa realização depende da construção objetiva de respostas profissionais às demandas particulares postas ao trabalho profissional e que resultam de necessidades sociais determinadas pelo campo contraditório da luta de classes (BRITTES, 2013, p. 56)

Perante o adensamento da conjuntura, e as ações contrarreformistas à largos passos que impactam de forma mais severa a população negra, em 2013, a categoria posicionou-se contrária ao genocídio da juventude negra, tema que teve eloquência em todos os anos seguintes em face dos números crescentes e avassaladores.

¹²⁷ Em dezembro de 2018, no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social, realizado em Vitória, Espírito Santo, a ABEPSS apresentou o documento base “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, com o objetivo de: “contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais” (ABEPSS, 2018). O documento foi elaborado por: João Paulo da Silva Valdo (ABEPSS/UFF); Maria Helena Elpidio (ABEPSS/UFES) e Roseli Rocha (FIOCRUZ)

A partir de 2015, o conjunto CFESS-CRESS estreita os laços de solidariedade com o movimento de mulheres negras. Esta interlocução possibilitou:

Pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para pensar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos (...) Numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório (RIBEIRO, 2016, p. 103)

Com esta trajetória em 2016, a publicação do caderno Racismo, na série Assistentes Sociais na Luta Contra o Preconceito demonstra uma maturação teórico-política com a conceituação de termos-chave para o debate racial. Endossa o uso da categoria raça, do ponto de vista sociológico, sem abandonar a categoria etnia, defendendo o uso combinado de “relações étnico-raciais”. Explicita o preconceito e a discriminação raciais como mecanismos presentes no cotidiano. Reflete acerca da vinculação do debate racial ao trabalho profissional, demarcando a importância de incorporar o quesito raça/cor e reconhecer as manifestações do racismo institucional.

Em relação à transformação das orientações a categoria profissional em respostas profissionais, Brittes (2012, p.63) aponta que:

Cabe à categoria profissional dos Assistentes Sociais perguntar-se, radicalmente, em que medida as orientações de valor de nosso projeto profissional estão efetivamente conduzindo nosso trabalho profissional nas diferentes áreas de atuação? Nós que trabalhamos na saúde, na assistência, na habitação, na educação, no campo sociojurídico e na perspectiva de afirmação de direitos estamos orientando nossas respostas profissionais de forma a assegurar a unidade e complementariedade dos valores e princípios éticos do nosso projeto profissional? Estamos atentos às formas de discriminação e preconceito dirigidos às mulheres, negros e não héteros em nossos espaços sócio-ocupacionais e em nossas relações pessoais? Faz diferença ser negro, homossexual ou transexual para ser atendido nos diferentes serviços no interior das políticas sociais. (BRITTES, 2012, p. 63).

Num movimento analítico propositivo, apreende o racismo em suas múltiplas facetas, fortalecendo os nexos entre raça, classe e gênero. O racismo, é apresentado em duas dimensões entrelaçadas, na primeira, enquanto estruturante da sociabilidade capitalista, com as particularidades da sociedade brasileira, já que permeia todas as esferas e dimensões da vida social; a segunda enquanto expressão através do preconceito racial, discriminação racial e contido nas expressões da questão social, ineliminável no cotidiano profissional. Como

resultado, esboça as linhas mestras da campanha “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, que sintetiza e atualiza a trajetória do debate racial na agenda política do CFESS.

Neste processo, o recurso dos cartazes foi estratégico para dar visibilidade à agenda política. Desde 2009, num Encontro Nacional, o conjunto deliberou que nas peças de comunicação seriam inseridas as questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Justifica-se já que “a imagem é uma linguagem, uma expressão direta de um modo de ver, viver e pensar a realidade” (DOURADO, 2015, p. 35). Desde a publicação do primeiro CFESS Manifesta que trata da temática racial percebe-se que há uma mudança no conteúdo e sentido das imagens, que passam a conter figuras de homens, mulheres e crianças negras, retratando a população negra, imbuída de humanidade, beleza, existência e resistência. Estas escolhas estão alicerçadas na política de comunicação do conjunto CFESS/CRESS, que prioriza:

defender a democratização da comunicação, dando visibilidade à profissão de assistente social, em sintonia com a radicalidade e com os princípios que regem o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; comunicar para mostrar à sociedade quem é esta categoria profissional, o que ela faz, o que ela tem a dizer; denunciar as expressões de injustiça e desigualdade que marcam a realidade social no país; comunicar e dialogar para fortalecer os movimentos sociais e a classe trabalhadora, na direção da liberdade e da formação crítica; por fim, e não menos importante, levar os princípios do Serviço Social a usuários e usuárias das políticas públicas no Brasil. (CFESS, 2017, p. 12).

Neste exercício de síntese, apercebe-se que a identificação do racismo, enquanto processo e estrutura, a ser combatido foi possível por uma leitura acurada da realidade nacional a partir do referencial teórico da tradição marxista, com a apreensão do significado dos princípios ético-políticos da profissão e as correlações entre as escolhas ideopolíticas e as lutas sociais mais amplas.

O amadurecimento intelectual e político da categoria profissional relaciona-se com a inserção e fortalecimento da pesquisa e produção do conhecimento, com destaque para inserção de profissionais em cursos de pós-graduação, bem como relaciona-se, também, com a busca incessante de assegurar qualidade à formação e ao trabalho profissional e fortalecimento da organização política da categoria com participação efetiva nas lutas sociais (RAMOS; SANTOS, p. 215)

Este processo de amadurecimento e construção da direção social da profissão foi alicerçado no aporte teórico, metodológico e político da tradição marxista¹²⁸ já que:

Quando a profissão constrói uma direção social crítica, ela o faz buscando um referencial teórico-metodológico que permita olhar para a realidade numa

¹²⁸ O autor discorre que: “distingo sempre a obra marxiana (o que é da lavra de Marx), da tradição marxista (o elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das diversas correntes marxistas)” (NETTO, 1989, p. 89).

perspectiva de totalidade e, ao mesmo tempo, coloca a necessidade de um posicionamento ético-político; isto faz com que o serviço social brasileiro avance, mas ao mesmo tempo requer dos profissionais um constante aprimoramento profissional. (KOGA, SANT'ANNA; MARTINELLI, 2018, p. 400).

De acordo com Netto (1989) o aporte na tradição marxista proporcionou ao Serviço Social: “compreender o significado social da profissão; iluminar a intervenção socioprofissional e dinamizar a elaboração teórica de assistentes sociais” (NETTO, 1989, p. 99).

Tendo a totalidade como eixo de leitura da dinâmica societária, a profissão construiu valores e horizontes que respaldaram sua direção social:

os valores defendidos pelo projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais expressam a apreensão crítica e valorativa que a categoria profissional elabora sobre a realidade social e profissional e as possibilidades efetivas de sua realização, na medida em que representam conquistas históricas. (BRITTES, 2013, p. 54).

Nesta perspectiva, tais valores começaram a ser gestados a partir do Código de Ética de 1986 e fincados com o Código de Ética de 1993, como explica Barroco:

O Código de Ética articulou duas dimensões da profissão: a do exercício profissional institucional à da ação política coletiva vinculada aos processos de luta contra hegemônicos da sociedade brasileira. Em outras palavras, o Código de Ética remete a dois projetos: o projeto profissional e a projeção de uma nova sociedade, que supõe a superação da sociedade burguesa (...) O Código articulou dois níveis de orientação ética profissional que se vinculam organicamente: o presente e o devir mediado pelo trabalho profissional na perspectiva do seu alargamento e no horizonte da sua superação (BARROCO, 2012, p. 60).

Alicerçada nestes parâmetros, a categoria abriu diálogo cada vez mais fecundo com a contraideologia racial, advinda dos movimentos negros e de mulheres negras e pôde realizar as escolhas que tinham consonância com a direção social da profissão.

Nas especificidades da formação sócio histórica brasileira, Moura (1988) identifica que a construção coletiva da consciência racial se deu a partir da transposição da população negra, enquanto grupo diferenciado, em que é definido pelo grupo branco enquanto diferente, para a constituir-se enquanto grupo específico, em que se define e, a partir disso, pôde construir estratégias de luta¹²⁹:

¹²⁹ Moura (1988) constrói a tipologia de grupos diferenciados e grupos específicos a partir dos conceitos de classe em si e classe para si, como explica o autor: “como se sabe o conceito de classe social, subdivide-se em classe em si e classe para si. Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que se comprimem no espaço social (...) Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia

O negro somente se sente grupo específico porque é diferenciado inicialmente pelas classes e grupos sociais brancos, fato que o leva a organizar-se e elaborar uma subideologia capaz de manter a consciência e coesão grupal em vários níveis. Numa sociedade em que os elementos detentores do poder se julgam brancos e defendem um processo de branqueamento progressivo e ilusório, o negro somente poderá sobreviver social e culturalmente sem se marginalizar totalmente, agrupando-se como fez durante o tempo da escravidão, para defender a sua condição humana (MOURA, 1988, p. 120).

Assim como Moura (1988), Fernandes (2017) também identifica que este processo de reconhecimento da especificidade dos grupos negros foi propulsor na construção de uma ideologia própria, contraponto a ideologia¹³⁰ racista hegemônica. Ambos localizam que esta especificidade foi construída ainda no período escravista, porém teve condições para a sua consolidação, nos marcos da constituição da sociedade de classes, nas primeiras décadas pós-abolição, com a organização das primeiras expressões dos movimentos negros, a partir da década de 1920 do século passado.

A rebelião latente das décadas de 1910 e 1920 gerou tentativas de organizar o protesto, lutar pela incorporação à sociedade de classes em formação e expansão e contrapor à ideologia racial dos brancos das classes dominantes uma ideologia peculiar dos negros e mulatos (ou, mais corretamente, uma contraideologia racial) (FERNANDES, 2017, p. 57)

Fernandes (2017) esmiúça que:

Forjar uma contraideologia racial constituía uma façanha, nas condições sociais em que viviam negros e mulatos em São Paulo (...) Surgiram várias associações e entidades negras e o movimento social que desembocava na crítica da ordem social vigente e de sua inocuidade para o negro. Elabora-se dessa maneira uma ideologia racial própria (...) Trata-se de algo mais amplo e profundo que um fermento social. Era uma incipiente ruptura racial. (FERNANDES, 2017, p. 59)

A construção da contraideologia racial teve como ponto central o reconhecimento do racismo como elemento a ser combatido. Entretanto, permeado por diferentes concepções,

abrangente e dinâmica, os demais segmentos e grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infraestrutura também criam valores com as quais se resguardam parcialmente do sistema tradicional que os oprime. Formam-se, em consequência, grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem. (MOURA, 1988, p. 110)

¹³⁰ Iamamoto (2015, p. 402), sobre a ideologia, ensina que: “Para Gramsci, a ideologia é um tipo de conhecimento próprio da práxis interativa, a qual não mobiliza apenas conhecimentos, mas um conjunto de normas e valores para dirigir a ação aos fins pretendidos. Envolve a capacidade de convencimento, de influir no comportamento dos demais, mesmo que seja necessária, como último recurso, a coerção, tendo em vista a constituição de um sujeito coletivo: atores que partilhem um conjunto de noções, valores, crenças subjetivas igualmente comuns ou que sejam movidos por uma vontade coletiva (Coutinho: 1986, p. 67). Portanto a ideologia – como uma concepção de mundo articulada a uma ética correspondente – ‘transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens’ (idem: 65). É assim uma força real que altera e modifica a vida humana, mesmo quando seu conteúdo cognitivo não seja científico no sentido de não responder adequadamente à reprodução objetiva da realidade, abrangendo o folclore, o senso comum e a filosofia da práxis”.

que foram alicerce das diferentes expressões dos movimentos negros¹³¹, no decorrer do processo histórico e da construção de estratégias estatais.

Almeida (2018) identifica três concepções sobre o racismo: a individualista, a institucional e a estrutural. Na primeira elaboração, o racismo é concebido enquanto fruto de atitudes individuais e grupais. A segunda elaboração, avança, em relação à anterior, porque localiza o racismo nas instituições. E, a terceira, combina diversos fatores que dão sustentação ao racismo enquanto elemento estrutural.

Para a concepção individualista:

O racismo é concebido como uma espécie de ‘patologia’. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou ainda a uma irracionalidade, a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência do ‘racismo’, mas somente de ‘preconceito’, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política (ALMEIDA, 2018, p. 28)

Por conseguinte, as respostas de combate ao racismo, estão restritas à mudança de comportamento: “Por se tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais serão as principais formas de enfrentamento do problema” (idem)

Na interpretação institucional, o mesmo autor expõe que: “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagem e privilégios a partir da raça”. (ALMEIDA, 2018, p. 29). A ampliação desta concepção, se deu a partir dos movimentos negros estadunidenses:

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Posteriormente, ampliado pelo Programa de Combate ao Racismo Institucional, parceria entre o Ministério do Governo Britânico para o

¹³¹ Andreia Galvão ao tratar das estruturas dos movimentos sociais elabora uma divisão que agrupa diferentes formas assumidas pela luta coletiva, quanto aos objetivos, a saber: (1) demandas pontuais ao Estado: subsídios para a subsistência imediata (como os movimentos do “sem”); (2) lutas por reformas (econômicas, com a distribuição de renda, das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e amplificação dos direitos sociais (que ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal); (3) mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual; (4) luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido. (GALVÃO, 2011, p. 115).

Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (DFID/PNUD, 2005, p. 6).

Esta análise que busca as raízes do racismo institucional no modo de organização societária foi alicerce para a construção da concepção de racismo estrutural já que: “isso demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e das condições socioeconômicas específicas” (ALMEIDA, 2018, p. 32).

Os nexos entre o racismo institucional e racismo estrutural partiram da perspectiva de que o racismo “não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzida” (ALMEIDA, 2018, p. 36).

A apreensão da reprodução possibilita alcançar as conexões entre o institucional e estrutural: “o racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23). A afirmação significa que o racismo ganha forma específica nos marcos do capitalismo. Para perpetuar a exploração da força de trabalho, o sistema capitalista, utiliza-se de recursos ideológicos que dão materialidade e especificidade à divisão entre as classes fundamentais:

A discriminação, as barreiras, os estereótipos organizados em ideologias raciais, operam como componentes ativos recorrentes num sistema societário que, em conformidade com a estrutura de dominação vigente, deve ser preservado. As distinções entre grupos, que se definem como racialmente diversos, são manifestações destinadas a exprimir mistificadamente relações de dominação-subordinação geradas originalmente com base no modo de apropriação dos produtos do trabalho social e cristalizados ao nível das relações sociais destinados a legitimar certas formas de distribuição hierarquizadas dos homens. (IANNI, 1966, p. 64)

Dentre as concepções apresentadas¹³², a estrutural-institucional foi a que alicerçou a construção do debate racial na agenda política da categoria profissional de assistentes sociais. A apreensão desta perspectiva foi fruto da combinação entre o diálogo da categoria profissional com os movimentos negros, vinculados as tendências de esquerda, e de mulheres

¹³² A primeira expressão, o racismo individual, teve maior efervescência com a Frente Negra Brasileira. Como demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação, teve alguma penetração na profissão na década de 1930, mas sem sistematização específica. A segunda tendência, de forma restrita, localizando o racismo nas instituições, foi cerne das elaborações dos assistentes sociais negros entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX, que estavam vinculados a movimentos negros que tinham esta linha de ação, especialmente o Teatro Experimental do Negro, mas não se colocou em questão o sistema capitalista.

negras, e a direção social da profissão, cunhada no aporte teórico-metodológico-político da tradição marxista.

Só sob este solo, que se debruça e coloca em questão os meandros da sociedade capitalista é que o racismo pode ser visto e refletido em sua perspectiva estrutural-institucional. Desde o final dos anos 1970, a profissão adensou a produção teórica a respeito dos alicerces da sociabilidade capitalista e abriu caminho para pensar a respeito do papel do racismo na conformação e perpetuação do sistema capitalista, com as especificidades da formação social brasileira. Como sintetiza Almeida: “distinções de gênero e raça são construções socioideológicas que apenas ganham relevância pelas consequências sociais que engendram. Aspectos biológicos e culturais só se transformam em raça ou gênero quando aproveitados em processos de dominação e sujeição” (ALMEIDA, 2015, p. 757).

O processo de apreensão sobre o racismo, na perspectiva estrutural, possibilita a categoria profissional aprimorar a leitura de realidade que é subsídio fundamental para a profissão:

O debate sobre a questão étnico-racial dialoga diretamente com questões muito importantes para o serviço social que sustentam seu projeto profissional fundamentalmente a partir da teoria marxiana, e que tem na centralidade do trabalho o elemento fundante da sociabilidade. Afinal, haveria uma hierarquia na determinação da realidade e, portanto, a prioridade da classe? A questão racial vem depois? É preciso ficar atento a este debate, afinal, a prioridade ontológica do trabalho defendida pela teoria marxiana não se confunde com o estabelecimento de hierarquias; ao reconhecer no trabalho o elemento que funda a sociabilidade humana, essa referência teórica nos permite entender o que é a realidade como construção social; ora mas o trabalho sempre foi executado pelos diversos seres humanos que compõem a realidade e que estabeleceram diferentes tipos de economia e sociedade. Na sociedade capitalista, a base que sustenta a desigualdade social é a exploração do trabalho, que vai acontecer de diferentes maneiras de acordo com outras particularidades que compõem a classe trabalhadora de cada país (...). Se quisermos entender a classe trabalhadora desse país, temos que analisar a própria formação da sociedade brasileira, afinal, essa classe trabalhadora sempre teve sexo e cor. Sem o eixo classe não é possível entender a realidade brasileira, porém somente com esse complexo social tampouco a entenderemos, afinal nada mais estranho a Marx que um único determinante definindo uma realidade. Totalidade significa entender a complexidade que compõe as diversas particularidades presentes na realidade (KOGA, SANT’ANNA; MARTINELLI, 2018, p. 400).

Nesta linha, Almeida (2015) também colabora trazendo a concretude das classes sociais:

As classes sociais quando materialmente consideradas também são compostas de mulheres, pessoas negras, indígenas, gays, imigrantes, pessoas com deficiência, que não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. São estes indivíduos que compõe as classes à medida em que concomitantemente se constituem como ‘classe’ e como ‘minorias’ nas condições

estruturais do capitalismo. Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, dirigir o olhar para a situação das minorias (ALMEIDA, 2015, p. 749).

Considerar as classes sociais em sua materialidade, contribui para descortinar os processos de exploração-opressão¹³³ construídos na sociedade capitalista, como explica Almeida:

A produção e a extração da mais-valia, processos que dão especificidade ao capitalismo, não são estritamente econômicos, e dependem de condições extra econômicas para se reproduzir. A integração dos indivíduos ao capitalismo é um processo histórico que envolve uma dinâmica de criação, de readaptação e dissolução de valores, tradições e costumes. Por conseguinte, a exploração e a opressão que marcam a reprodução social se normalizam a partir de um imaginário derivado das formas sociais (ALMEIDA, 2015, p. 753).

Cisne (2018) situa que a interlocução com os diferentes feminismos foi propulsora desta leitura de realidade em que classe, relações de sexo e raça constituem estruturas que engendram a sociabilidade capitalista. Para a autora:

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo— incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicos. De forma mais

¹³³ Barroso (2018) expõe que são quatro as principais teses que debatem os processos de exploração-opressão: a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (Wood, 2011); o ponto de vista da teoria unitária (Arruzza, 2015); a perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989 e 2002) e a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (Kergoat, 2010; Saffioti, 2004; Cisne, 2014). (BARROSO, 2018, p. 449). Wood (2011) argumenta que “a exploração capitalista não se liga a identidades ou desigualdades extraeconômicas, políticas ou jurídicas. A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre indivíduos formalmente iguais e livres e não pressupõe diferenças de condição política ou jurídica. Na verdade, o capitalismo tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e diluir identidades de gênero e raça, pois o capital luta para absorver pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica” (WOOD, 2011, p. 229). Arruzza (2015), por sua vez, entende o capitalismo como “uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” e explica que “a tese essencial da ‘teoria unitária’ é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes, produção e reprodução formam uma unidade indivisível. Em outras palavras, enquanto são distintas e apresentam características específicas, produção e reprodução são necessariamente combinadas como momentos concretos de uma totalidade articulada. Reprodução é entendida aqui como o processo de reprodução da sociedade como um todo” (ARRUZA, 2015, p. 38). Crenshaw (2002), utiliza a noção de superposição entre os sistemas de dominação. “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Por fim, Kergoat (2010) conceitua que “as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente” (KERGOAT, 2010, p. 94).

precisa, entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho (CISNE, 2018, p. 212).

Em complementariedade, Federici (2017, p. 37) aponta que:

O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.

Paulatinamente, a categoria tem incorporado esta apreensão de racismo estrutural ligado aos meandros do capitalismo, apoiando-se em elementos interpretativos na perspectiva da totalidade.

Consideramos, como já elaborado nos capítulos anteriores, que em uma conjuntura histórica em que a profissão constituía o movimento de renovação de seus fundamentos teóricos e metodológicos, as assistentes sociais negras, nutridas pelas experiências político-teóricas dos movimentos negros e de mulheres negras, foram protagonistas na lapidação da temática racial na categoria profissional, aproximando-se para elevá-la como questão racial ao reconhecer sua relevância e meandros.

os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais (...) Muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel do negro e da negra no Brasil, os conhecimentos sobre as relações raciais e da diáspora africana, [que] hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do movimento negro [e de mulheres negras]. (GOMES, 2017, p. 16-17).

Nessa mesma direção, Moreira (2016) também reconhece a contribuição das mulheres negras e do feminismo negro na produção de conhecimento e na demarcação de espaços políticos:

A mulher negra como sujeito político autônomo foi evidenciada no e pelo feminismo negro em confronto e aliança com os diversos movimentos sociais e também nas universidades. A mulher negra ganha o estatuto de sujeito histórico e objeto teórico, vira tema e objeto de pesquisas acadêmicas, produzidas por mulheres negras nos vários campos disciplinares, sem desvincular a teorização da prática política, como herança dos movimentos sociais.

Eurico (2018) traz o papel das mulheres negras no Serviço Social:

Ora, se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes, que ingressaram na profissão tem grande impacto no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo. A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional. Deve-se destacar

que a trajetória das mulheres negras, assistentes sociais, que travaram batalhas importantíssimas e abriram caminho para o debate étnico-racial no espaço acadêmico, a partir da década de 1980, ainda carecem de um registro rigoroso, que nos permita compreender melhor o debate no interior da profissão naquele período. (EURICO, 2018, p. 517).

Neste sentido, refletimos que no processo apresentado e que está em curso, as mulheres negras estão **enegrecendo a agenda política do Serviço Social**¹³⁴.

Nossa proposição, inspira-se no conceito cunhado por Sueli Carneiro, **enegrecendo o feminismo**, que foi construído para dimensionar a construção do feminismo negro¹³⁵, como desvenda a autora:

A luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como também a questão de gênero na sociedade brasileira. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres negras do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres e assim tornando-as mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. **Enegrecer o movimento feminista** brasileiro tem significado concretamente demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem para a configuração das políticas demográficas, na caracterização da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população do país que é não branca; introdução da discussão sobre as doenças com maior incidência sobre a população negra, como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde e os mecanismos de seleção no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003, p. 182-183)

Lembremos que no ano de 2008, o CFESS teve representação no comitê de saúde da população negra, incorporou a noção de equidade evidenciando a raça como um componente que conforma o acesso e as condições de saúde. Posteriormente, a partir de indicadores sociais que comprovam as desigualdades raciais nas diversas áreas, proporciona acesso a novas fontes de pesquisa que congregam o quesito raça/cor e realçam a situação desfavorável

¹³⁴ Ao apresentar esta categoria, temos como horizonte o proposto por Ianni (2012): “A construção da categoria é por assim dizer o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. (...) A categoria se constrói, as categorias se constroem pela reflexão que, ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos das estruturas que constituem o seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade, entra na constituição do objeto”. (IANNI, 2012, p. 404).

¹³⁵ Pelos limites deste trabalho, não é possível recuperar as diversas contribuições e vertentes do feminismo negro, entretanto cabe demarcar que: “No Brasil, além de Sueli Carneiro, nomes como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Jurema Werneck são algumas referências inescapáveis para pensarmos a formação do feminismo negro que, ao decretar sua autonomia frente à teoria marxista, nunca desertou de um campo que interpela a divisão de classes, ainda que tomando outras categorias e outros parâmetros que não aqueles nativos da teoria marxista. Em outros lugares do mundo, constituíram-se referências Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Angela Gilliam e Kimberlé Crenshaw” (BORGES, 2016, p. 48)

da população negra no acesso às políticas públicas, de tal magnitude, que é necessária a construção de políticas específicas, de ações afirmativas.

O uso de indicadores raciais passa a ser um elemento constante nas análises, corroborando com os indicativos de Iamamoto:

Como categoria, lida com estas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 40)

Esta dinâmica foi percebida não só em temas mais explícitos como o genocídio da juventude negra, mas em outras pautas da categoria por exemplo, na defesa da descriminalização do aborto, “entre as mulheres negras, o índice de aborto provocado (3,5% das mulheres) é o dobro daquele verificado entre as brancas (1,7% das mulheres)” (CFESS, 2016)¹³⁶.

A partir das leituras racializadas, do ponto de vista sociológico, amplia-se o olhar para expressões da questão social:

Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundando numa visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades históricas, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar as expressões específicas que desafiam a pesquisa concreta das situações concretas (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos, o massacre dos indígenas etc.) (IAMAMOTO, 2015, p. 164).

E detectando o mito da democracia racial como pavimento para a perpetuação das desigualdades raciais, como denunciado pelo movimento negro e de mulheres negras desde o final dos anos 1970.

O enegrecer do feminismo converge com o enegrecer da agenda política do Serviço Social em temporalidades históricas e objetivos políticos: ambos são gestados a partir do final dos anos 1970, reivindicam a inserção de gênero e raça, de forma combinada e transversal nas análises das desigualdades sociais da sociedade brasileira, buscando seus determinantes ideológicos e refazendo a trajetória da formação social a fim de ampliar a democracia, com o horizonte de uma sociedade antirracista.

¹³⁶ Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-Aborto-Site.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

Na especificidade da profissão, foi no final dos anos 1970, que as assistentes sociais negras apresentaram as primeiras pesquisas com a temática racial, nos marcos da renovação profissional e ingressaram nas entidades da categoria profissional questionando a incipiente articulação da profissão com a questão racial. Tal movimentação teve condições históricas de constituir-se a partir dos anos 1990, com os indicativos contidos nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, que se materializaram nos anos 2000 com a primeira campanha de combate ao racismo e caminhou até construir e introjetar a questão racial, na perspectiva de totalidade, definida pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política (IANNI, 1988), como reivindica a campanha em curso.

Os temas trazidos na agenda política estão pari passu com as pautas dos movimentos negros e de mulheres negras, como evidencia Gomes (2005, p. 17):

Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violências, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das ciências humanas, sociais, jurídicas e da saúde.

Na construção do debate racial na agenda política do CFESS foram incorporados conceitos, premissas teóricas-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que fundamentam e expressam o debate do racismo numa perspectiva estrutural. Neste processo, a categoria depara-se com o imperativo de construir parâmetros antirracistas vinculados a uma outra sociabilidade.

A luta antirracista continua a ter um papel estratégico na construção de uma sociedade sem classes, como destaca Ianni:

a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo (...) esse é o cenário no qual o negro revela-se uma categoria social importante, decisiva. A envergadura e a radicalidade de sua situação no curso dos séculos, continuando inclusive no início do XXI, são determinações fundamentais de sua presença e sua perspectiva, altamente decisivas para a transformação da sociedade de classes em uma sociedade sem classes (IANNI, 2005, p. 14).

Neste horizonte é que a categoria profissional de assistentes sociais se organiza politicamente e tem aprofundado as reflexões teóricas acerca do combate ao racismo, notadamente na última década como demonstrado no decorrer desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação debruçou-se sobre o processo de constituição do debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social. Para dar conta deste percurso, utilizou-se de pesquisa documental, fundamentalmente, com análise de relatórios dos Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS e relatórios de gestão do CFESS, no período de 2000 a 2018.

A pesquisa desenvolvida trouxe contribuições na sistematização e análise dos materiais construídos pelo CFESS, produtos do debate racial, porém pela natureza do material escolhido, pautado em deliberações dos referidos encontros e ações desenvolvidas por esta entidade representativa, não pôde captar os embates internos para a construção das pautas, o que certamente ocorreu já que os projetos profissionais e a direção social da profissão estão também em permanente disputa.

Teve como hipótese medular que a participação concomitante das mulheres negras nas entidades representativas da categoria profissional, na militância partidária, sindical, na militância junto aos movimentos sociais negros e de mulheres negras, alinhadas as alterações profundas de ordem teórico-metodológica e ético-política na profissão vivenciadas a partir do final dos anos 1970 possibilitaram o desenvolvimento do debate racial na agenda política da categoria profissional, assim como o incremento da produção acadêmica, ambas com teor antirracista.

Ao demonstrar como vem se materializando a agenda política do CFESS, através de campanhas de gestão e diferentes publicações que tem como cerne a temática racial, foi possível identificar os posicionamentos, orientações à categoria, as perspectivas teóricas e os temas que edificaram o debate racial na agenda política da entidade. Neste caminho, desvendou-se o enegrescer da agenda política do CFESS, como uma das descobertas da pesquisa.

O enegrecer da agenda política do CFESS foi apreendido enquanto processo que tem suas raízes no final dos anos 1970, numa conjuntura em que o adensamento da configuração societária, permeada por contradições, especialmente nos países latino-americanos, na qual a profissão teve condições de questionar seus pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e abriu caminho para a construção de um outro projeto profissional em que a leitura da realidade numa perspectiva classista, redefiniu o papel da profissão e a fez debruçar nos

meandros de funcionamento e reprodução da sociabilidade capitalista, com as particularidades da sociedade brasileira.

Nesta busca de construção e consolidação de um projeto profissional contra hegemônico, que surgem as primeiras incursões da temática racial na categoria profissional, em que as assistentes sociais negras, com as experiências de luta política em suas mais diferentes matrizes, foram as responsáveis por questionar, apresentar e possibilitar o debate racial, em um contexto de renovação dos fundamentos teóricos-metodológicos da profissão.

Ao declarar e explicitar o compromisso com a classe trabalhadora, a profissão reconhece as reivindicações dos movimentos negros e de mulheres negras, que colocavam em questão o mito da democracia racial e seus impactos na configuração da desigualdade social brasileira. Tal perspectiva convergia com os horizontes de democratização da sociedade brasileira, advogados pela profissão.

As perspectivas anunciadas no Código de Ética de 1986 foram amadurecidas e assentadas no Código de Ética de 1993, que inseriu o princípio da não-discriminação e o combate às opressões enquanto alicerces na construção de uma outra sociabilidade. Tais indicativos se materializaram nos anos 2000 com a primeira campanha de combate ao racismo, em 2003, que apesar da inediticidade do tema, ainda carecia de aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e organizativo.

Avaliou-se que a Campanha de 2003, mesmo com os limites apontados no decorrer da pesquisa, demarcou a necessidade do debate racial pelo CFESS. Neste processo, em face dos desdobramentos conjunturais, ano a ano a categoria profissional foi se apropriando de conceitos e terminologias concernentes ao debate racial.

Desvendou-se também que o ano de 2010 foi o ponto de virada do debate racial no CFESS. A entidade trouxe a temática racial para o centro dos debates realizados no Encontro Nacional daquele ano e passou a publicar o CFESS Manifesta no dia da Consciência Negra.

A publicação do manifesto, nesta data, demarcou de forma definitiva a interlocução da categoria profissional com os movimentos negros e de mulheres negras. A confluência entre as pautas dos movimentos negros e de mulheres negras com os temas e questões eleitos para o debate racial na agenda política do CFESS é uma das respostas desta pesquisa.

Foram explicitadas as preocupações da categoria profissional em nutrir-se do arcabouço teórico-metodológico da tradição marxista para desvendar os elementos-chave das relações raciais na sociedade brasileira. Neste processo, recorreu reiteradamente aos determinantes da formação social brasileira para explicar o lugar ocupado pela população negra na dinâmica das relações sociais. Assim, evidenciou o racismo enquanto recurso ideológico estruturante na conformação da questão social.

Paralelamente, reconheceu que as assistentes sociais, imersas no cotidiano profissional precisavam traduzir os significados da reprodução do racismo para o trabalho profissional, já que a população negra continua a figurar majoritariamente entre a população usuária das políticas sociais, demandando incremento da dimensão técnico-operativa, com a inserção e debate do quesito raça-cor.

Estas constatações fizeram com que o debate do racismo institucional ganhasse centralidade nos debates da categoria profissional, a partir dos anos 2010.

No decorrer da agenda, emergiram prioritariamente os temas sobre a saúde da população negra, o genocídio da juventude negra, a violência empreendida contra as mulheres negras e os impactos da crise do capital para a população negra, em especial.

As descobertas trazidas pela dissertação desvendaram que as assistentes sociais negras enegreceram e estão enegrecendo a agenda política da categoria profissional de assistentes sociais, diante de um campo de lutas cada vez mais ampliado pelas pautas dos movimentos negros e de mulheres negras, perspectivas teóricas e práticas políticas, e desdobramentos numa conjuntura cada vez mais adversa, conservadora, reacionária, como a que se tem nesta quadra histórica.

A demarcação dos temas do debate racial na agenda política do CFESS dinamizou e foi dinamizada pela luta política dos movimentos negros e de mulheres negras, pela produção acadêmica sobre a temática racial e o crescente ingresso de estudantes negras nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

No percurso realizado, constatou-se que o debate racial adentrou a agenda política da categoria profissional e paulatinamente vem ampliando o espaço e significado na construção do projeto ético-político profissional, alicerçado na contemporaneidade, na análise do racismo estrutural e seus desdobramentos no âmbito institucional. O amadurecimento da categoria

profissional está contido e expresso na Campanha de Gestão, em curso, na qual a profissão sintonizada e compromissada com as lutas sociais mais amplas, situa-se no combate ao racismo.

No caminho a ser trilhado, coloca-se a necessidade de aprofundar a análise do racismo com os fundamentos da profissão e as categorias centrais da tradição marxista para revigorar as alianças entre a luta antirracista e anticapitalista no seio profissional.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Relatório e Planejamento**. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versa%CC%83o-201708022150325427220.pdf>>. Acesso em: 11 nov 2017.
- _____. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, ano 18, n.36. Ética, Direitos Humanos E Serviço Social. Brasília (DF): jul.-dez. 2018, p. 422-434. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060/pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro**. Tese de Doutorado apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. 426p. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17800/1/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- _____. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127. São Paulo: Cortez, set-dez. 2016. p. 456-475. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n127/0101-6628-ssoc-127-0456.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- ABREU, Maria Aparecida; TIBLE, Jean. Políticas Inovadoras no cenário federal, a visão dos ministros da Igualdade Racial. In: RIBEIRO, Matilde (org.). **Políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 35-50.
- ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: 2009. p. 01-18. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, n.34, v. 12. Rio de Janeiro: 2º. Semestre de 2014, p. 131-154. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/11437>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- _____. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistente sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 136-148.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In: OLIVEIRA, Dennis (org.) **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 187-198.
- _____. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento: 2018. 203p.
- _____. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1ed.São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, 2015, p. 747-767.

ALVES, Rodrigues. **A Ecologia do Grupo Afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1966.106p.

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, ano 25. São Paulo: Cortez, mar. 2005. p. 58-81.

AMMA Psique & Negritude. **Os efeitos psicossociais do Racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. 90 p.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n.23. São Paulo: 1º. Semestre 2015, p. 33-58. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27. São Paulo: novembro, 2016, p. 46-76. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/02_Bakan_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BARBOSA, Joaquim. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007, p. 47-82 (Coleção Educação para Todos; v.5). Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americanas.pdf. Acesso em: 02.01.2019.

BAROCCO, Maria Lucia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. n. 124. São Paulo: Cortez, out. – dez, 2015, p. 623-636. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. 264p.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-dominação na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133. São Paulo: Cortez, set-dez, 2018, p. 446-462. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0446.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BELÉM, Elaine Corradini et. al. Consciência Crítica no Serviço Social: alguns elementos para a revisão. In: CBCISS. **Teorização do Serviço Social**: documento do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Agir, 1988. p. 143-156.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000**. Texto para discussão 1052. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, out. 2004. 56p. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1052.pdf. Acesso em: 07 jul. 2018.

BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem? **Margem Esquerda**, n.27. Dossiê Marxismo e questão racial. São Paulo: Boitempo, out. 2016, p. 44-51.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Censo do Poder Judiciário**. VIDE: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos. Brasília: CNJ, 2014. 212 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. **Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em 12 jan. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: 1993. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II.** Brasília: 2001. 50p.

Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da População Negra.** 3 ed. Brasília: 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRITTES, Cristina Maria. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina Maria (org.) **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 53-70.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Emerson dos. (org.) **Questões urbanas e racismo.** Petrópolis, RJ: Brasília, DF: ABPN, 2012, p. 68-103. Disponível em:

https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_c7fc24559477423abc6e61b603718300.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

CARDOSO. Paulino de Jesus Francisco. Para superar o antirracismo de resultados: um movimento negro radical e popular. In: OLIVEIRA, Dennis (org.) **A luta contra o racismo no Brasil.** São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 7-11.

CARLOS, Elza da Silva. **Fala Preta!:** Mulheres negras no espaço urbano: origem e memória – 1997 a 2007 (Dissertação de Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2009. 217 p. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13198/1/Elza%20da%20Silva%20Carlos.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2018.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1.

Florianópolis: set.-dez., 2002. p. 209-214. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 dez. 2018.

_____. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Editora 34: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 168-194.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** v. 17, n.49. São Paulo: dez. 2003, p. 117-132. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da Violência 2018.** Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, jun. 2018. 93p. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

CFAS. **Código de Ética Profissional de 1947.** Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

CFAS. **Código de Ética Profissional de 1986.** Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, ano 17. São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 172-190.

_____. **CFESS Manifesta**: gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Brasília (DF): 2014. 290p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf>. Acesso em 19 nov. 2018.

_____. **Racismo**. (Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito). Caderno 3. Brasília: 2016. 22p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em 18 jan. 2018.

CISNE, Mirla. Direitos Humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal, racista e capitalista. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n.1. Londrina, Paraná: jul./dez, 2015, p. 138-154. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 132. São Paulo: Cortez, maio-ago, 2018, p. 211-230. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em questão**, ano 20, n. 38. Rio de Janeiro: PUC-RJ, maio – ago. 2017, p. 227-246. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. n. 04, Cortez: São Paulo, 1991. p. 5-17.

CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1. Florianópolis: 2002, p. 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CRESS-RJ. A importância de se falar sobre o racismo religioso. In: _____. **Práxis**, ano 10, n. 98 e 99. Rio de Janeiro: nov. 2017. p.11. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/praxis/web-praxis-especial-98-99.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CRESS-SP. 46º. Encontro Nacional CFESS-CRESS. **Jornal Ação**, São Paulo, dez. 2017. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Jornal_88.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 224p.

DAVIS, Angela; DAVIS, Fania. Destruindo um sonho: a família negra e a crise do capitalismo. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 69-72.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen- junho de 2014. Brasília: Ministério da Justiça: 2014. 148p. Disponível em: < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

DIAZ, Ruby Esther León. **Os reveses da ausência:** as “questões raciais” na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013). 2016. 368p. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19433/2/Ruby%20Esther%20León%20Díaz.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo[online]**. Revista do Departamento de História da UFF. 2007. Vol. 12, n.23, p. 100-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ETNIA. In: CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. p. 196-203.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade** n. 114, abr/jun. São Paulo: Cortez, 2013. p. 290-310. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a05.pdf>>. Acesso em: 03 out 2017.

_____. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, v.19, n.41. Brasília: jul.-dez. 2017, p. 414-427. Disponível: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/27496/20218. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n.133. Cortez: set./dez. 2018, p. 515-529. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0515.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’. **Nexo**. 26 maio 2017. Entrevista. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceição-Evaristo-‘minha-escrita-é-contaminada-pela-condição-de-mulher-negra’>. Acesso em: 25 fev. 2019.

EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: <http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FAUSTINO, Deivison Mendes. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “Ser” negro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n.18. Curitiba, Paraná: 2013, s/n. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2629/1738>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. **PUC VIVA**, n. 39. São Paulo: APROPUC. set/dez, 2010. p. 14-27. Disponível em: < <http://www.apropucsp.org.br/revistas/index>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FEDERICI, Silvia. Introdução. In: _____. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, p. 23-38.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, v.1: O legado da raça branca. 3º. ed. São Paulo: 1978. 332p. (Ensaio; 34)

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017. 160p.

- FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. 203p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2xO1cAz_Po4NTFjYmU1NTMtNWl0NC00MmM2LTk5MzMtOGUwNmEyNmM2YWQ3/view>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- FRY, Peter. O que a cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil. **Revista USP**, n.28. São Paulo, p. 232-236. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/FRY-%20Peter.%20Cinderela%20Negra%20-%20politica%20racial%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126. Campinas, SP: 2011. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf. Acesso em 15 ago. 2017.
- GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. O racismo institucional como limitador do acesso a direitos e serviços. In: _____. **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**. p. 9-12. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- GERESS. **Carta de Apresentação**. São Paulo, 2013. (mimeo).
- GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. 276 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 jul. 2018.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relações-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discussão.pdf>. Acesso em 27 dez. 2018.
- _____. Introdução. In: _____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2008. p. 19-38.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 114p. (Coleção 2 pontos; v.3).
- GRUPO NEGRO DA PUC. **Grupo Negro da PUC**. São Paulo: Edições Soweto, 2008.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**, v. 4. Brasília: UNB – Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 53-63.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estudos Afro-asiáticos**. n. 38. Rio de Janeiro: dez. 2000. p. 31-48. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 04 jan. 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Educação e Pesquisa**. v. 29, n.1. São Paulo: jan/jun.2003. p. 93-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio. Dário Trabalhista e Democracia Racial Negra dos anos 1940. **Dados – Revista de Ciências Sociais** [online]. vol. 51, n. 1. Rio de Janeiro: 2008, p. 143-182. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a05v51n1.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia. Princípios e Conceitos de Interseccionalidade, Intersetorialidade e Transversalidade. In: _____ (orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** (GPP-GeR): módulo V. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. p. 39-43.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Dilemas e falsos dilemas no Serviço Social. In: _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 133-186.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 26ª. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 326p.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 41e. Campinas: abr. 2012, p. 397-416. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso em: 23 fev. 2019.

_____. **As metamorfoses do escravo – apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro: 1962. 312p.

_____. Dialética das Relações Raciais. **Estudos Avançados**. v. 18, n. 50. São Paulo: jan./abr. 2004. p. 21-30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 258p. (Retratos do Brasil; 48).

IANNI, Octávio et al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. 86p. (Coleção Socialismo em Discussão). Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/negro_e_o_socialismo.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

INEP. **Relatório Síntese da área Serviço Social**. ENADE 2016. Brasília: 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2016/servico_social.pdf. Acesso em: 04 ago. 2018.

INEP. **Relatório Síntese da área Serviço Social**. ENADE 2013. Brasília: 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2013/2013_rel_servico_social.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Do que estamos falando? Conceitos e problemática. In: _____. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002, p. 37-44. Disponível: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_desigualdades_raciais_brasil.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 96. São Paulo: CEBRAP, mar. 2010, p. 93-103. Disponível em: www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

KOGA, Dirce; SANT'ANA, Raquel Santos; MARTINELLI Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, São Paulo: Cortez, set./dez. 2018, p. 399-405. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0399.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob a vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 314p. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE_KARIN_SANTANNA_KOSSLING.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

LESSA, Sérgio. Cotas e o renascimento do racismo. **Crítica Marxista**, v.1, n.24. Campinas (SP): 2007, p. 102-105. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie37dossie3.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

LOPES, Fernanda. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Caderno Saúde Pública**, v. 21, n. 5. Rio de Janeiro: out. 2005. p. 1595-1601. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/34.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. Questão Racial e Serviço Social: um olhar sobre a produção teórica antes e depois de Durban. **Libertas**, n. 1, v. 13. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2693>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, ano 10, n. 14. Brasília: dez, 2013. p. 10-17.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas 2007. 120p. http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278996/1/Moreira_NubiaRegina_M.pdf.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983. 179p.

_____. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004. 433p.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2º. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014. 336p.

_____. **História do negro brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1992. 84p. (Princípios).

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250p. (Série Fundamentos n. 34).

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Caderno PENESB** (Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira), n. 5. Rio de Janeiro: Eduff, 2004. Disponível: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. 232p.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. A atuação dos negros no Estado. In: SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. São Paulo: 2010.

_____. Desvelando outra história: o protagonismo afro-brasileiro (São Paulo e Rio de Janeiro, 1914-1960). In: _____. **O sortilégio da cor: identidade, gênero e raça no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003. p. 221-280.

_____. Teatro Experimental do Negro: tramas, textos e autores. In: _____. **O sortilégio da cor: identidade, gênero e raça no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003. p. 281-380.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, ano 25. São Paulo: Cortez, 2004. p. 5-26.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPESS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 93-110.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, ano 10, n. 30. São Paulo: Cortez: abr. 1989, p. 89-102.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

_____. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. In: _____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8º. ed. São Paulo: 2005, p. 117-308.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. n. 50, ano 8. São Paulo: abril, 1996. p. 87-132.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: 2009. p. 15-42. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. O combate ao racismo é uma luta anticolonialista. In: _____. (org.) **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p.12-35.

PAIXÃO et. al. (orgs.) **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 292 p. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Relatório_2009-2010.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O “Atlântico Negro” e a Constituição do movimento negro contemporâneo. **Revista Perseu Abramo**, n.1, ano 1. São Paulo: 2007, p. 235-263.

Disponível em: < http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Amilcar%20Araujo.pdf >. Acesso em 14/03/2017.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 260p.

PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial. In: BRASIL. **Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial**. Brasília: SEPPIR, 2006, p. 19-58.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, CONJUNTO CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Revista Temporalis**, ano 11, n.22. Brasília (DF): jul/dez.2011. p. 113-122. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf>>. Acesso em 04 mar 2017.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 209-234.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. **SUR – Revista Internacional dos Direitos Humanos** 24, v. 13, n. 24. São Paulo: Conectas, dez. 2016, p. 99-104. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, ano 24 n. 79. Serviço Social: formação e projeto ético-político. São Paulo: Cortez, 2004. p. 148-161.

_____. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, Florianópolis: 1995, p. 446-457. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3. Florianópolis: set.-dez., 2008. p. 987 – 1004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300017/9191>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, n.85, São Paulo, 2012. P. 41-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. O Programa IFP no Brasil sob coordenação da Fundação Carlos Chagas. SILVÉRIO, Valter Roberto; PINTO, Regina Pahim; ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 15-22. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/relacoes_raciais.pdf. Acesso em: 30 dez. 2018.

SADER, Eder. Ideias e questões. In: _____. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25-60.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012. 380p.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS à Defesa dos Direitos Humanos**. In: CFESS. **Ética em Movimento: Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as**. Módulo 3: Ética e Direitos Humanos. Brasília: 2016. p. 82-113.

_____. Diversidade Sexual: fonte de opressão e liberdade no capitalismo. **Argumentum**, v.9, n.1. Capitalismo e (re) produção das opressões. Vitória: jan.-abr. 2017, p. 08-20. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773/10927>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingues de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História &**

Ciências Sociais, ano I, número 1, julho de 2009. Disponível em: <
<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em 31 jan 2018.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. **Serviço Social & Sociedade**. n.127, set/dez. 2016. São Paulo: Cortez, 2016. p. 476-495. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n127/0101-6628-ssoc-127-0476.pdf>>. Acesso: 04 out 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude. In: _____. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014, p. 45-69. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, Joselina da. Vozes soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis: mulheres negras no pós 1945. **Revista da ABPN**, v.1, n.1 mar-jun 2010. Disponível em:<
<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/305/283>> Acesso em: 01 fev. 2018.

SILVA JUNIOR, Hédio da. Direito Penal e Igualdade Étnico-Racial. In: BRASIL. **Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial**. Brasília: SEPPIR, 2006, p. p. 345-381.

TEIXEIRA, Daniel. De “menor” a “criança”: menoridade negra, infância branca e genocídio. In: JUNIOR, Hédio Silva; TEIXEIRA, Daniel (orgs.) **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos**: a importância do ECA para a proteção das crianças negras. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2016. p. 66-80.

TRINDADE, José Damião de Lima. Os direitos humanos: para além do capital. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina Maria (org.) **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 11-28.

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2, jul./out. 2010. Disponível em:
<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/289/269>. Acesso em: 11 jan. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016. 71p. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 12 jan 2019.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)** v. 1, n.1. mar-jun 2010. Disponível em:
<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303/281>. Acesso em: 11 jul. 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e emancipação humana: Raça, gênero e democracia. In: _____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 227-242.

XAVIER, Giovana. “Fala a mulher ou a Mulher Também Fala? Maria de Lurdes Vale Nascimento e as articulações entre gênero, raça e classe no Jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950). Trabalho apresentado no 7º. **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Paraná: 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-X/7/paper/viewFile/211/90>>. Acesso em 18 ago. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: 2009. p. 01-28. Disponível em:

<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

DOCUMENTOS (ENCONTROS NACIONAIS)

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **CFESS Manifesta** - Gestão tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília: 2017. 146 p.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório de Deliberações – XXX Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Belo Horizonte, 02 a 05 de set. 2001. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2001_30.pdf. Acesso em 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório do Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2002_31.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Deliberações do 32º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2003_32.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Deliberações do 33º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Curitiba, 04 a 07 de setembro 2004. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2004_33.pdf.

Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório do 34º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Manaus, 04 a 07 de setembro de 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2005_34.pdf.

Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório do 35º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Vitória, 07 a 10 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2006_35.pdf.

Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final do 36º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Natal, 02 a 05 de setembro de 2007. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2007_36.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 37º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília, 25 a 28 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2008.pdf.

Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 38º. Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Campo Grande, 06 a 09 de setembro de 2009. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_final_CFESS_CRESS_2009.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 39º. Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Florianópolis, 09 a 12 de setembro de 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO_FINAL.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 40º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** 40 anos de encontros nacionais construindo a história do Serviço Social. Brasília (DF), 08 a 11 de setembro de 2011. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_40NACIONAL.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 41º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** No mundo da desigualdade, toda violação de direitos é violência. Palmas (TO), 6 a 9 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-en-2012-versao-final-outubro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 42º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** Tempos de dizer que não são tempos de calar. Recife (PE), 5 a 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-nacional-2013-.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 43º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** Projeto ético-político do Serviço Social: memória e resistência. Brasília (DF), 18 a 21 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacional-RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 44º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** Ofensiva neoconservadora e Serviço Social no cenário atual. Rio de Janeiro (RJ), 04 a 07 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 45º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** É preciso estar atento/a e forte! Cuiabá (MT), 13 a 16 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal45EncontroNacional2017versaofinal.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 46º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** Vamos, levante e lute! Senão a gente acaba perdendo o que já conquistou. Brasília (DF), 07 a 10 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS-CRESS. **Relatório Final 47º. Encontro Nacional CFESS/CRESS:** É preciso não ter medo, é preciso ser maior. Porto Alegre (RS), 06 a 09 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-Nacional-2018-_FINAL.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DOCUMENTOS (RELATÓRIOS DE GESTÃO DO CFESS)

CFESS. **Relatório de Gestão -2002/Trabalho, Direitos e Democracia –A gente faz um país—2002 a 2005.** Brasília, 2002. 19 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2002.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – 2003**. Brasília, 2003. 22 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2003.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – 2004**. Brasília, 2004. 30 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2004.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – 2005**. Brasília, 2005. 42 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2005.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – exercício 2006**. Gestão 2005/2008 “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia”. Brasília: mar. 2007. 69 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2006.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – ano 2007**. Gestão 2005/2008: Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia. Brasília, jan. 2008. 85 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio_Atividades_CFESS2007_alt_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades 2008**. Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011. Brasília: fev. 2009. 130 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio_anual_de_gestao_2008_alt_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – exercício 2009**. Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011. Brasília: fev. 2010. 181 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_2009_CFESS.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – exercício 2010**. Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011. Brasília: fev. 2011. 228p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO_2010.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividade – exercício 2011**. Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011; Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011-2014. Brasília: fev. 2012. 197p. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio_Atividades_2011\(25-jun\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio_Atividades_2011(25-jun).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório de Atividades – exercício 2012**. Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011-2014. Brasília: fev. 2013. 238p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-2012-atividades-cfess-.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório Anual de Gestão 2013**. Gestão tempo de luta e Resistência (2011-2014). Brasília (DF): maio 2014. 167p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriocfess2013-atividades.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório Anual de Gestão – exercício 2014**. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014); Gestão Tecendo na Luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília: fev. 2015. 145p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-atividades-2014-CFESS.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CFESS. **Relatório Anual de Gestão – exercício 2015**. Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília: mar. 2016. 152p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/relatorio-anual-2015-final.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.